

## ATA 270ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3 Aos vinte de dezembro de 2021, às oito horas e trinta minutos, realizou-se a ducentésima  
4 septuagésima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Patrícia  
5 Carvalho Gomes que assumiu a condução da 270ª plenária ordinária onde estavam  
6 presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Mariana de Resende Franco – Sedese,  
7 João Vitor da S. Jorge – Cmas Caeté, João Alves Crisóstomo – Unapir, Gabriela de  
8 Almeida Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas – Salinas, Patrícia Carvalho  
9 Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, Arlete Alves de Almeida –  
10 GRAAL do Brasil, Isaura dos Santos Lopes – Associação Quilombola do Suaçuí e  
11 Pitangueiras, Gabriele Sabrina Silva – Sedese, Silvestre Dias – SEF, Isac dos Santos  
12 Lopes – Asquis, Ludson Rocha – Cress, Erica Pereira Beltrame – Cmas Coronel  
13 Fabriciano, Grazielle Vieira Cachapuz Machado – CRP, Marilene Faustino Pereira –  
14 Fetaemg, Maria Juanita Pimenta – Federação das Apae's, Simone Maria da Penha de  
15 Oliveira – Cmas BH, Natália Lisce F. Diniz – Federação das Apae's, Lucas Estevão Ribeiro  
16 da Silva -Conselho Central de Curvelo – SSVP, Silvestre Dias – Secretaria de Estado de  
17 Fazenda SEF, Ivone Pereira Castro Silva do Cogemas, Elder Carlos Gabrich Júnior –  
18 Sedese. **Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes:** Daniel Martins Mello Neto –  
19 Cmas Barbacena, Elerson da Silva – Cáritas, Warles Rodrigues Almeida – Fetsuas,  
20 Domingos Sávio de Araújo – Cmas BH, Leandro Luis de Sena - ID Brasileiro, Soraia  
21 Vanessa Cruz – Sedese, Iara da Costa Nogueira Reis – CSJB, Cinara Lucena dos Santos  
22 Pio – Adra, Sandra Januária Silva – SEE, Philipe Nunes Silva – Fetsuas, Márcio Caldeira –  
23 Assprom, Luanda do Carmo Queiroga - CRP, Suzanne Cristina Horta – Sedese, Cristiano  
24 de Andrade pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social -SEDESE, Crislaine  
25 Cristina Nascimento Flausino – Cmas Conselheiro Lafaiete, Carla Valéria Soares Vita –  
26 Fasemig, Ligia Camargos da Silva da SES, Maria Aparecida Baião – FMTSUAS-BH,  
27 Claudia Cristina Silva – Cmas Uberaba, Sandra Regina Barbosa – Sintbref MG, Jacqueline  
28 Caldeira de Menezes Bossi – Cordisburgo, Rodrigo dos Santos França – Assprom,  
29 Marinete Morais - Cogemas, e também, os membros da Secretaria Executiva: Adelmira  
30 Gomes Cerqueira, Ângelo Santos Machado, Eliane Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria  
31 Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida, Vera Lúcia Rodrigues, Daniel  
32 Henrique Campos. Participaram desta plenária como convidados: Marcela Santos, Livia  
33 Pessoa, Rose, Camila – Seapa. **JOÃO, UNAPIR:** Para quem participou desse último pleito,  
34 a gente foi muito prejudicado, mas, enfim. Eu estou saindo, mas tem duas companheiras  
35 aqui, Carla e Arlete, então a gente sai feliz porque tem essas duas companheiras  
36 representando a nossa microrregião. **ARLETE, GRAAL:** Bom dia. Eu estou retornando ao  
37 conselho. Já estive conselheira em outro pleito. E estou aqui em uma representação de  
38 Movimento de Mulheres e à disposição para o trabalho. Sou de Buritizeiro, Norte de Minas.

39 **ISAC, ASQUIS:** Bom dia. Sou representante de usuários. Estou entrando novamente para  
40 o conselho junto com a Arlete também. A gente já teve outras histórias aqui. E represento o  
41 Movimento Quilombola no segmento de usuários aqui no conselho. Obrigado. **MARILENE,**  
42 **FETAEMG:** Bom dia, todas e todos. Eu sou de Capitão Enéas, Norte de Minas,  
43 trabalhadora rural. E estou representante de usuários pela Federação dos Trabalhadores  
44 na Agricultura no estado de Minas Gerais – Fetaemg. E é uma satisfação participar deste  
45 espaço junto com vocês. **ISAURA, ASQUIS:** Bom dia a todos e todas. Estava aqui nesse  
46 mandato 2019-2021 representando usuários pela Asquis – Associação Quilombola de  
47 Suassuí e Pitangueiras. **MARINETE, COGEMAS:** Bom dia a todos e todas. Eu sou gestora  
48 de João Monlevade. Gestora da assistência na cidade de João Monlevade, a 100 km de  
49 Belo Horizonte. Eu estou aqui nesse espaço, até então, como suplente e, a partir de hoje,  
50 assumo essa titularidade representando o Cogemas. E é uma grande satisfação estar  
51 neste espaço considerando essa grande presença ativa e efetiva da nossa companheira  
52 Ivone. Eu vou tentar, dentro das possibilidades em articulação com toda essa equipe que  
53 tem aqui a disposta a esse lugar, um lugar legítimo de democratização do poder,  
54 representar o Cogemas. É uma grande alegria estar nesse espaço. Muito obrigada. **MARIA**  
55 **BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Bom dia a todos e todas. Eu represento o Conselho de usuários  
56 de Belo Horizonte, junto ao Conselho de Belo Horizonte. E também já fiz parte aqui no  
57 CEAS representando a Urcmas. Nós trabalhamos, não é, Patrícia? Foi um período muito  
58 bom que eu gostaria que nos empenhássemos que voltasse para ajudar e contribuir com  
59 todos os municípios. É muito importante. Um trabalho muito importante. Bom dia para todos.  
60 **LÍGIA, SES/MG:** Bom dia a todos e todas. Sou representante da Secretaria Estadual de  
61 Saúde. Desejo a todos uma excelente reunião. **CLÁUDIA:** Bom dia a todos e todas. Sou do  
62 município de Uberaba. Estou representando conselhos municipais de assistência social  
63 governamental. Prazer estar aqui com vocês. **JACQUELINE, CMAS/CORDISBURGO:**  
64 Bom dia. Sou de Cordisburgo. Formada em Serviço Social. Sou assistente social. E  
65 represento hoje o Conselho Municipal de Assistência Social de Cordisburgo, como Primeira  
66 Secretária, e quero estar juntamente com vocês também neste conselho, somar e  
67 fortalecer nosso Suas de Minas Gerais. Obrigada e que tenhamos uma reunião edificante  
68 nesta manhã. **RODRIGO, ASSPROM:** Bom dia a todos. Represento a Associação  
69 Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte. Bom trabalho. Obrigado. **MÁRCIO,**  
70 **ASSPROM:** Bom dia a todos. Representante da Assprom. Estou encerrando hoje meu  
71 mandato também. São dois anos junto a este conselho. Bom trabalho a todos. E um abraço  
72 a todos os colegas que não pude cumprimentar no início dessa manhã. Bom trabalho,  
73 gente. **DANIEL - CEAS:** Bom dia a todos. Eu sou Secretário Municipal de Assistência  
74 Social de Barbacena. É um grande prazer estar aqui com vocês nesta data. Muito obrigado.  
75 **GRAZIELE, CRP:** Bom dia a todas, a todxs, a todos. Eu sou psicóloga lá de Itabira.  
76 Represento a sociedade civil no segmento de trabalhadores. **LUANDA, CRP:** Bom dia a

77 todos, todas e todxs. Também sou do segmento de trabalhadoras. Estou saindo agora  
78 desse mandato, representando o Conselho Regional de Psicologia. **LUDSON, CRESS:**  
79 Bom dia a todos e todas. Represento o Conselho Regional de Serviço Social e iniciando o  
80 mandato hoje. **WARLES, FETSUAS:** Bom dia a todos e todas. Sou Assistente Social do  
81 município de Uberaba. Estou finalizando o mandato também representando o Fórum  
82 Estadual dos Trabalhadores do Suas. **PHILIFE, FETSUAS:** Bom dia a todas, todxs, todos.  
83 Eu sou Assistente Social. Estou representando o Fórum Estadual de Trabalhadoras e  
84 Trabalhadores do Suas, iniciando o mandato hoje. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Bom dia  
85 a todos, a todas e a todxs. Estive nesse último mandato como representante do Fórum dos  
86 Trabalhadores do Suas na categoria de trabalhadores. E agora estou representando o  
87 Conselho Municipal de Assistência Social de Salinas, também como representante da  
88 sociedade civil. **SILVESTRE, SEF/MG:** Bom dia a todos e todas Estou representando a  
89 Secretaria da Fazenda como conselheiro governamental. Levo aqui também a minha  
90 mensagem, a minha saudação a todos aqueles (áudio ruim) [00:08:29] que se dedicaram  
91 de forma muito importante, muito valiosa no período que aqui estiveram. E quero também  
92 levar a minha mensagem de boas-vindas a todos aqueles conselheiros que estão  
93 assumindo. Venham com vontade porque o trabalho existe e vai exigir muito de todos  
94 vocês. Felicidades. **CRISLAINE, CMAS/CONSELHEIRO LAFAIETE:** Bom dia. Sou  
95 Assistente Social do município de Conselheiro Lafaiete. Representação do CMAS de  
96 trabalhadores. Estamos aí para dar a contribuição e, principalmente, para o fortalecimento  
97 do trabalhador do Suas. Obrigada **ÉRICA, CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Bom dia. Eu  
98 sou Assistente Social. Estou também como Presidente do Conselho Municipal de  
99 Assistência Social do município de Coronel Fabriciano. Estou aqui no conselho pela  
100 primeira vez e sou representante governamental. **SANDRA, SINTIBREF:** Bom dia a todos.  
101 Assistente Social de volta a esta casa, já estive aqui no conselho. Dou muito bom dia e  
102 acolho a todos, os vários companheiros aqui já participamos no âmbito municipal e  
103 estadual, e represento o SINTIBREF. O sindicato que está representando os trabalhadores  
104 da rede socioassistencial. Bom dia. Trago aqui as minhas energias, meu coração e toda  
105 essa experiência que tive no controle social no município, no estado e fui para o nacional  
106 também. O controle social é um espaço legítimo – não posso deixar de falar disso e  
107 durante o mandato vou falar muito disso porque essa experiência que a gente traz não  
108 pode ficar só com a gente. A gente tem que socializar os desafios, as possibilidades, as  
109 boas perspectivas, aprimorando e qualificando cada vez mais. Viva o Suas, a assistência  
110 social e bom dia. **SÁVIO, CMAS/BH:** Bom dia a todo mundo. Na gestão 2019-2021 fui  
111 conselheiro estadual de assistência social representante governamental dos conselhos  
112 municipais. Para mim foi uma honra muito grande representar os conselhos municipais de  
113 assistência social de todos os municípios. Para mim não existe estrutura, que foi criada a  
114 partir de 1993, dispositivo mais importante para combater a desigualdade no Brasil. A

115 Política de Assistência Social é uma política muito importante. Uma das mais importantes,  
116 hoje, se não for a mais importante. Só que temos diversos problemas. Não é reconhecida  
117 como política de estado, por parte de quem trabalha politicamente no Brasil e isso nos  
118 causa problemas, mas isso não nos desanima. O Conselho Estadual vai estar aqui. Ele não  
119 para. A gente está fazendo uma transição importante, é bom que seja dessa forma aqui,  
120 com os antigos e os novos que vão entrar. E manter o mesmo 'batidão' de fiscalizar as  
121 ações na área da Política de Assistência Social. É preciso grandes transformações na área  
122 da assistência social. Do que jeito que está, realmente não dá. A gente precisa retomar as  
123 ideias mais genuínas da política que é a ideia da transformação e do combate à  
124 desigualdade social. **SANDRA, SEE/MG:** Bom dia a todos. Sou também conselheira  
125 representante da Secretaria de Estado de Educação. Desejo uma boa reunião para todos  
126 nós. **CINARA, ADRA:** Bom dia a todas, todos e tod@s. Estou entrando no conselho  
127 representando a sociedade civil no segmento entidades. Estou representando a ADRA com  
128 muita alegria e muita disposição para contribuir com o que for possível durante este  
129 mandato. Muito obrigada. **CAMILA, SEAPA:** Bom dia. Eu sou engenheira agrônoma, estou  
130 entrando para o conselho agora e represento a Secretaria de Agricultura – Seapa.  
131 **CRISTIANO, SEDESE:** Bom dia a todas e todos. Estou no conselho desde 2019 como  
132 conselheiro, mas acompanho as atividades do conselho desde 2013 quando cheguei na  
133 Subas, na Subsecretaria de Assistência. Também sou Superintendente de Proteção Social  
134 Especial aqui na subsecretaria. Boas-vindas aos novos e essa é a minha última plenária. A  
135 partir do próximo ano a gente vai fazer uma substituição e quem vai assumir o meu lugar  
136 será a Soraia. Mas, desde já agradeço todo esse período que estive no CEAS. Foi de muito  
137 aprendizado. Acho que o controle social, eu saio, e continua muito fortalecido. E eu acho  
138 que a ideia é essa, continuar fortalecendo o controle social. Obrigado. **GABRIELE,**  
139 **SEDESE:** Bom dia. Atualmente sou Superintendente de Vigilância e Capacitação da  
140 Sedese. Também fui conselheira e estava como conselheira até 2021. Estava de licença  
141 maternidade e agora estou retornando e sigo como técnica ajudando o conselho como  
142 Sedese, e não como conselheira. Desejo um ano de muito fortalecimento para o controle  
143 social e para a Política Estadual de Assistência Social no estado de Minas Gerais. **LUCAS,**  
144 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Bom dia a todas e todos. Sou representante  
145 do Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paulo, na cadeira das  
146 entidades. É um prazer muito grande estar aqui junto de vocês presencialmente,  
147 partilhando não de sorrisos, mas de olhares de sorriso porque a gente ainda tem que seguir  
148 com os protocolos de saúde. Estou finalizando um mandato e iniciando um novo mandato  
149 em representação das entidades. E desejo a todos, como naquele dia 20 de dezembro de  
150 2019, bons cuidados a nós. O Sistema Único de Assistência Social mais do que atenção,  
151 do que fiscalização, ele também precisa de cuidado. Cuidado com a coisa pública. Cuidado  
152 com os nossos usuários, com os nossos trabalhadores que dão vida à Política de

153 Assistência Social, com os nossos gestores que estão com os pires nas mãos e também  
154 fazendo de tudo para que consiga efetivar à Política de Assistência Social e sem deixar de  
155 destacar o trabalho desempenhando pelas nossas entidades que, de certo modo, carregam  
156 o Sistema Único de Assistência Social praticamente nas costas. Mais uma vez, bons  
157 cuidados a todos nós que iniciamos e aqueles que nos deixam hoje, também bons  
158 cuidados junto conosco nessa nova lida que se inicia a partir de hoje. Obrigado. **LEANDRO,**  
159 **ID BRASILEIRO:** Bom dia. Eu sou de Muzambinho, estou na representação do segmento  
160 de entidade de usuários, representando a entidade ID Brasileiro. Estou começando o meu  
161 mandato agora, ainda tenho muito a aprender, mas espero contribuir bastante. Obrigado  
162 pela oportunidade. **SORAIA, SEDESE:** Bom dia a todos e todas. Sou Assistente Social,  
163 estou como Diretora de Serviços e Benefícios Socioassistenciais na Subas, que está dentro  
164 da Superintendência de Proteção Básica. Como o Cris falou, eu vou assumir como  
165 conselheira em substituição a ele. Minha primeira vez aqui no conselho estadual. Já  
166 participei de conselhos municipais de assistência social. Venho de uma trajetória de 15  
167 anos na ponta, e quero muito contribuir aqui com o conselho estadual, trazendo discussão  
168 sobre o Sistema Único de Assistência Social e novas práticas, pensando nas técnicas,  
169 tentando novamente romper com o assistencialismo que infelizmente se mantém. E é isso.  
170 Obrigada. **LÍVIA, SEDESE:** Bom dia a todos e todas. Sou Assistente Social. Não estou  
171 como conselheira, mas queria aproveitar que vou participar da reunião, dar os parabéns  
172 aqueles que estão encerrando o mandato e, as boas-vindas e desejar que façamos um  
173 bom trabalho, para aqueles que vão começar hoje. Que vão tomar posse. Atualmente estou  
174 à frente da Diretoria de Educação Permanente do Suas, que faz parte da Superintendência  
175 de Vigilância e Capacitação. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Bom dia a todos. Sou representante  
176 governamental do município de Caeté. Espero que possamos iniciar aqui um grande  
177 trabalho, pois sei que várias pessoas lá fora dependem do nosso trabalho, das nossas  
178 discussões e de todas as decisões que iremos tomar aqui a partir de agora. Espero que  
179 possamos ter um trabalho homogêneo. Obrigado. **MARIANA, SEDESE:** Bom dia a todos e  
180 a todas. Meu nome é Mariana. Eu estou como Subsecretária de Assistência Social da  
181 Sedese há pouco mais de um ano. Primeiro, dizer que é um prazer e uma alegria a gente  
182 estar aqui presencialmente, pelo menos conhecer os conselheiros no fim do mandato  
183 porque a gente passou um ano de reuniões virtuais, então, hoje que conheci, abracei as  
184 pessoas. Essa sensação para nós é muito boa. Já peço desculpa por todos os imprevistos e  
185 dificuldades da Cidade Administrativa porque até para nós que somos servidores, com a  
186 pandemia, a gente começou a trabalhar em casa e acabamos perdendo muita atividade  
187 presencial aqui. Essa sala de reunião voltou a funcionar tem pouco tempo. O Silvestre que  
188 é da Secretaria de Fazenda, ele está falando que é a primeira vez que ele vem depois de  
189 um ano e nove meses, ou seja, desde março ele não vinha. Acho que os colegas também  
190 da Seapa. Nós, na Sedese, começamos a retomar o trabalho presencial tem mais ou

191 menos uns três meses. E a gente tem vindo aqui alguns dias na semana. O CEAS, a  
192 Secretaria Executiva ter vindo para cá também é uma novidade. Acaba que, da mesma  
193 forma que a gente aprendeu a trabalhar com virtual, agora a gente está reaprendendo a  
194 trabalhar no presencial. Aos poucos a gente vai ajustar essa questão nossa de logística e  
195 estrutura que a sabe que a gente precisa melhorar. Mas, apesar disso, é uma alegria muito  
196 grande estarmos aqui reunidos. Espero que o ano que vem a gente possa se encontrar, ter  
197 mais reuniões presenciais, nos encontrar. Fico muito feliz de ver as pessoas se  
198 apresentando. No mais é agradecer e vou passar a palavra para frente. **SUZANNE,**  
199 **SEDESE:** Bom dia. Sou conselheira do CEAS desde agosto representando a Sedese.  
200 Atualmente trabalho na Diretoria de Vigilância Socioassistencial, mas estou na Sedese  
201 desde 2015. Eu lembro que falei na minha posse que minha tarefa dentro da Sedese foi  
202 conferência regional de 2015. Eu já comecei na assistência social com controle social. Foi  
203 um ambiente onde sempre me senti à vontade, muito motivada a participar. Queria dar  
204 boas-vindas para os novos conselheiros. Eu confesso que estou com uma dor no coração  
205 vendo o Márcio falando que é a última plenária dele, Patrícia, Luanda, mas estou revendo  
206 algumas pessoas. Eu lembro muito da Arlete. Já conheço a Juanita também. Que bom que  
207 vocês estão de volta e espero que os novos conselheiros tenham tanta vontade como os  
208 outros, mas tenho certeza de que vão, sim. **ELDER, SEDESE:** Bom dia. Eu sou  
209 Superintendente de Proteção Social Básica. Estou no conselho de assistência desde o  
210 meio desse ano. Já passei pela Sedese em 2015. Retornei em 2019. E é um prazer estar  
211 com todos vocês. Espero que a gente faça uma ótima gestão. E agradeço todos os  
212 conselheiros que estão saindo hoje. Eu tenho certeza de que a gente trabalhou muito para  
213 tornar a política muito melhor. **IARA, CSJB:** Bom dia, pessoal. Eu represento a  
214 Congregação de São João Batista, que é uma entidade em Belo Horizonte. Início hoje o  
215 mandato. Seguimos abraSuas a todos, a todas e todxs. **SIMONE:** Bom dia. Sou  
216 conselheira municipal de assistência social no município de Belo Horizonte e vou  
217 representar todos os conselhos de Belo Horizonte. **DANIEL - CEAS:** Bom dia a todos e  
218 todas. Estou como Secretário Executivo desde julho deste ano. Está sendo um grande  
219 desafio, mas é super engrandecedora essa experiência. Espero termos uma relação muito  
220 positiva no ano que vem. Agora vou passar para a nossa equipe, que sem ela nada  
221 aconteceria. Pessoal, se puderem vir aqui na frente, por favor. Você também, Rosa. Por  
222 favor, Ângelo, Paula, a Regina está lá dentro, mas depois ela se apresenta. Por um motivo  
223 muito positivo, a Jeane que é a nossa técnica de orçamento está grávida. Ela não pode  
224 estar aqui conosco, mas a gente fica muito feliz por ela, claro. A Regina já, já volta. A  
225 Eliane. O Anísio, também agradecer que veio lá da Casa de Direitos Humanos para nos  
226 auxiliar. A Eliane também deve estar vindo que ela está aqui subindo deve ser. Mas vamos  
227 apresentar nós que estamos aqui e depois a gente passa para elas. E a Vera não pode  
228 estar conosco infelizmente. Ela é deficiente visual e quebrou a bengala vindo para cá,

229 infelizmente, tropeçaram na bengala. A gente deixou ela em teletrabalho hoje. Vamos  
230 passar primeiro para o Ângelo, depois Mira, Paula, Rosa e depois a gente vê quando as  
231 pessoas chegarem. Obrigado, pessoal. **ANGELO - CEAS:** Bom dia. Como todo mundo  
232 sabe. Eu sou da Secretaria Executiva do conselho. Costumo dizer que sou um faz de tudo  
233 na área técnica e na área administrativa. Minha formação é em Biologia, mas estamos aí  
234 desde 1997. É o patrimônio do CEAS. Bom dia, gente. Boa diversão para nós. **ADELMIRA**  
235 **- CEAS:** Bom dia. Eu estou no CEAS desde 2013. E a minha formação é em Ciências  
236 Sociais. Eu sou Técnica de Apoio da Comissão de Política. Sejam muito bem-vindos.  
237 **PAULA - CEAS:** Bom dia a todos. Eu estou no CEAS há 10 anos. Eu sou Técnica da  
238 Comissão de Apoio aos conselhos municipais. Todas essas pendências, as dúvidas  
239 acabam chegando, não é? É uma comissão que com essa troca agora, ficou quase  
240 esvaída, então nós vamos ter que recompor. A gente já começa a resgatar vocês e falar:  
241 “Venham trabalhar conosco.” Bom dia a todos e que a gente possa fazer um bom trabalho  
242 juntos. **ROSA - CEAS:** Bom dia. Sou Assistente Social, técnica da Comissão de Normas,  
243 técnica da Comissão de Ética, e técnica responsável pelo acompanhamento dos planos de  
244 assistência social para população atingida por barragens, que é a ação que vocês mais irão  
245 gostar aqui no CEAS é a de população de barragem. Vocês vão gostar muito. Eu acho que  
246 vocês todos vão se encantar por essa ação. **ELIANE - CEAS:** Bom dia, gente. Eu estou  
247 compondo a equipe do CEAS há pouco tempo. E espero que a gente possa conviver bem,  
248 no que eu puder ajudar vocês aqui. Obrigada. **DANIEL - CEAS:** Muito obrigado a todas e a  
249 todos, presidente. **PRESIDENTE:** Na equipe da Secretaria Executiva tem a Jeane também,  
250 assistente social, técnica de apoio da Comissão de Orçamento. Ela está gestante e deve  
251 ganhar nenê nos próximos dias, então ela está de *home office* e em breve entra de licença  
252 maternidade. Vocês vão conhecê-la daqui a um tempinho, no decorrer do mandato. Dando  
253 sequência a nossa pauta da reunião, agora é a apreciação da ata da 269ª Plenária  
254 Ordinária e da 34ª Plenária Extraordinária que foi realizada conjuntamente com o Cedca.  
255 Essas atas foram enviadas para os *e-mails* dos conselheiros do mandato 2019-2021. Em  
256 regime de votação, os conselheiros que aprovam a ata 269ª PO e a 34ª PE, por favor,  
257 levantem as plaquinhas, que são dos titulares. Pessoal que ficou só no virtual não conhece  
258 as famosas plaquinhas que também abanaram a gente na Casa de Direitos Humanos.  
259 Aprovadas as atas. Depois da posse, as plaquinhas serão substituídas e os novos  
260 conselheiros receberão as Suas. Passando para a justificativa de ausência. Secretaria  
261 Executiva recebeu alguma justificativa? **DANIEL - CEAS:** Eu vou pedir para as nossas  
262 técnicas falarem se recebemos alguma justificativa. Rosa, Paula, recebemos alguma  
263 justificativa de ausência? Não? Fica registrado que o Márcio Evangelista estava a caminho,  
264 só que o carro quebrou e ele teve que voltar para o seu município. Fora isso não  
265 recebemos mais nenhuma justificativa de ausência, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada.  
266 Passamos para a apreciação da pauta. Nós temos: Informes da Sedese; do Cogemas;

267 sobre a Conferência Nacional; Informes da Mesa Diretora; da Comissão Intergestores  
268 Bipartite, a CIB e outros; apresentação Censo Suas do conselho; Prestação de Contas do  
269 Mandato Biênio 2019-2021; Posse do Novo Mandato – Biênio 2021-2023; Orientações  
270 acerca do processo de eleição da Mesa Diretora. Quando vamos nos separar em duas  
271 salas diferentes para reuniões simultâneas de governo e sociedade civil; também o  
272 referendo relativo à composição da Mesa Diretora; a composição das comissões e  
273 definição das representações. Os conselheiros têm que compor a Comissão de Apoio, de  
274 Financiamento, de Normas e de Política. Temos a Comissão de Monitoramento das  
275 Deliberações das Conferências, a Comissão de Ética, o Fórum Nacional dos Conselhos  
276 Estaduais de Assistência Social – Fonaceas; Núcleo Estadual de Educação Permanente –  
277 NEEP; Composição da Comissão Intergestores Bipartite – CIB; e da Rede Cuidar. Na  
278 sequência é o almoço; Capacitação; Deliberação sobre o calendário de reuniões de 2022 e  
279 o encerramento previsto para 17h. Eu gostaria de solicitar uma inclusão de ponto de pauta  
280 para uma moção de aplausos ao Bruno, ao Elder e a Delegação Mineira. O Bruno e o Elder  
281 apoiaram demais a Delegação Mineira com diversas orientações durante os quatro dias. E  
282 a Delegação Mineira também se desdobrou porque essa conferência foi um grande desafio,  
283 digamos assim, então eu queria propor a inclusão desse ponto de pauta. Vai ser uma coisa  
284 rápida, mas muito merecedora. Mais alguma solicitação de inclusão de ponto de pauta ou  
285 alguma proposta? Ok. Os conselheiros que aprovam a pauta com a inclusão, por favor, se  
286 manifestem. Ok. Aprovada. Obrigada. Nós temos mais algum conselheiro que chegou  
287 agora depois da apresentação? Se você quiser se apresentar. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Bom  
288 dia. Represento a Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão. Estou com o CEAS há  
289 três anos caminhando para o meu último período de gestão. Sejam todos bem-vindos. É  
290 um desafio diário, mas eu acredito que a experiência é engrandecedora. E tenho certeza  
291 de que todos vocês vão adorar. Bom dia. **PRESIDENTE:** Agora, momento dos informes.  
292 Sedese? Para a gente agilizar um pouquinho, primeiro vamos passar para o Cogemas.  
293 **IVONE, COGEMAS:** O Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas  
294 Gerais tem trabalhado bastante nesse período de pandemia com os grupos no *WhatsApp*.  
295 Nós tivemos bastante apoio do Paulo, que é o nosso Secretário Executivo, com os grupos,  
296 com os gestores, nesse momento muito difícil para a execução da política do Suas. O  
297 Paulo tirou férias agora dia 20. E o nosso ponto maior está sendo garantir um percentual  
298 primário, garantir na Constituição Federal, porque a assistência não tem um recurso. E  
299 essa PEC 383 está sendo a nossa grande batalha para tentar aprová-la. Já passou pela  
300 Comissão Especial, agora vai para o plenário. O Cogemas tem dado de tudo para que essa  
301 PEC seja aprovada para garantir orçamento para execução do Suas. Nós estamos  
302 convocando todos os gestores, todos os nossos conselhos, todos os presidentes de  
303 conselhos, conselheiros, para fazer uma força-tarefa com o seu deputado. O deputado  
304 federal que é da sua base para que realmente apresente essa PEC. Fale da importância



305 dela porque agora está nas mãos dos deputados na Câmara dos Deputados. O Cogemas  
306 tem feito muito. Nosso Presidente Elias representou todo o colegiado na Conferência  
307 Nacional junto com a Ieda Castro, também com a Magali que esteve presente em Brasília  
308 nesse período todo, do dia 15 ao dia 18. E o colegiado tem batalhado para articular com os  
309 gestores. Nós tivemos um encontro em Aracajú, no qual tiramos a nossa pauta para 2022.  
310 Nós vamos construir cinco encontros presenciais. O encontro da regional Sudeste será em  
311 Atibaia, São Paulo, nos dias 27 e 28 de fevereiro. Nós temos cinco regiões, Sudeste, Norte,  
312 Nordeste, Sul e Centro-Oeste. E o nosso encontro nacional está programado para ser na  
313 segunda semana de junho, 10, 11 e 12 de junho, em Foz de Iguaçu, que vai fechar essa  
314 dinâmica toda dos encontros regionais. E o nosso tema vai ser a questão da fome. A fome  
315 e a desigualdade social, o papel da proteção social. É um momento muito importante para  
316 o Brasil trazer essa discussão da importância da proteção social e esse enfrentamento da  
317 desigualdade e da fome. Vai ser um momento que a gente encontra do Cogemas... Do  
318 encontro não falar só para dentro do colegiado, mas também levar a frente de prefeitos, os  
319 promotores, outros atores. E também essa visão da intersectorialidade, outros ministérios.  
320 Há uma proposta muito rica do colegiado. É aberto. Tem o momento de inscrição e não  
321 será só para gestores. Conto com o apoio para fazermos essa mobilização para a PEC 383,  
322 para que os deputados de fato apoiem esse projeto e a questão das nossas articulações  
323 enquanto colegiado. 2022 promete para nós um grande momento de mobilização,  
324 especialmente dos gestores. Minas Gerais tem feito uma presença muito forte no CEAS.  
325 Eu, como representante, junto comigo passou o Aloísio, passaram outros representantes.  
326 Agora, por último, a minha querida Marinete, que era a minha suplente e agora passa a ser  
327 titular. O colegiado não mediu esforços para estar aqui no CEAS, sempre presente  
328 ajudando a Mesa Diretora. Ocupando um espaço na Mesa Diretora representando essa  
329 força dos municípios. Agora eu estou deixando o CEAS não como conselheira, eu estou  
330 presente no CEAS. Eu vou continuar presente junto com a Marinete. Junto com todos os  
331 gestores aqui apoiando, mas não como conselheira. Eu quero dar boas-vindas à Marinete,  
332 junto com ela a Maria das Graças. Ela é gestora de Campo Belo. Está aqui? Não. As duas  
333 gestoras vão representar o colegiado. Muito boas-vindas para vocês. Contem comigo.  
334 Estarei no colegiado, como presidente, apoiando. Quero reforçar esse compromisso que o  
335 colegiado tem com essa instância tão importante para a Política de Assistência Social.  
336 Obrigada. **MARIANA, SEDESE:** Esses informes que a Sedese faz, para que está  
337 chegando agora, a gente sempre manda também nos grupos de *WhatsApp*, por *e-mail*. A  
338 gente faz uma apresentação resumida dos pontos principais da Subsecretaria de  
339 Assistência Social do mês. Passando aqui, primeiro pelo relato da Câmara Técnica da CIB  
340 de Proteção Especial. Nós temos uma câmara técnica que está discutindo a proteção  
341 especial, nesse ano, junto com o Cogemas. Eu considero que é uma câmara técnica das  
342 mais importantes que a gente tem desenvolvido nos últimos anos porque a demanda da

343 proteção social especial no estado é crescente e a gente não tem financiamento estadual  
344 para ela. A gente precisa muito que essa câmara técnica aprofunde nas discussões. E que  
345 a gente tenha bons resultados e bons encaminhamentos dessa câmara técnica, que a  
346 gente pretende concluir no ano que vem. Tivemos esse ano, esse mês de novembro a  
347 reunião da câmara técnica, com a apresentação do resultado da pesquisa sobre  
348 incidências de violação de direitos nos municípios de pequeno porte. Essa pesquisa, essa  
349 síntese, esse material também pode ser disponibilizado para quem tiver interesse. Eu não  
350 vou ficar lendo. O encaminhamento é que a gente precisa fazer o diagnóstico da proteção  
351 social especial no estado de Minas Gerais para concluir os trabalhos dessa câmara técnica.  
352 E, para o ano que vem, a gente já fez uma proposta de mais ou menos uma reunião por  
353 mês de retomada dessa câmara técnica para continuar essas discussões. Informações  
354 sobre o auxílio emergencial mineiro que foi criado pela Assembleia, que também teve o  
355 nome de Força Família, foi pago no mês de novembro com uma quantidade de famílias de  
356 aproximadamente 1% que não conseguiu receber em novembro. Essas famílias estavam  
357 recebendo ainda esse mês de dezembro. E a gente tem até o meio de janeiro para pagar.  
358 Não é isso, Elder? Um restante que tem agora, 27 de janeiro, e agora esse número está  
359 menos de 1%. 15 mil famílias que ainda faltam receber por causa de problemas de  
360 documentação e não conseguiram receber junto com as outras um milhão de famílias que  
361 receberam. Situação do pagamento do piso mineiro. A gente tem hoje, essa semana a  
362 gente conclui o pagamento de todas as parcelas do ano de 2021. Esse ano, assim como o  
363 ano passado, estamos fazendo o pagamento e os repasses dentro do ano. A gente não vai  
364 virar 2022 pagando 2021. Já estamos pagando tudo em 2021, mais as parcelas do  
365 Recurso Extraordinário que esse ano a gente teve sete parcelas de recurso extraordinário  
366 de enfrentamento à pandemia. As exceções são para municípios com pendências. Ali a  
367 gente tem pendências de Cagec que impedem o pagamento e tem pendências que não  
368 impedem o pagamento, ainda tem algumas pendências de prestação de contas e alguns  
369 não aprovados em conselho. Acho que não aprovados em conselho já foram resolvidos.  
370 Semana passada a gente já tinha fechado esse número. Esse ano também estamos  
371 finalizando, essa semana porque é a última semana do exercício financeiro que termina  
372 semana que vem – então essa semana é uma loucura para a gente do Fundo Estadual de  
373 Assistência Social junto com o departamento de finanças e o de planejamento porque a  
374 gente tem que empenhar, liquidar e pagar todos os compromissos do ano. A gente retomou  
375 o pagamento dos termos de aceite da proteção especial que incluíam residências  
376 inclusivas. São 13 residências inclusivas em 9 municípios. Um Centro Dia e 26 referências  
377 técnicas dos Creas regionais, que temos os quatro Creas regionais e 26 municípios  
378 abrangidos por esses Creas regionais. A gente também retomou. Isso era o pagamento,  
379 era o passivo que a gente chama, pagamento que não estava sendo feito esses de 2019,  
380 2020 e 2021 a gente está conseguindo regularizar. E para o ano que vem a gente vai

381 conseguir manter esse pagamento em dia também. Por fim, Informações da Rede Cuidar.  
382 A gente está na fase de final de celebração desse ano, daquela quantidade de unidades  
383 que foram elegíveis para receber o recurso de 2021. Para quem já estava no conselho e  
384 para quem está entrando agora, a gente recebeu para executar em 2021 e 2022  
385 aproximadamente R\$ 32.500.000,00 para o Programa Rede Cuidar. O Programa Rede  
386 Cuidar é o programa de apoio à rede socioassistencial. Esse ano e no próximo, pela  
387 deliberação do CEAS e passou pela CIB também, todo esse valor está sendo destinado  
388 para a proteção social especial, para instituições de acolhimento, acolhimento em Família  
389 Acolhedora e os 26 Centros de População de Rua que a gente tem no estado, em 24  
390 municípios. Todo recurso da Rede Cuidar que a gente recebeu para esse ano e para o ano  
391 que vem, ele já foi pactuado. Já foi deliberado. A gente está na fase de elaboração de  
392 Planos de Serviços e Planos de Trabalho com as instituições porque a gente tem  
393 instituições governamentais e não governamentais. Hoje, o número, eu acredito que deve  
394 estar aproximadamente 100 unidades, hoje. Porque esse número varia. A gente chega ao  
395 final de semana, fecha o número. Semana passada a gente tinha 52 não governamentais;  
396 os 26 Centros Pop e algumas instituições de acolhimento governamental. Tem o número?  
397 Isso. Então 63 processos enviados para a Diretoria de Convênios. Na última conversa com  
398 a Diretora de convênios ela falou que tinha 52 em análise. As unidades governamentais  
399 são as que eu falei: Centros Pop, unidades de acolhimento na fase de preenchimento de  
400 plano de serviços, aprovação em conselho e processando o pagamento. Bem rapidamente,  
401 mas está tudo escrito. O Cris está falando que o total ainda a ser atualizado. Hoje seria 103.  
402 Acho que é isso, gente. Claro, estou à disposição para perguntas. **MARIA JUANITA,**  
403 **FEAPAES/MG:** Com relação aos recursos do enfrentamento à pandemia, Secretária, que  
404 apresentou nos informes, eu queria saber se os recursos da pandemia do ano passado que  
405 iam para as entidades, se já foram concluídos os repasses. E o segundo é com relação ao  
406 recurso, a Rede Cuidar, os termos de colaboração para esse ano do valor previsto de  
407 R\$ 35 milhões, vigência 2021-2022, se os recursos que iriam ser transferidos esse ano  
408 serão transferidos o ano que vem. Se é isso. Obrigada. **MARIANA, SEDESE:** Vamos lá.  
409 Primeira parte é o recurso de enfrentamento da pandemia, portaria do governo federal que  
410 você está falando? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É. **MARIANA, SEDESE:** Vamos  
411 retomar um pouquinho para explicar até para quem não sabe do assunto. Ano passado a  
412 gente recebeu recursos do governo federal de duas portarias do Ministério da Cidadania  
413 para enfrentamento à pandemia. Uma parte desse recurso que veio para o estado fazer  
414 apoio à rede socioassistencial. E esse recurso e essa rede são as APAEs, Casas Lares.  
415 Acredito que deve ser isso que você está perguntando. O estado tem que licitar e essa  
416 licitação está ainda em andamento. E o Cris pode completar. Tem uma parte que foi  
417 transferida e uma parte que está sendo licitada porque, a parte que está sendo licitada não  
418 poderia ser transferida por meio de termo de colaboração. Então a gente tem que fazer o

419 procedimento de compra e entrega que dificultou tanto para nós, estado, quanto para as  
420 entidades, mas como o governo federal não autorizou fazer diferente. **CRISTIANO,**  
421 **SEDESE:** Bom dia, pessoal. Essa Portaria nº 369 que foi de 2020 para o enfrentamento da  
422 pandemia, tanto municípios quanto o estado, receberam recursos para enfrentamento dos  
423 impactos provocados pela pandemia. No caso do estado, os três eixos previstos nessa  
424 resolução, que é um eixo de compra de equipamentos de proteção individual. No caso do  
425 estado, a gente deveria entregar esses equipamentos para as unidades de execução direta,  
426 que são os Creas regionais. Um segundo eixo que era de ações socioassistenciais e o  
427 terceiro eixo que era de gêneros alimentícios. O segundo, de ações socioassistenciais e o  
428 terceiro, a gente repassou. Esse recurso ele estava previsto para que a gente pudesse  
429 fazer aquisição ou firmar termo de colaboração, no caso das ações socioassistenciais com  
430 as unidades de execução indireta, que a maioria é Casa Lar e com as APAEs. No caso das  
431 ações socioassistenciais, ainda em 2020, a gente fez termos de colaboração e repassamos  
432 o recurso. No caso dos gêneros alimentícios, a portaria impediu que a gente pudesse fazer  
433 a mesma coisa, firmar termo de colaboração e repassar em 2020. A gente precisava  
434 adquirir os alimentos, os gêneros alimentícios e repassar para as unidades da execução  
435 indireta. Foram muitas tentativas. Dos nove lotes que tínhamos feito, que são 44 unidades  
436 se não me engano, deu deserto e fracassado. A gente conseguiu quatro lotes que já foram  
437 entregues os gêneros alimentícios. Se não me engano, Montes Claros, Belo Horizonte. Eu  
438 não me lembro os outros dois municípios. Mas os quatro municípios com APAEs já  
439 receberam esses gêneros alimentícios. Como os outros lotes deram fracassado e deserto,  
440 a gente junto com a Diretoria de Logística e Aquisição, a opção foi para a gente fazer uma  
441 dispensa de licitação já que os outros lotes deram fracassado e todas as tentativas que a  
442 gente teve de comprar, porque assim, os fornecedores não queriam entregar no interior, e  
443 alguns itens, não eram tantos itens, então não teve fornecedor para poder entregar, por  
444 isso que os lotes deram fracassado e deserto. A opção foi fazer uma dispensa de licitação  
445 que ainda está acontecendo. A última vez que eu olhei, que foi na semana passada, o  
446 processo já está caminhando. Eu não sei se a gente vai conseguir publicar o pregão ainda,  
447 mas já está em andamento para os outros 10 lotes faltantes para inteirar tudo para as  
448 outras Casas Lares que ainda não receberam. Está nesse processo. **MARIANA, SEDESE:**  
449 Deixa eu lembrar, Rede Cuidar. A pergunta é do Rede Cuidar? Deixa eu ver se entendi,  
450 Juanita. O valor, esse ano e o ano que vem. É porque, o que acontece? Esse ano a gente  
451 já tinha no orçamento de 2021 R\$ 7.250.000,00. Esses R\$ 7.250.000,00 já entrou o ano  
452 com eles, pactuamos e aprovamos no CEAS em julho. E demos início ao processo de  
453 celebração em julho. Em outubro, a gente recebeu mais R\$ 25 milhões de emenda da  
454 Assembleia, de negociação na aprovação do acordo da Vale. Foi uma emenda, uma  
455 pactuação do governo com a Vale e com a Assembleia, e destinou R\$ 25 milhões a mais  
456 para o Programa Rede Cuidar. Quando a gente recebeu esse valor em outubro. Nem

457 lembro se a suplementação saiu em outubro ou em novembro. Você lembra? A gente falou:  
458 “Impossível de a gente conseguir executar esse valor todo em um mês porque é impossível  
459 para o estado, para as entidades, para as prefeituras. Não tem tempo hábil para fazer todo  
460 o processo.” A gente negociou com a Assembleia e a gente fez essa aprovação no CEAS  
461 de parte ser executada esse ano e parte ser executada o ano que vem. Como o ano que  
462 vem é um ano eleitoral, a gente só tem até junho para executar esse tipo de recurso. A  
463 gente pactuou os critérios todos de uma vez para gastar esses R\$ 32 milhões. Iniciamos  
464 todo o processo esse ano. Demos continuidade ao processo que já estava em andamento.  
465 E a hora que a gente gastar, dezembro, agora, empenhou, liquidou, pagou, já morre no  
466 orçamento de 2021. O restante a gente já entra janeiro dando continuidade. A gente já tem  
467 a lista das unidades elegíveis. Essas unidades, grande parte delas, fizemos contato esse  
468 ano já com 150. No total são 280, mais ou menos. O número exato eu não vou saber agora,  
469 mas a gente pode trazer. Essa parte que a gente fez contato esse ano para já encaminhar  
470 a documentação, fazer Plano de Trabalho, várias já encaminharam. As que não  
471 encaminharam ainda, a gente já vai virar o ano dando continuidade. A gente não vai ter a  
472 quebra nesse processo de celebração agora de um ano para o outro. Ficou claro? Mais  
473 alguma dúvida? Novos conselheiros, são muitos assuntos, mas vocês podem ficar à  
474 vontade. **PRESIDENTE:** A Baião se inscreveu. Eu vou passar o microfone, se puder chegar  
475 aqui na frente. Só lembrando os conselheiros que nesse modelo presencial, geralmente a  
476 gente fala o nome e a representação no microfone, para registro em ata. Presidente fala o  
477 tempo todo, então a gente não costuma dizer e não dá o bom exemplo. **MARIA BAIÃO,**  
478 **FMTSUAS-BH:** Eu gostaria de saber de esses R\$ 28 milhões são da Vale ou da emenda  
479 parlamentar? Por que o dinheiro da Vale está destinado também para esses trabalhos ou  
480 tem outra destinação? **MARIANA, SEDESE:** Então, o que aconteceu? O valor que veio no  
481 nosso orçamento, a fonte dele lá no orçamento não é da Vale. Ele veio como uma emenda  
482 parlamentar, mas é uma emenda que estava dentro do acordo da Vale. Quando houve  
483 esse acordo, estavam envolvidos o Ministério Público, Assembleia, Governo de Minas,  
484 Ministério Público Estadual, federal, Defensoria Pública, várias instituições. Eles fizeram  
485 acordos para aprovar vários projetos e programas. Esse valor que veio para a Rede Cuidar  
486 foi proveniente desse acordo. Entendeu? É porque têm vários projetos sendo  
487 desenvolvidos, tanto pelo Governo de Minas quanto pelas prefeituras que foram as  
488 prefeituras atingidas. Inclusive, a gente tem um outro projeto que a Vale vai destinar  
489 recurso para os 25 municípios em torno de Brumadinho, que é um projeto de assistência  
490 social do estado, mas que é aprovado lá junto com as prefeituras, a Vale que vai destinar o  
491 recurso para eles, e têm vários outros projetos do governo de várias áreas. Esse específico  
492 é do acordo, mas veio para dentro do orçamento do estado. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-**  
493 **BH:** Só para tirar a dúvida porque a Ana Paula já tinha passado para nós todo esse  
494 contexto, mas foi para tirar dúvida mesmo se o acordo estaria incluindo também. É só

495 mesmo para tirar dúvida. **IVONE, COGEMAS:** Também seria muito importante lembrar,  
496 Mariana, que nesse acordo a Vale teria que repassar para o estado um valor 'x'. E esse  
497 valor os deputados votaram para que fosse rateado para os municípios e aí os municípios  
498 receberam uma parte, não é? O órgão gestor, cada município recebeu uma parte desse  
499 compromisso da Vale com o estado. E nesse momento foi apresentada essa proposta que  
500 a sociedade civil não estaria recebendo. E aí veio essa emenda nesse recurso que trouxe  
501 para a Rede Cuidar. Na verdade, para que esse recurso também viesse para a sociedade  
502 civil. Inclusive é uma prioridade que seja atendida a sociedade civil, as entidades da  
503 sociedade civil como prioridade nessa pactuação. Quando a gente aprovou a resolução do  
504 CEAS foi olhado esse critério também. **RODRIGO, ASSPROM:** Aproveitando esse  
505 momento nosso de entidade, tem a ver, mas já estou antecipando sobre a nossa situação  
506 da Secretaria Executiva. A gente está falando de recurso, na resenha a gente sabe que  
507 ainda tem uma situação não muito clara. Como que vai ficar a situação do nosso secretário  
508 executivo? Se tiver alguma perda de algum técnico nosso. É muito importante para nós,  
509 não só entidade, mas para todos essa manutenção de Daniel, não sei se vai ser ele, mas é  
510 que deixa a gente inseguro para a gente pode tocar o que vem pela frente. Obrigado.  
511 **PRESIDENTE:** Obrigada, Rodrigo. A gente vai fazer a prestação de contas do mandato e  
512 vai até falar um pouco sobre isso, dos desafios do CEAS. O cargo de secretário executivo  
513 foi, enquanto permanecesse o estado de calamidade pública, então na hora da prestação  
514 de contas a gente fala um pouquinho sobre isso e vamos seguindo com o momento dos  
515 informes. Agora tem o informe da CIB. Mariana ou Ivone, quem faz o informe da CIB?  
516 **MARIANA, SEDESE:** Eu posso falar também. Nós tivemos a reunião da CIB na semana  
517 passada. Além do relato da câmara técnica da proteção especial, que já falei um pouquinho,  
518 também tivemos a aprovação e pactuação da implantação de um sistema de registro de  
519 notificação e violações de direitos, que é um sistema que chama SIMA. O nome dele é  
520 SIMA, faz parte de um projeto da Subsecretaria de Direitos Humanos que chama SER-DH,  
521 que é um sistema de Direitos Humanos. E basicamente esse sistema é o quê? Ele é um  
522 sistema informatizado para que os Creas e os passem a utilizar e façam registros e  
523 encaminhamentos de situações de violações de direitos. Esse sistema vai ser implantado  
524 também a partir do ano que vem em todas as escolas públicas estaduais. Já existem outros  
525 órgãos que também atuam na garantia de direitos humanos, no atendimento à  
526 vulnerabilidade que fazem uso desse sistema. O objetivo principal é ter registro da  
527 visibilidade para as violações de direitos e conseguir organizar os fluxos de  
528 encaminhamento. Fazer encaminhamentos dentro do sistema para a rede de atendimento  
529 de violações de direitos. A nossa CIB, a gente ficou grande parte discutindo a implantação  
530 do sistema. Chegamos em um acordo, vamos passar por um processo de experiência, de  
531 implantação e de testes até que esse sistema consiga ser utilizado por todos os Cras e  
532 Creas de Minas. Acho que é isso, Ivone. Esqueci de alguma coisa da nossa CIB? **IVONE,**

533 **COGEMAS:** Importante se todos entenderam a sigla CIB, às vezes a gente fica falando,  
534 nós entendemos bem. Se as pessoas compreendem o que é a CIB, que é a Comissão  
535 Intergestores Bipartite, que senta município e estado, governo, para dividir essa pactuação.  
536 É composta por cinco representantes do Cogemas representando os municípios e o estado.  
537 Depois da CIB traz para deliberação aqui no conselho. Esse procedimento de compartilhar,  
538 o governo compartilhar com os municípios uma pauta para trazer para o conselho. É muito  
539 interessante isso. Nós discutimos também os prazos para preenchimento dos planos de  
540 ação, que foi uma resolução aprovada de que a gente vai cumprir 30 dias após a  
541 publicação, abertura no sistema do Sigcon-saída, aí os municípios têm 30 dias para inserir  
542 os dados e mais 30 dias para o conselho aprovar os dados. Nós vamos ter 60 dias após a  
543 publicação no sistema abertura do plano de serviço. Ficou pactuado para todos nós  
544 ficarmos atentos, sempre quando for publicada a abertura no sistema, nós temos 30 dias.  
545 O gestor tem 30 dias e o conselho tem 30 dias para aprovar. E no mais, foram informes.  
546 Nós falamos muito da população indígena que está chegando. Foi um debate muito forte e  
547 temos que trazer esse debate para este conselho também. O conselho precisa apropriar-se  
548 dessa migração, dessa situação indígena que está no país e também em Minas Gerais.

549 **MARIANA, SEDESE:** Acho que a última coisa que ficou faltando foi essa? Esse foi o último  
550 informe que era sobre a retomada das ações de capacitação e apoio técnico de forma  
551 presencial. Essa é uma das grandes atividades da Subas que é fazer o apoio técnico e  
552 capacitação para os municípios, para os serviços, Cras, Creas, entidades. E a gente  
553 retomou essas atividades de forma presencial agora, no fim do ano, e a gente pretende dar  
554 continuidade no próximo ano. Agora a gente vai combinar o modelo virtual com o  
555 presencial porque o município que quiser atendimento virtual, a gente consegue fazer com  
556 mais agilidade, e os presenciais a gente vai fazendo uma escala de agendamentos. Os  
557 informes, acho que era isso. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Obrigada. Passando  
558 agora para os informes da Mesa Diretora, têm alguns dias que foi realizado. Vou falar  
559 alguns pontos e para o restante vou pedir ajuda do Daniel, nosso Secretário Executivo. Um  
560 dos informes recentes que a gente teve foi um retorno da Controladoria Geral do Estado, a  
561 CGE, em relação a uma situação que ocorreu aqui no CEAS quase durante todo o  
562 mandato. Como vocês sabem, o CEAS de Minas Gerais, no estado de Minas Gerais tem  
563 uma lei específica sobre as barragens e o CEAS é responsável pelo acompanhamento do  
564 Plano de Assistência Social, PAS/Barragem. Tem uma série de questões afetas a isso.  
565 Tem um processo antigo, se não me engano, mais de 20 anos. Deixa eu achar a Rosa para  
566 ela me lembrar as coisas. Acho que ela não está no momento, não. Mais de 20 anos, se  
567 não me engano, e no ano passado um jornalista pediu acesso a essas informações. A  
568 gente levou para o plenário, como tinham algumas questões sigilosas, o plenário acabou  
569 deliberando por não conceder o acesso a essas informações. E esse jornalista recorreu na  
570 CGE, na primeira, segunda, terceira instância. E a CGE solicitou, com base na Lei de

571 Acesso à Informação – LAI e a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que fosse  
572 concedido acesso pelo menos a parte de documentos ou então justificar o motivo de não  
573 encaminhar parte da documentação. Se não me engano, são mais de 10 mil folhas que tem  
574 esse processo todo. A gente se debruçou sobre essa temática durante muito tempo no ano  
575 de 2021. Na última plenária foi deliberado as informações que seriam encaminhadas e  
576 agora a CGE retornou, pelo que entendi foi dado uma perda de objeto, não é, Daniel? Que  
577 eles colocam lá no SEI – que é o processo de informação que eles respondem para a  
578 gente – porque já foram passadas essas informações necessárias. Algumas o CEAS não  
579 podia encaminhar, por exemplo, porque já tinha sido enviado para o Ministério Público,  
580 então era classificado em um grau de sigilo. Basicamente isso. Eu tentei resumir, mas se o  
581 Márcio Caldeira, que é da Comissão de Normas, quiser me ajudar nesse informe em  
582 relação a esse processo ou o Daniel. Depois vocês me ajudam a complementar. Acho que  
583 é uma notícia boa para o nosso mandato que se encerrou essa questão. Finalmente. Uma  
584 outra questão que a gente discutiu na Mesa Diretora foi um mandado de segurança que o  
585 CEAS tomou conhecimento em novembro sobre uma reunião extraordinária que a gente  
586 teve, justamente para deliberar sobre esse processo de conceder o acesso à informação  
587 para o jornalista. E a gente tinha um prazo de resposta, que a gente discutiu isso na última  
588 plenária, só que estava incerto se a Advocacia Geral do Estado – AGE iria representar o  
589 CEAS ou não, aí nos 45 do segundo tempo a AGE peticionou no processo, então  
590 representou o CEAS e enviou uma nota também. Esse processo continua, a gente já fez a  
591 resposta. Acabando esse mandato, ele segue. O próximo presidente vai ser representado  
592 pela AGE e à frente desse processo. Com a nossa saída encerra e não fica... Muitas  
593 pessoas ficaram com receio de ficar pessoal, com a presidente do mandato atual, mas  
594 essa é uma questão com o CEAS e a AGE representa. Essa foi uma notícia importante  
595 porque até tinha dúvida muito grande porque essa foi a primeira vez que teve no CEAS.  
596 Nunca teve mandado de segurança contra o CEAS, então nem a AGE sabia como  
597 proceder, mas a gente já tem esse respaldo. Depois da plenária do mês passado, a gente  
598 tomou conhecimento também de uma notícia de fato que foi aberta pelo Ministério Público  
599 por conta de uma resolução do conselho em relação à composição. Até já estou dando um  
600 pouco a prestação de contas também. A lei que institui o CEAS, a Lei nº 12.262/1996, tem  
601 no artigo 12 a composição do CEAS da sociedade civil. Essa redação foi dada pela Lei  
602 Delegada nº 180. Só que essa Lei Delegada foi revogada em 2016. E a gente fez uma  
603 consulta ao jurídico da Sedese que emitiu um parecer informando que a composição do  
604 CEAS, que não havia uma legislação que normatizasse a composição do CEAS. Com isso,  
605 nós deliberamos uma resolução com a proposta de nova composição que foi enviada para  
606 o Poder Executivo, que tramitou por vários locais: CTL – Comissão Técnica Legislativa,  
607 ficou meses e meses tramitando. E a notícia de fato foi contra isso, inclusive com algumas  
608 questões como se o CEAS estivesse descumprindo a paridade. E como vocês podem ver



609 lá no site do CEAS, a Resolução nº 718/2021, que o CEAS não descumpriu a paridade, na  
610 verdade estava adequando ao acordão do Tribunal de Contas da União – TCU, que fala da  
611 necessidade da proporcionalidade dentro da sociedade civil porque hoje nós temos 10  
612 governo e 10 sociedade civil. E na sociedade civil nós temos 4 entidades, 2 trabalhadores,  
613 2 usuários e 2 CMAS. Em nenhum estado tem representação de CMAS, então a plenária  
614 deliberou por atender a recomendação do TCU e ficar 3 usuários, 3 trabalhadores e 3  
615 entidades garantindo a proporcionalidade dentro da sociedade civil. Mas aí teve essa  
616 representação no Ministério Público, o MP instaurou uma notícia de fato. Nós já  
617 respondemos e estamos aguardando um retorno do Ministério Público. E, se necessário, a  
618 AGE vai acompanhar esse outro processo contra o CEAS. Um outro retorno é em relação  
619 aos anais da conferência, que a empresa já encaminhou para o CEAS. A Secretaria  
620 Executiva já está fazendo revisão para publicar tudo corretamente. Os principais informes  
621 são esses, que eu me lembre. Se alguém da Mesa Diretora quiser complementar alguma  
622 questão ou o Daniel também. **DANIEL - CEAS:** Eu acho que em resumo é isso mesmo. Só  
623 complementando que não apenas a Neci, que é a dos anais, encaminharam, mas também  
624 a Luminar, a empresa dos vídeos também nos encaminhou os relatórios. Inclusive vou  
625 atestar as notas hoje para fazer o pagamento. O da Neci ainda não vou atestar a nota  
626 porque a gente ainda está conferindo os anais, porque pode ter algum erro de relatoria, etc.  
627 Mas, depois que a gente fizer essa conferência, vou atestar a nota para fazer o pagamento  
628 para a relatoria. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. Acho que não tem ninguém da Mesa que  
629 queira complementar, não. Até pelo horário, vamos seguindo nos informes. O próximo é da  
630 Conferência Nacional que aconteceu entre os dias 15 e 18 de dezembro, virtualmente. Eu  
631 tenho até dificuldade de fazer uma análise. E acho que foi uma conferência muito difícil,  
632 com muitas dificuldades. Tivemos uma boa participação da delegação mineira. Se algum  
633 conselheiro, alguém que participou quiser fazer alguma avaliação, a gente abre o microfone.  
634 Várias pessoas participaram. Deixa eu passar para a Ivone, primeiro. **IVONE, COGEMAS:**  
635 Nós demos um duro para credenciar os nossos delegados, porque foi criada uma  
636 plataforma E-LOAS, não é, Lucas? Santa Maria, uma plataforma que era de curso EAD, e  
637 quase a gente enfartou porque não conseguia nem andar dentro da plataforma. Minas  
638 Gerais, com todos os problemas, deu de dez a zero na do governo federal. Foi uma  
639 conferência rica, que nós, guerreiros do Suas, fizemos o nosso papel. Minas Gerais sempre  
640 na vanguarda. Acho que conseguimos, colocamos uma nota de repúdio bem-feita pelo  
641 Lucas, que começou e nós ajudamos. Todo mundo ajudou a construir essa nota. E eu  
642 tenho certeza de que Minas Gerais se fez representada lá com essa nota de repúdio, mas  
643 o que marcou para mim foi a nossa posição de defesa do Suas. Defender financiamento.  
644 Defender responsabilidade do governo federal, do governo do estado, dos municípios com  
645 efetivação da política da assistência social, principalmente a preocupação com esse  
646 momento de aumento da pobreza, de aumento das famílias sem nenhuma proteção. E o

647 Estado cada dia mais sendo um Estado mínimo, sem o seu compromisso com a proteção  
648 social. Isso foi muito evidente quando no último dia o governo federal retira dinheiro da  
649 assistência social, do Fundo Nacional da Assistência Social, para outras áreas. Isso foi  
650 uma aberração de ver o quanto que esse governo está preocupado com a proteção social,  
651 então acho marcou. Acho que a falas foram muito importantes de todos que estavam  
652 representando as entidades. Eu quero dar uma salva de palmas para a sociedade civil  
653 porque, realmente, se não fosse esse grupo... O colegiado estava lá, apoiou de fato. A  
654 sociedade civil não arredou o pé. E o Fonseas, que é o Fórum dos secretários também não  
655 arredou o pé. Mas o governo, realmente, no último momento da fala dele, que estava  
656 representando o governo... O presidente do conselho nacional... Foi uma aberração. Foi  
657 muito triste. Eu vou deixar as outras pessoas complementarem, mas, para mim, nós  
658 cumprimos o nosso papel como delegados. **LUANDA, CRP:** Eu acho que é isso. A Ivone  
659 resumiu muito bem. A sensação que a gente teve, durante a Conferência Nacional, foi um  
660 movimento de resistência mesmo. Nós ficamos firmes e fortes, apesar de todas as  
661 adversidades foi muito importante a articulação do CEAS na manutenção de um grupo de  
662 *WhatsApp* que conseguisse fazer esse diálogo com toda a delegação mineira. Isso foi  
663 superimportante. E eu tenho algumas observações a fazer em relação a essa dificuldade, a  
664 esse momento que a gente está vivendo. Eu penso que a conferência, da forma como ela  
665 se realizou, só reflete o descompromisso do governo federal com a Política de Assistência  
666 Social. E é uma coisa que a gente discutiu muito na delegação mineira, não se trata de  
667 uma discussão partidária, mas para que a gente defenda a Política de Assistência Social  
668 não há como defender o governo federal. Isso se refletiu na forma como a conferência  
669 aconteceu. A conferência só aconteceu porque a sociedade civil do CNAS bancou. Em  
670 muitos momentos a sociedade civil do CNAS se sentiu chateada também, magoada pelas  
671 críticas à conferência porque eles sustentaram nas costas a realização da conferência.  
672 Então entendendo que as críticas não são ao Conselho Nacional, mas à falta de apoio, a  
673 falta de.... Claramente, visivelmente não houve apoio do governo para se efetivar uma  
674 conferência de verdade. A conferência foi uma bagunça, foi um caos. Eu nunca vi algo  
675 parecido na minha vida. Foi o caos mesmo. E a gente se sentiu trouxe quando a gente  
676 recebe a notícia de tirar o recurso da assistência para passar para qualquer outra política,  
677 não desmerecendo a importância de nenhuma outra, mas a nossa que já está sem recurso  
678 quase nenhum. A avaliação que eu faço é uma avaliação muito negativa. Ainda bem que  
679 aconteceu, mas da forma como aconteceu não foi nada inclusiva, não propiciou  
680 participação de qualidade para ninguém, nem para quem estava com acesso bom à  
681 *Internet* porque toda hora caia a plataforma. Enfim, a gente precisa fazer essa avaliação e  
682 pensar para os próximos momentos como a gente vai garantir a participação, que é uma  
683 coisa que a gente tem falado esse mandato inteiro. E a Conferência Nacional só refletiu o  
684 caos que foi. Não teve participação, de qualidade, não. A gente participou no grupo de

685 *WhatsApp*. A gente tentou falar, mas até nas plenárias, nos momentos que a gente tinha  
686 que falar, que a gente precisava falar, a gente não tinha voz. A gente só tinha o *chat* e  
687 ninguém ouvia a gente no *chat* também. Caótico, gente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
688 **DE CURVELO/SSV:** Eu vou fazer coro com a Ivone e com a Luanda. E só mesmo para  
689 trazer ao conhecimento de vocês, nós tivemos dificuldades desde o primeiro momento para  
690 poder credenciar os nossos delegados mineiros. E acredito que tenha sido um problema  
691 geral, mas especificamente em Minas Gerais porque a gente levou um número muito  
692 grande de delegados. Minas Gerais representa uma parcela muito significativa da Política  
693 de Assistência Social. Reforçando que Ivone sustentou aqui, verdadeiramente a gente fez  
694 uma luta de braço com a organização de parte do Conselho Nacional de Assistência, com a  
695 equipe que foi contratada e com o próprio governo federal. Nós tivemos dificuldades com o  
696 credenciamento. Tivemos dificuldades com o acesso no primeiro dia na plataforma. E o  
697 primeiro dia registra-se que foi um ato de abertura, mas para mero expectadores. Era como  
698 a gente estivesse assistindo pela tevê. Patrícia até brincou com um termo lá. Patrícia, o que  
699 foi que você falou? “Ouviferência.” Várias piadas com relação a isso porque não era  
700 garantida a participação. E, em um segundo momento, quando a gente passou para as  
701 plenárias para poder discutir, pasmem, o microfone de todos os delegados estava  
702 bloqueado. Eles não podiam se manifestar através do microfone, era somente através do  
703 *chat*. Eu fiquei na plenária nº 3, do Eixo 3, nos foi informado que não tinha equipe para  
704 acompanhar o *chat*. Ou seja, era uma conferência nacional de mero expectadores para  
705 pode cumprir um protocolo de formalismo que é exigido pela lei. Foi um ato que também  
706 pude me manifestar e cobrar isso. No Eixo 2, depois de manifestar cobrando isso em nome  
707 da delegação de Minas e também dos demais delegados que tivemos apoio, foi liberado  
708 para que quando a gente quisesse manifestar, podia chamar. Nem questão de ordem era  
709 possibilitada a participação. E lembrando que questão de ordem é para poder questionar  
710 violação do próprio regimento. Isso é evidente com a violação da própria participação  
711 democrática que era garantida pelo regimento interno da conferência. É deixar registrado  
712 mesmo. Conseguimos com muita luta aprovar uma moção de descontentamento. Eu acho  
713 que repúdio é até pesado levando em consideração também o trabalho dos representantes  
714 da sociedade civil no Conselho Nacional que não mediram esforços para poder fazer  
715 acontecer. Foi uma moção de descontentamento e pedido de providências que, ao final, ao  
716 frigir dos ovos, não houve providência nenhuma tomada por parte, mas a gente conseguiu.  
717 E no último minuto, quase que a nossa moção não foi aprovada. O sistema, o pessoal não  
718 conseguiu levar todas as moções que o pessoal apresentou. Teve muitos erros de logística,  
719 de metodologia. Foi uma dificuldade muito grande mesmo e é aquilo que usualmente a  
720 gente fala, foi estritamente para inglês ver. É isso. Obrigado. **SANDRA, SINTIBREF:** Gente,  
721 nem é preciso falar muito porque quem me antecedeu aqui já falou. Acho que Minas está  
722 de parabéns. Eu vejo Luanda, escutando ela falar que teve muitas críticas, porque teve que

723 ter mesmo, mas não foram os conselheiros, ao conselho como um todo porque eu já estive  
724 nesse lugar desses conselheiros que estão lá. Márcio que está aí, Irene, Margarete... A  
725 turma toda... Aldenora.... Quando do Decreto nº 9759. Eu já saí daqui duas vezes, três,  
726 com dinheiro público para as plenárias e chegar lá e o governo nem aparecer para sentar,  
727 quando a gente estava pensando na conferência extraordinária que depois não teve. Nem  
728 para dar uma resposta definitiva no início, porque era dinheiro público e a gente saindo  
729 daqui, que eu era da comissão da deliberação de conferência, a gente estava começando a  
730 preparar para ter a conferência. Aí fala que a gente fica nos espaços falando de ideologia e  
731 questão partidária. Eles estão cumprindo o papel do Estado? Nem com a pandemia que a  
732 assistência social veio à tona, as necessidades e as demandas, eles deram esse retorno  
733 positivo. Mínimo, não é nem positivo, mínimo necessário. Fica falando que a gente às  
734 vezes fica defendendo partido, defendendo governo, mas está sendo cumprido? Não está.  
735 Agora vem esse Auxílio Brasil, vão se apropriar disso para as campanhas eleitorais que  
736 vêm aí. A gente está defendendo a política de Estado que tinha que ser feito. Na última  
737 hora plataforma não é desculpa. Conferência Nacional da Criança e do Adolescente  
738 aconteceu no ano passado e eu participei com a plataforma sendo toda organizada com  
739 tempo com antecedência. Não é desculpa. Foi de última hora, licitação, processos e etc.  
740 porque estou no grupo. Já estava representando o Fórum Nacional de Trabalhadores como  
741 delegada. E mais, eu sou do grupo da bancada de trabalhadores do CNAS lá e como que a  
742 gente vem discutindo e eles vêm falando o sofrimento e desafios que foi para estar  
743 chegando nessa conferência. Porque se não bancasse a sociedade civil, não ia nem ter  
744 também de novo. Já ia arrumar uma desculpa que não tinha tempo hábil. Jogar para o ano  
745 que vem que sem condições porque o processo eleitoral vem aí. Então, assim, é sociedade  
746 civil de novo com protagonismo, dando o tom como deu na democrática e a gente,  
747 infelizmente, viveu essa conferência com muita precariedade, mas parabéns para todos  
748 nós que ficamos lá até sete e meia, oito horas da noite. Eu fiquei também lá no *Youtube* só  
749 pondo as minhas colaborações, minhas ideias e defendendo. E a gente vê que,  
750 infelizmente, a gente está vivendo um momento muito difícil e cabe agora... Já sei que o  
751 conselho foi muito ativo e proativo, esses conselheiros... Nós que estamos – me faço  
752 presente do grupo – que estamos tomando posse, ficar bem atentos com Minas Gerais,  
753 com a política no âmbito nacional, de como que está sendo esse desmonte e a gente agir  
754 firmemente. Tem muita gente sofrendo e eles estão já se apropriando das bolsas, dos  
755 ‘emergencial’. Tudo aí já para o processo eleitoral e a gente também dar visibilidade ao que  
756 está acontecendo. Inclusive o golpe que a gente sofreu de madrugada desse Legislativo  
757 que votou tirando o orçamento da assistência social. É isso. **SUZANNE, SEDESE:** A  
758 Sandra falou uma coisa que eu ia falar, a plataforma não é desculpa. Eu até falei: Não é  
759 problema técnico. Problema técnico as pessoas entendem por que na Conferência  
760 Estadual a gente teve problema técnico, mas os delegados estavam muito compreensivos

761 porque o mundo virtual traz esses problemas mesmo. Foi um problema de concepção. Não  
762 existe conferência sem participação, acho que isso assustou todo mundo, principalmente  
763 no primeiro dia. Eu lembro que mandei nos grupos: “Gente, é só *chat*?” Tipo assim,  
764 absurdo. É isso, plataforma não é desculpa mesmo. Problemas técnicos todo mundo  
765 entende e a gente viu na conferência estadual que todo mundo compreende mesmo, mas é  
766 isso, conferência sem participação não dá para aceitar e nem compreender mesmo, não.

767 **MÁRCIO, ASSPROM:** Bom dia a todos. Eu não participei dessa Conferência Nacional, mas  
768 eu participei no processo dessa elaboração. Participei de uma reunião com o Conselho  
769 Nacional sobre, justamente, as ferramentas para a Conferência Nacional. Isso foi muito  
770 trabalhado, foi muito garantido nessa reunião preparatória todos esses espaços de  
771 participação popular. Isso tudo já era demanda que havia sido apresentada à Comissão  
772 Nacional, justamente sobre esse formato da conferência e que o sistema, o que a  
773 plataforma poderia garantir dessa participação. Eu faço coro com as palavras da  
774 Conselheira Suzanne, que isso foi uma questão de tomada de decisão política. Porque as  
775 ferramentas para a conferência, para que ela fosse realizada dentro do espírito de  
776 participação popular, já tinham sido trabalhadas anteriormente, com bastante tempo, onde  
777 nem a plataforma nacional havia sido contratada ainda. Mas eles já tinham uma  
778 experiência de uma conferência que já havia sido realizada dentro desse mesmo formato.  
779 É uma questão política para travar mesmo o processo de participação popular. Eu acho  
780 que isso tem que ficar registrado, bem, bem claro para que realmente a condução do  
781 processo teve intencionalidade, infelizmente. **MARINETE, COGEMAS:** Sabe aquela  
782 sensação inicial de decepção? Seria a minha primeira participação em uma Conferência  
783 Nacional de Assistência Social com muita expectativa. Reconhecendo tudo que a gente  
784 viveu 2020, 2021, com a questão da pandemia. Eu fui com muita expectativa, agora é a  
785 nossa vez de fazer valer a política da assistência, principalmente com esse impacto da  
786 pandemia. E plataforma – não vou repetir aqui o que os colegas já falaram – mas o legado  
787 da Constituição de 1988, o legado dessa democratização de poder, o legado da  
788 participação popular, infelizmente não aconteceu. O que me deixou aliviada foi no final  
789 quando a Aldenora leu a carta de repúdio a esse golpe. A esse grande golpe que fez na  
790 calada da noite em relação a R\$ 60 milhões do Fundo Nacional. Como um amigo sempre  
791 falava: “Espera até o final.” Não adianta sofrer com antecedência porque, realmente,  
792 durante todo o processo foi delicado. Não acessa a plataforma. Não tivemos espaço de fala.  
793 Foi muito desafiador, mas ter condição de ter feito pelo menos a leitura daquela carta de  
794 repúdio, daquela moção de repúdio, eu acho que já valeu a conferência. **MARIA BAIÃO,**  
795 **FMTSUAS-BH:** Acho que todos que antecederam já demonstraram a indignação da  
796 conferência, mas o que eu quero deixar aqui para vocês é que, talvez, nós de Belo  
797 Horizonte nos empenhamos muito porque foi feito em Belo Horizonte a nossa conferência.  
798 Muito trabalho, mas muita organização. Eu falo isso porque eu, como usuária, fiz parte da

799 mesa de coordenação representando o usuário. Foi muito trabalho. O primeiro desafio foi  
800 trabalhar com a Prodabel a conferência. Nas bases, usuários lá na fila, lá na rua e esse foi  
801 o primeiro desafio. A Prodabel foi para a rua para ver como ela iria abrir o sistema para nós.  
802 Podemos confiar? Vamos fazer a conferência? Enquanto ela não deu o sim, nós não  
803 adiantamos nada na conferência. Quando ela nos deu a segurança do trabalho, aí nós  
804 fomos trabalhar. Foi muito difícil, mas foi uma conferência muito boa, muito bem-feita. Não  
805 foi porque eu participei, que nós temos companheiros aqui que também são testemunhas  
806 do trabalho da conferência. Eu, usuária, me empenhei mais em ir para o estado porque eu  
807 já conhecia um pouco, mas também já sabia que vocês iriam ter muita dificuldade. A  
808 nacional, gente, com sinceridade, eu tenho comigo que ninguém, ninguém esperava.  
809 Ninguém esperava uma coisa daquela. A decepção foi tanta porque a conferência, eu falei  
810 em um momento no Eixo 2, porque eu estava no Eixo 2. Eu falei: “Eu acho que a  
811 conferência foi feita em cima do clamor do povo do Brasil, em cima de um orçamento para  
812 dar continuidade à assistência social”. Tanto que vocês que estavam presentes e  
813 conseguiram acompanhar, não teve um eixo, não teve uma fala de um usuário ou de um  
814 grupo – seja lá o que for – que não saiu algo da cobrança dos entes federados. E o eixo  
815 que eu estava, como era financiamento, foi muito feliz porque a fala ficou muito boa. O  
816 trabalho ficou muito bom porque não fugiu do contexto financiamento. Cada um cobrou da  
817 sua maneira, mas foi cobrado. Foi muito bem feito. De repente, quando vem esse balde de  
818 água do dinheiro desviado, nós ficamos sem chão. A gente deu um calar, sabe? Ninguém  
819 falava. Aí, o que vamos fazer? Acabou a conferência. Muitos queriam sair para ir embora  
820 naquele momento. Aí eu falei assim: “Gente, vamos fazer então?” Já não podia fazer  
821 moção de repúdio diz que já tinha votado. Ninguém sabia se estava votado, se não estava,  
822 aquela confusão. Então eu sugeri: “Vamos fazer uma carta aberta? Que alguém leia lá na  
823 frente ou que vá anexado e depois isso vai para os anais da conferência”. Aí foi acatada a  
824 nossa moção de repúdio para aquele momento. E os meninos – acho que foi até aquele  
825 que saiu... Você aí, você. O Bruno. Gente, o Bruno foi assim... Não tem nem nota. E você  
826 também. Ontem, o dia todo trabalhamos. Ontem foi domingo, mas o dia inteiro nós  
827 trabalhamos no grupo. Então foi daí que saiu essa carta de repúdio e eu percebi que lá na  
828 mesa, Aldenora, eles complementaram porque foi alguém da mesa que falou: “Eu posso  
829 fazer, mas nós podemos acrescentar até mais”. Foi no que até ela ficou meia extensa que  
830 a Aldenora leu. O que tenho para dizer aqui com muita tristeza, em nome do... Como dizia  
831 a Dona Anédia: ‘dos pequeninos’. Isso, o grupo nosso, nós estamos trabalhando. A maioria  
832 deixou o seu nome. Está sendo um consenso de todos. O grupo aberto. Nós vamos  
833 continuar trabalhando, gente, e o ano que vem nós vamos estar na rua desse país para  
834 tirar esse cidadão de Brasília ou, então, o Brasil vai acabar de acabar. Não tem como. E  
835 não é só o governo em Brasília. O estado de Minas Gerais... Nós, aqui do CEAS, nós  
836 temos que ter uma obrigação de um financiamento exclusivo para a assistência social. Nós

837 temos que fazer com que o governo entenda que eles não estão aí para governar e botar o  
838 dinheiro para si. É a Nação, se eles assumem um compromisso é com essa Nação. Gente,  
839 nós estamos em uma situação de miséria, de pobreza. Belo Horizonte ainda está mais ou  
840 menos. Mais ou menos, mas e o que o Brasil está vivendo? Gente, o que passa dentro de  
841 São Paulo e no Rio de Janeiro é uma loucura. Isso nós temos que assumir. Nós estamos  
842 assumindo o compromisso no grupo e eu não tenho partido, viu, Sandra? Sandra me  
843 conhece de anos aí, mas o meu partido é o povo. Na hora de estar na rua, eu sempre  
844 estive e agora vou estar em dobro. Se Deus quiser. **PRESIDENTE:** Obrigada, Baião. Acho  
845 que não tem mais ninguém inscrito. A gente pode finalizar o momento dos informes. Dando  
846 sequência a nossa pauta, a gente está com o horário um pouquinho apertado. Eu tinha  
847 solicitado a inclusão de um ponto de pauta que era uma moção de aplausos para a  
848 Delegação Mineira e para os delegados Elder e Bruno. O Conselho Nacional solicitou ao  
849 CEAS a indicação de dois pontos focais, um da sociedade civil e a gente indicou o Elder,  
850 que muitos de vocês conhecem, que foi conselheiro estadual de 2015 a 2017, 2017 a 2019.  
851 E também do Bruno que foi como ponto focal da sua representação da sociedade civil. Ele  
852 é presidente do CMAS de Três Pontas. Os dois ajudaram muito a sociedade civil, o  
853 governo, todos os delegados. Deram o suporte técnico que o CNAS não deu, porque no  
854 primeiro dia de conferência o número de *WhatsApp* da empresa não funcionou, então ficou  
855 sem suporte técnico nenhum. Sem nenhuma orientação e eles que fizeram esse contato  
856 com o CNAS, todo esse apoio. Então queria propor essa moção de aplausos aos dois,  
857 nominal aos dois, e à Delegação Mineira por todo o esforço, comprometimento, apesar de  
858 todas as dificuldades seguiu firme no compromisso de defesa do Suas tentando participar  
859 dessa conferência apesar de todas as dificuldades. **IVONE, COGEMAS:** Eu acho que  
860 tiveram muitos gestores municipais também, que muitos delegados colocaram isso, abriram  
861 os equipamentos, colocaram à disposição, contribuíram para que os seus delegados lá  
862 também. Se pudesse também estender essa moção de aplausos também às instituições  
863 que apoiaram os delegados lá na ponta. **PRESIDENTE:** Ok, Ivone. Obrigada. Não estou  
864 vendo nenhum conselheiro solicitando inscrição. Vou colocar em regime de votação. Os  
865 conselheiros que aprovam a moção de aplausos, por favor, se manifestem. Ok. Nenhuma  
866 abstenção. Aprovada a moção de aplausos. Obrigada. A gente segue agora para o próximo  
867 ponto de pauta que é o Censo Suas do conselho. Vou pedir ao Daniel para projetar. Na  
868 verdade, ele já foi lançado. Pelo prazo ele já foi lançado no sistema do Suasweb, mas a  
869 gente vai fazer a apresentação aqui e está no prazo de retificação. Eu vou fazendo a leitura,  
870 vou ficar de costas para vocês, então talvez eu não veja a inscrição, mas quem quiser se  
871 inscrever para falar pode me interromper porque vou tentar fazer o mais rapidamente tendo  
872 em vista o horário. A primeira parte é da identificação. Fala do endereço do CEAS. Sim. A  
873 Juanita está perguntando se o CEAS vai passar a funcionar aqui. É, agora a Secretaria  
874 Executiva está funcionando aqui no prédio da Cidade Administrativa. Há pouco tempo, não

875 é, Daniel? O endereço do CEAS... É porque geralmente coloca o endereço da Secretaria  
876 Executiva, mesmo que as reuniões não sejam aqui, mas a sede da Secretaria Executiva  
877 que coloca. **DANIEL - CEAS:** É muito importante que esteja o endereço do CEAS da  
878 Secretaria Executiva porque as comunicações, cartas, telefones, etc. É isso.  
879 **PRESIDENTE:** A parte da regulação: a lei que criou o Conselho Estadual é de 1996. Teve  
880 alteração na lei que foi em 2011. Esse conselho possui Regimento Interno. A última vez foi  
881 atualizado no ano de 2016. Em relação à infraestrutura, o CEAS possui um local específico  
882 para seu funcionamento. E aqui no prédio funcionam outras instituições e unidades  
883 também, que é a Secretaria de Assistência Social e congêneres, e outros conselhos. Em  
884 relação ao quantitativo de salas, de uso exclusivo da Secretaria Executiva, com capacidade  
885 de no máximo 15 pessoas, tem uma sala. Para mais de 15 pessoas, de uso exclusivo, não  
886 tem. De uso compartilhado, com capacidade de no máximo 15 pessoas, tem 4 salas. Uso  
887 compartilhado para mais de 15 pessoas tem 3 salas. Quantidade de banheiros: 4. Também  
888 tem recepção. Em relação aos equipamentos e materiais disponíveis em funcionamento  
889 para as atividades do conselho, tem telefone de uso exclusivo, celular do conselho,  
890 material de escritório, equipamento de som, *datashow*, veículo de uso compartilhado,  
891 acervo bibliográfico, máquina copiadora, impressora, bebedouro e o filtro, ar-condicionado  
892 e/ou ventilador. Tem 10 computadores de uso exclusivo do conselho, todos com acesso à  
893 *Internet*. Não tem computador compartilhado e nem computador que não esteja conectado  
894 à *Internet*. Em relação à Secretaria Executiva. O conselho possui uma Secretaria Executiva  
895 de apoio. O secretário executivo é exclusivo do CEAS. No total são 10 funcionários  
896 exclusivos da Secretaria Executiva do CEAS. Horário de Funcionamento: 5 dias por  
897 semana, 12 horas por dia. O Ângelo pega às 6h da manhã e vai até às 18h, por isso 12  
898 horas. A Secretaria Executiva promove e facilita o acesso dos conselheiros aos materiais,  
899 informativos, capacitações e cadernos de orientação, pesquisa e divulga os materiais  
900 informativos. Pesquisa e divulga as ações de capacitações e apoio técnico. E o próprio  
901 conselho também realiza atividades formativas. As plenárias do conselho são gravadas e  
902 os áudios arquivados pela Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva ainda faz  
903 verificação e registro de *quórum* para abertura das plenárias; submissão da ata da plenária  
904 anterior à aprovação do colegiado; submissão de pauta de plenária posterior à aprovação  
905 do colegiado; elaboração de informes para os conselheiros. Em relação ao bloco do  
906 orçamento. Na Lei Orçamentária de 2021 tem previsão de recursos específicos do órgão  
907 gestor que são destinados à manutenção do conselho. Em 2021 foram destinados, pelo  
908 menos 3% do índice de gestão descentralizada IGD Bolsa Família e do índice de gestão  
909 descentralizada IGD Suas para custear as despesas de funcionamento do conselho. Em  
910 2020, a faixa percentual que o conselho executou foi de 0 a 25%. O deslocamento dos  
911 conselheiros para as reuniões ordinárias é realizado sempre que necessário, assim como a  
912 hospedagem e alimentação dos conselheiros nas reuniões ordinárias. E o deslocamento



913 para as reuniões descentralizadas, sempre que necessário, assim como a hospedagem e a  
914 alimentação dos conselheiros. O deslocamento para fiscalização de entidades, também,  
915 sempre que necessário. Gastos com pagamento de água, luz, telefone e outras contas, não  
916 custeia. Geralmente é pago pela própria Sedese pelo prédio todo. Material de escritório  
917 sempre que necessário. Gastos com a compra de equipamentos: computadores,  
918 impressoras, entre outros, sempre que necessário. A dinâmica de funcionamento. O CEAS  
919 tem um calendário anual de reuniões ordinárias que são estabelecidas na última plenária  
920 do ano anterior. O calendário é publicizado por meio do envio aos conselheiros e às Suas  
921 entidades, e também disponibilizado no site do CEAS. No ano de 2020 nós tivemos 12  
922 plenárias ordinárias e extraordinárias, no total. As atas do CEAS são publicizadas no site  
923 do conselho. Elas também ficam no CEAS em local de livre acesso para a população  
924 usuária e são enviadas às entidades de assistência social que estão representadas no  
925 conselho. As deliberações e resoluções do CEAS são publicadas em Diário Oficial e no site  
926 do CEAS também. As estratégias de comunicação com os usuários do Suas, que o CEAS  
927 tem, ele disponibiliza os contatos, *e-mail*, telefone, *WhatsApp* para o público e tem páginas  
928 nas redes sociais. Na verdade, não tem página na rede social, não. Tem *Facebook*? Gente,  
929 tem *Facebook*, mas está inativo porque ninguém conhece. O Daniel está falando que tem  
930 as redes sociais, sim, mas que tem que turbinar muito tempo... **DANIEL - CEAS:** Isso.  
931 Inclusive perguntei à equipe da Secretaria Executiva que está há mais tempo aqui, eles  
932 falaram que tinha. Tinha uma estagiária que fazia a gestão das redes sociais, só que agora  
933 a gente tem que correr atrás para voltar a publicizar mais nas redes sociais. Inclusive faz  
934 duas semanas que fui informado que tinha, sim, só que agora a gente tem que correr atrás  
935 para utilizar mais essas redes que, com certeza, publiciza muito bem as coisas do CEAS.  
936 **PRESIDENTE:** Ok. Dentro das atividades que o CEAS realiza para fomentar e estimular a  
937 participação dos usuários, ele estimula a formação de coletivo e comitê de usuários, por  
938 exemplo, Fórum Municipal de Usuários. O conselho tem conhecimento da existência de  
939 fóruns, colegiados e movimentos de usuários. E ele pede para especificar quais. Não foi  
940 marcado aqui, mas lá foi marcado: Fórum Municipal de Belo Horizonte, Fórum Municipal de  
941 Usuários de Belo Horizonte, Apoine, que é a entidade do Damião; Asquis, Movimento  
942 Quilombola; Movimento Nacional População de Rua; Fórum Estadual dos Trabalhadores  
943 do Suas. Em 2020, nenhum conselheiro participou do Capacita Suas. Não foi ofertado. Em  
944 2020 o conselho participou de assessoramento técnico, inclusive reuniões promovidas pelo  
945 Conselho Nacional de Assistência Social e também promovidas pelo CEAS. Ali marcou  
946 apenas para conselhos municipais. Ali na 32. A 33, é para assinalar os temas discutidos  
947 pelo CEAS em 2020. O CEAS discutiu, ano passado, a organização e a estruturação do  
948 conselho; processo de eleição dos conselheiros; regimento interno; constituição de  
949 comissões; plano de ação; demonstrativo de execução físico e financeira; plano de  
950 assistência social; Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e a Lei

951 Orçamentária Anual – LOA; deliberações das conferências; planejamento das atividades do  
952 conselho; acompanhamento do Programa Bolsa Família; Acompanhamento do benefício de  
953 prestação continuada; dos benefícios eventuais; financiamento, implantação, organização e  
954 oferta de serviços socioassistenciais; programas, projetos e benefícios de proteção social  
955 básica; financiamento, implantação, organização e oferta dos serviços socioassistenciais;  
956 programas, projetos e benefícios da proteção social especial; reprogramação de recursos e  
957 saldos da assistência social; fiscalização das ofertas prestadas pelos equipamentos  
958 públicos da assistência social; fiscalização das ofertas prestadas pelas entidades e  
959 organizações da sociedade civil (OSC) de assistência social; intersectorialidade,  
960 transversalidade na Política de Assistência Social; participação popular e mobilização  
961 social; capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros; utilização de no mínimo  
962 3% dos recursos do IGD Suas e IGD PBF para o desenvolvimento das atividades do  
963 conselho; avaliação, devolução do Suas no âmbito municipal e estadual; denúncias;  
964 acompanhamento de programas e projetos da Política de Assistência Social nacional e  
965 local; mobilização de usuários da assistência social para integração mundo do trabalho;  
966 grupos populacionais tradicionais e específicos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos,  
967 ciganos e outros; inserção de crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do  
968 benefício de prestação continuada (BPC) na escola; violência e violação dos direitos. Além  
969 disso, também discutiu sobre a população atingida por barragens. Em 2021, o CEAS  
970 deliberou sobre a proposta anual de orçamento. E trimestralmente o CEAS aprecia o  
971 Relatório de Aplicação dos Recursos dos Fundos de Assistência Social. O conselho  
972 aprovou, tem uma resolução aprovada – se não me engano, 2018 – que define os critérios  
973 e prazos para o acesso aos benefícios eventuais; os critérios e prazos dos benefícios  
974 eventuais foram observados na lei. O conselho acompanha os processos de pactuação da  
975 Comissão Intergestores Bipartite – CIB, da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, com  
976 regularidade. O CEAS também acompanha os processos de deliberação do CNAS e do  
977 CEAS com regularidade. O conselho é uma instância de controle social do Programa Bolsa  
978 Família. Quando pergunta se o conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa  
979 Bolsa Família, a gente discutiu um pouco sobre isso e optou por marcar ‘Não’. Porque,  
980 embora o conselho seja uma instância de controle social, não tem uma metodologia de  
981 acompanhamento do Programa Bolsa Família. Trimestralmente, quando da análise da  
982 prestação de contas é feito uma análise da execução da Política de Assistência Social,  
983 principalmente a execução físico e orçamentária como um todo, mas não especificamente.  
984 Têm conselhos municipais, o Conselho Nacional, por exemplo, que tem uma comissão  
985 específica de acompanhamento dos programas de transferência de renda, mas, aqui no  
986 caso, a gente entendeu que é necessário o CEAS avançar para iniciar esse  
987 acompanhamento de fato. A Ivone pediu voz aqui. Pode interromper, se quiser. **IVONE,**  
988 **COGEMAS:** Acho que é uma questão bastante pontual essa questão da fiscalização do

989 Programa Bolsa Família. E o conselho é a instância de fiscalização. Isso envolve recurso  
990 também. O quanto que pese também nossa resposta 'Não'. Eu acho que a gente merece  
991 ouvir da Sedese como que funciona essa fiscalização hoje para que, de fato, a gente possa  
992 ter condição de responder esse questionário com 'Sim' ou com 'Não' porque a nossa  
993 resposta aqui vai impactar também diante da fiscalização do programa no âmbito nacional.  
994 Não estou colocando para a gente rever nossa ação, mas eu acho que a gente teria que  
995 ouvir como que é feito. Como que o órgão gestor entende essa fiscalização para que o  
996 conselho possa... Nós estamos tirando como conselho fiscaliza ou não fiscaliza? O  
997 conselho estadual. Não sei se você entende ou... **PRESIDENTE:** Eu vou passar para a  
998 Baião que estava inscrita, depois eu passo para o Ludson, porque para registrar em ata é  
999 preciso falar no microfone. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Patrícia, isso é um absurdo. O  
1000 que é isso, minha filha? Um estado com mais de 853 municípios em uma situação de  
1001 miséria e pobreza que sabemos, como que ainda vão questionar a Bolsa Família? Que  
1002 política é essa? É um absurdo, gente. Eu vou sair lá fora, não, o estado não trabalha Bolsa  
1003 Família. E esse recurso da Vale que no fatiamento tem que ser para a assistência social?  
1004 Gente, é inaceitável. Eu estou pasma, Patrícia, com uma coisa dessa. Como que estamos  
1005 aqui fazendo a prestação de contas? Tantos anos e vocês falam comigo que o estado não  
1006 tem o trabalho com a Bolsa Família, sendo que o Brasil tem lugares que o povo nem sabe  
1007 o que é Bolsa Família porque não chegou. E o governo já tirou esse dinheiro, esses  
1008 R\$ 400,00? É do restante do Bolsa Família, Patrícia? Tem que discutir isso, gente. Os  
1009 novatos que estão entrando têm que agarrar com isso, junto com... Você vai embora. Você  
1010 não vai. Você está aqui para ajudar a orientar. Não pode, gente. É inaceitável. É inaceitável.  
1011 Eu estou falando isso não é por mim e nem para mim, gente, é pelo usuário. Nós que  
1012 estamos aqui e estivemos na Conferência de ponta a ponta, cada lugar pior do que o outro,  
1013 porque o Brasil está assim, não tem lugar bom, não. Está cada um pior do que o outro.  
1014 Pelo amor de Deus, gente. Vamos sentar. Isso é Conselho de Assistência Social.  
1015 Infelizmente nós estamos correndo atrás é justamente porque não tem recurso, não tem  
1016 dinheiro. O dinheiro está na mão de meia dúzia. Meia dúzia que é nosso. É nosso imposto.  
1017 É nosso direito. Isso é uma miséria, Bolsa Família. Mas, essa miséria, ainda tem  
1018 miseráveis que estão contando com ele porque é dele. Não pode, gente. Nós temos que  
1019 dar uma dura no governo federal, estadual, municipal. Ontem eu vi uma reportagem no  
1020 Globo Repórter uma cidadezinha bem pertinho de nós, Minas Gerais, as rendeiras tecendo  
1021 cestos com fibra de banana para subsistência do município. Que maravilha. Fizeram o  
1022 presépio no centro da cidade todo em folha de banana. É isso que o governo tinha que dar  
1023 incentivo ao prefeito para ajudar as comunidades. Agora, vai e tira? Não, gente. **MARIANA,**  
1024 **SEDESE:** Obrigada, Baião. A senhora está coberta de razão. Um grande puxão de orelha  
1025 mesmo que o CEAS precisa. Deixa eu passar ao próximo inscrito, o Ludson. Na sequência  
1026 é a Juanita. **LUDSON, CRESS:** Era uma coisa bem simples mesmo. Só queria comentar a

1027 fala da colega do Cogemas. Eu acho que não cabe manifestação da Sedese porque... É a  
1028 pergunta 41, Patrícia? A pergunta diz respeito à atuação do CEAS frente à fiscalização do  
1029 Programa Bolsa Família. Se não houve atuação do CEAS, não houve. Não há o que  
1030 questionar. A Sedese teve... E a marcação deve ser feita e ponto. A gente tem que pensar  
1031 é como o CEAS daqui para frente vai fazer a fiscalização do Programa Bolsa Família  
1032 naquilo que compete a intervenção do estado. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu acho  
1033 que a gente tem que aproveitar os momentos das discussões para já ir dando os  
1034 encaminhamentos, até considerando que o CEAS precisa avançar mesmo e estamos aqui  
1035 é para isso. Não que os que nos antecederam não fizeram, mas tudo é processo.  
1036 Implantação de política pública é processo. Considerando isso, eu acho que a gente já  
1037 poderia encaminhar para uma deliberação desse colegiado para criar uma comissão de  
1038 controle social de benefícios socioassistenciais. Não só o Programa Bolsa Família, mas o  
1039 benefício do estado que foi criado agora. Na ausência dessa comissão, eu entendo que  
1040 seria a comissão de política que teria essa responsabilidade. Considerando o tamanho do  
1041 estado, eu acho que poderia ter uma comissão específica para fazer o controle social até  
1042 porque existe, no âmbito do estado, um grupo de trabalho para a gestão do Programa  
1043 Bolsa Família. E se não estou esquecida, o CEAS estava dentro desse grupo. Mas no  
1044 âmbito do controle social, eu acho que não tinha mesmo, não. Já dou encaminhamento, a  
1045 ideia. **PRESIDENTE:** Antes de passar para o Elder. Só lembrando, de fato tem essa  
1046 resolução e o CEAS iria compor. No ano passado, quando a gente estava acompanhando  
1047 o Censo Suas, que veio essa: “Nossa, mas o CEAS não acompanha?” E a gente lembrou,  
1048 inclusive a Conselheira Luanda tinha sido indicada para poder participar dessa comissão,  
1049 mas em nenhum momento chegou um convite para ela participar de nenhuma reunião  
1050 nesse sentido. No meio de várias agendas o CEAS acabou se perdendo disso no ano de  
1051 2020. E agora, quando a gente se depara novamente com o Censo Suas, a gente vê  
1052 novamente: “Nossa, o CEAS não fez novamente o controle social do Bolsa Família.” É um  
1053 grande problema que a gente tem que se a ver com ele. Vou passar a palavra para o Elder.  
1054 **ELDER, SEDESE:** A gente até comentou isso na última reunião sobre essa questão, e  
1055 existe uma coordenação que chama Coordenação Intersetorial do Programa Bolsa Família,  
1056 que ela é composta por Assistência Social, Educação e Saúde. E a representante da  
1057 educação nessa coordenação era a Silvia Gracia, que também era conselheira do CEAS  
1058 para a Educação. Ela nunca chegou a trazer pontos para as plenárias do CEAS, de fato.  
1059 Ela estava lá, mas não representando o CEAS, representando a Educação, então ficou  
1060 essa coisa meio indefinida. Mas, para o próximo ano, a gente já tinha comentado que como  
1061 a Silvia saiu, vai haver uma nova resolução dessa coordenação e a gente já vai pedir  
1062 alteração com o membro do CEAS. E a gente até comentou de já indicar uma pessoa para  
1063 colocar. **GABRIELE, SEDESE:** Na questão 40, a gente fala que o CEAS é a instância de  
1064 controle social do Programa Bolsa Família. Só chamar atenção – acho que a Ivone trouxe

1065 isso – quando a gente utiliza o IGD do Bolsa Família, que ele até é um recurso indefinido –  
1066 não sei como que vai ficar isso com o Auxílio Brasil, enfim. Mas ele é um recurso muito  
1067 importante para o Suas, para os municípios, inclusive para o estado para arrecadação  
1068 dentro do Suas. Para utilizar o IGD com qualquer recurso que seja do conselho estadual é  
1069 importante que o conselho estadual se formalize, seja essa instância de controle social do  
1070 programa e faça a atuação no Bolsa Família. Eu acho que pode ser que essa atuação não  
1071 foi o suficiente, não foi o que esse conselho gostaria, até é uma análise que a presidente  
1072 trouxe. É isso, quando o CEAS recebe uma denúncia do Programa Bolsa Família e ele  
1073 apura, ele vai atrás do conselho municipal para resolver aquela situação, ele está atuando  
1074 no controle social do Bolsa. Pode ser que ele não atuou da forma como a gente gostaria. E  
1075 é isso, eu acho que a Juanita está correta. A gente precisa pensar no para frente, como  
1076 que a gente melhora isso, mas é só chamar atenção para essa questão do recurso.  
1077 Quando a gente fala que a gente não acompanha o Bolsa, então por que a gente está  
1078 usando IGD do Bolsa com o controle social? É só essa reflexão mesmo, mas acredito que  
1079 vocês já tenham feito. **LUANDA, CRP:** Eu acho que é importante a gente trazer isso  
1080 mesmo. Nós participamos, se não me engano desde 2018 eu sou a conselheira indicada a  
1081 participar desse GT. Pelo que tive conhecimento, chegou a ter algumas reuniões, mas eu  
1082 não fui convocada. E soube depois, enfim. Acho importante, inclusive hoje, na hora que a  
1083 gente for fazer as deliberações para as representações, lembrar dessa representação,  
1084 renová-la e lembrar a responsabilidade do GT por convocar o CEAS de fato, porque não fui  
1085 convocada para nenhuma das reuniões desse GT desde 2018. **MARIANA, SEDESE:** Só  
1086 para contribuir para a gente fazer um encaminhamento e um entendimento correto. As  
1087 denúncias que chegam hoje, elas estão indo para a Comissão de Políticas? Daniel, Rosa?  
1088 Não, bolsa Família que estamos falando. Vocês entenderam, gente? Patrícia, é porque  
1089 fiquei na dúvida. Até para clarear o que a gente está falando. As denúncias que chegam  
1090 hoje estão sendo encaminhadas para a Comissão de Política e estão sendo tratadas dentro  
1091 da Comissão de Política do CEAS. O que a gente está falando é: faz, mediante denúncia  
1092 dentro da comissão do CEAS, e o GT ou a comissão específica que não está funcionando.  
1093 É isso? Só para... **PRESIDENTE:** Porque, na verdade, quando a gente considera que a  
1094 instância de controle social é algo além de acompanhar denúncias pontuais vindas dos  
1095 municípios. Vou dar um exemplo: no Conselho Municipal de Nova Lima, onde eu atuo, tem  
1096 uma comissão de acompanhamento, então tem uma resolução que fala o que tem haver no  
1097 demonstrativo, que a prestação de contas é trimestral. Isso, trimestralmente é discutido.  
1098 Igual tem no orçamento, a prestação de contas físico e financeira trimestral. Isso. Quando a  
1099 gente considera que a instância de controle social vai ter mais ações para além das  
1100 denúncias que são pontuais. Deixa eu passar para o Lucas que estava inscrito. **LUCAS,**  
1101 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Presidente. Eu quero fazer coro  
1102 com a indicação trazida pela Juanita, mas fazendo uma ressalva: que a gente possa criar

1103 essa comissão específica de acompanhamento do Bolsa Família e de outros, em uma  
1104 soma de conselheiros da Comissão de Política juntamente com a Comissão de Orçamento.  
1105 Uma vez também que a gente vai conseguir acompanhar até mesmo a aplicação daqueles  
1106 3% que são do controle social. Seria uma formatação da comissão, no estilo da comissão  
1107 de monitoramento das deliberações das conferências. Seria uma parcela de conselheiros  
1108 da Comissão de Política juntamente com a Comissão de Orçamento. E já levo o  
1109 encaminhamento nesse sentido. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas. Obrigada. Temos  
1110 aqui a inscrição da Iara. **IARA, CSJB:** Eu estou com uma dúvida que ainda não ficou clara.  
1111 Se na 40 eu digo que o conselho é uma instância de controle social do Programa Bolsa  
1112 Família, como que eu sinalizo nas seguintes que ele não faz esse trabalho? Eu não estou  
1113 vendo coerência em responder na 40 que o conselho é esse espaço, é esse controle social,  
1114 e eu seguir na 41, na 42, dizendo que eu não fiz. Então eu não sou. Eu não fiz. Estou com  
1115 dúvida, não sei como foram as discussões... Certamente deve ter tido alguma razão, mas é  
1116 porque, de fato, me ressoam algumas dúvidas em relação a isso e se eu estivesse fazendo  
1117 a leitura do documento, de fato, eu iria identificar alguma incoerência nesse sentido.  
1118 **PRESIDENTE:** Realmente parece uma incoerência, mas quando a gente discutiu junto à  
1119 Secretaria Executiva foi no entendimento que não há uma outra instância, nenhum outro  
1120 órgão que seria a instância de controle. Então, quem que deve fiscalizar? É o CEAS. O  
1121 CEAS está fazendo? Não. Então a gente entendeu mais ou menos dessa forma. 40, o  
1122 CEAS é instância de controle social? É. Ela está fiscalizando, na 41? Não. Foi, mais ou  
1123 menos, esse entendimento. A gente tem inscrição da Juanita e depois tem uma pessoa que  
1124 levantou a mão, que eu não vi quem foi. Arlete. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu pedi  
1125 a fala novamente até para contrapor a proposta do Lucas no sentido de que a Comissão de  
1126 Política e de Financiamento têm uma agenda de trabalho muito extensa e muita demanda.  
1127 Talvez não seria interessante a gente fazer uma comissão de acompanhamento de  
1128 benefício com a junção desses atores na composição dessa comissão? Até porque essas  
1129 comissões já têm um trabalho muito denso na sua responsabilidade. E se a gente for  
1130 pensar bem, toda comissão o trabalho é transversal, ele se perpassa. Que a gente crie  
1131 uma comissão para acompanhar os benefícios, que é mais do que apurar denúncia. Apurar  
1132 denúncia de qualquer setor, o CEAS tem essa função, de qualquer área, não só do  
1133 Programa Bolsa Família, do Suas em geral. Então é uma comissão que precisa ser criada  
1134 mesmo até para cumprir essa normativa, que a gente é, mas não executa. A gente tem  
1135 esse papel, mas não executa as funções. No sentido de ser mais uma comissão do CEAS  
1136 e é claro, se a gente precisar conversar com outras comissões para definir o trabalho,  
1137 porque tudo vai para o plenário para deliberação. Eu só fico pensando, Lucas, na  
1138 operacionalidade dessa comissão, considerando as atribuições das outras duas comissões  
1139 que já são muito densas, se não a gente acaba fazendo retrabalho nas comissões. E é  
1140 nesse sentido que eu queria manter a proposta só da outra comissão mesmo. Obrigada.

1141 **IVONE, COGEMAS:** Eu queria só reforçar a importância dessa fiscalização, uma vez que  
1142 os municípios recebem também recurso do IGD. E esses recursos, às vezes, ficam nas  
1143 contas e isso também inviabiliza muito as ações. A fiscalização não é só pelo que está  
1144 errado, às vezes até para ajudar os municípios a executar bem porque o estado não  
1145 executa diretamente o programa, quem executa são os municípios. O conselho é uma  
1146 instância de fiscalização junto aos municípios, para entender como está sendo executado o  
1147 programa e como que, talvez, hoje, por exemplo, todo município tem uma cota do Censo  
1148 que teria 700 famílias pobres, que teriam perfil para entrar no programa. Hoje, Programa  
1149 Auxílio Brasil, e, às vezes dentro desse programa, 700, tem 800, ele não vai inserir mais  
1150 nenhuma. E, às vezes, as 800 não são prioritárias dentro do município. O CEAS também  
1151 pode ajudar o município a fazer essa fiscalização. Não é fiscalizar no ponto de vista de  
1152 estar errado, mas do ponto de vista de ajudar o município também a melhorar sua gestão  
1153 no Programa Bolsa Família, a exercer a intersetorialidade porque tem um município que faz  
1154 melhor, outro município não faz bem com a Saúde e a Educação. Não tem. Tem município  
1155 que quem executa o CadÚnico é a Educação, não é a assistência. Têm outros que é a  
1156 assistência quem executa. E não há o mínimo de relação de uma política com a outra. E a  
1157 normativa exige que tem que ter. Ela é tripartite. Ela é Assistência, Saúde e Educação.  
1158 Hoje, com a mudança do Auxílio Brasil, fico até com medo de falar isso porque nem sei se  
1159 lá nesse modelo se garante ainda essa relação Assistência, Educação e Saúde. Nós temos  
1160 que ajudar os municípios a viver nessas mudanças com esse programa novo, com o  
1161 Auxílio Brasil. Eu acho que o CEAS tem um papel enorme e muito importante de  
1162 fiscalização e de acompanhamento porque, além de vir recurso diretamente para a família,  
1163 vem recurso para o município. O papel do CEAS de fiscalizar e acompanhar é fundamental  
1164 junto com a equipe estadual que tem aí que é esse GT. **PRESIDENTE:** Obrigada. Eu  
1165 (trecho incompreensível) [02:11:25]. **MARIANA, SEDESE:** Eu acho que é porque a  
1166 discussão estendeu e acabou vindo mais coisa na cabeça. Minha opinião aqui também tem  
1167 um problema na formulação da pergunta. Eu quero fazer duas observações. Uma, com  
1168 relação ao que está ali, que é uma pergunta que a gente precisa ter uma resposta objetiva  
1169 e outra quanto aos encaminhamentos que estão sendo dados. Quando a gente está  
1170 respondendo que 'Não' eu também entendo que a gente não deve responder dessa forma.  
1171 Por quê? Discutir as questões dentro do CEAS, esse ano, por exemplo, a gente já teve  
1172 discussão de Auxílio Brasil. Nós discutimos isso em alguns momentos. A questão das  
1173 denúncias são apuradas quando elas chegam. Eu também não acho que o CEAS pode  
1174 dizer que não faz nada. A gente não faz de forma permanente. Considerando o que a Ivone  
1175 está falando, a gente também tem que pensar na competência do estado e do CEAS  
1176 dentro do Bolsa Família porque quem executa diretamente são os municípios. Quem  
1177 atende o cidadão é o município. Quem paga é o governo federal e Caixa, enfim. Eu estou  
1178 questionando a nossa resposta. Acho que tem um problema de formulação na pergunta,

1179 mas a nossa resposta acho que a gente deveria refletir se a gente vai marcar 'Não' mesmo.  
1180 Pensando no encaminhamento das comissões, aí eu quero chamar atenção,  
1181 principalmente de novos conselheiros porque as comissões temáticas do CEAS são  
1182 importantíssimas. A gente precisa manter as comissões. Reunir todos os meses e eu vejo  
1183 que criar mais comissões pode trazer dificuldade para a gente operacionalizar isso. Porque  
1184 a gente tem dificuldade de agendas. Isso é fato para todo mundo. Quem vem de fora, quem  
1185 viaja, seja no presencial ou no virtual, a gente também teve dificuldade de reuniões. Minha  
1186 sugestão é que as atribuições sejam feitas dentro das comissões que já existem porque  
1187 mais comissões pode dificultar a operacionalização de nós aqui, conselheiros. Falando com  
1188 base na realidade que a gente vivenciou esses últimos anos. Como contribuição. **JOÃO,**  
1189 **CMAS/CAETÉ:** Patrícia, só uma pergunta. Nunca foi fiscalizado o Bolsa Família ou já foi  
1190 fiscalizado e porque parou? Consegue dar essa resposta? **PRESIDENTE:** Essa pergunta é  
1191 muito difícil, esse nunca. Deixa eu ver quem tem muitos anos de CEAS aqui para me  
1192 ajudar a responder. O Márcio Caldeira. Em 2020 a gente teve essa discussão no Censo  
1193 Suas porque em 2020 não foi feito. **MÁRCIO, ASSPROM:** Obrigado, Presidente. O CEAS  
1194 já compôs a comissão estadual de controle do Bolsa Família. Eu já fiz esse controle. Já  
1195 participei de várias reuniões aqui na Cidade Administrativa fazendo justamente esse  
1196 monitoramento de todo o processo. Estabelecendo fluxo de capacitação dos gestores, para  
1197 os técnicos, em relação a movimentação e alteração dos formulários de inscrição. Já teve  
1198 toda essa trajetória dentro desse conselho e o conselho acompanhou, sim, todo esse  
1199 andamento dentro do estado. É uma questão histórica aqui do conselho, participação. Acho  
1200 que a gente teve esse *gap* em função da pandemia. Várias questões foram  
1201 desestruturadas, mas o conselho sempre teve atuação. E uma das questões, sempre  
1202 quando há uma nova gestão, sempre há composição da representação dos conselheiros  
1203 nas comissões. E essa sempre entra na pauta a representação do conselho na comissão  
1204 de monitoramento do Bolsa Família. Sempre teve. O conselho sempre teve essa  
1205 participação efetiva no controle do Bolsa Família. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada. Acho  
1206 que tem a Juanita e o Sávio inscritos. Juanita, Sávio, Ludson e Élerson. **MARIA JUANITA,**  
1207 **FEAPAES/MG:** Eu acho que a gente podia, são duas questões que estamos discutindo: a  
1208 primeira é com relação ao preenchimento ali, igual a secretária apresentou, que o conselho  
1209 é instância de fiscalização, mas não acompanha, não faz nenhuma ação nesse processo.  
1210 Isso é a resposta que está ali e que a gente tem que deliberar na hora que for chamar para  
1211 deliberação. A outra coisa é que existe no âmbito do estado, eu não sei se existe ainda um  
1212 grupo de trabalho intersetorial da gestão do Programa Bolsa Família, igual tem no  
1213 município, que compõe a Educação, a Saúde, a Sedese eu não me recordo, e o CEAS era  
1214 convidado na época a participar para ver essa discussão, esse movimento, até onde  
1215 inclusive o Márcio era o representante, representando o CEAS. E, provavelmente, o Márcio  
1216 levava essa discussão para o CEAS que estava ocorrendo no GT. Eu mantenho a minha



1217 proposta de criação da comissão. Não é por causa da dificuldade de agenda que a gente  
1218 não vai fazer o nosso trabalho de controle social. A gente vai ver de que forma que vamos  
1219 nos organizar para ter agenda para cumprir as nossas funções. Se os benefícios  
1220 socioassistenciais existem no âmbito do Suas, a gente precisa fazer o controle social. E o  
1221 controle social da gestão do Programa Bolsa Família em âmbito do estado é diferente do  
1222 âmbito do município. Eu discordo um pouco da fala da Ivone no sentido de que lá é o  
1223 conselho municipal é que tem essa função de fazer o controle social. No âmbito do estado  
1224 a gente vai ter outras funções que é: como é que a gestão do Programa Bolsa Família no  
1225 âmbito do estado? É esse controle social que a gente vai fazer, essa avaliação, essa  
1226 análise e essa deliberação. Ou seja, se têm muitas famílias sem acompanhamento da  
1227 saúde, de que forma que o estado, Sedese, Secretaria de Saúde estão trabalhando para  
1228 apoiar a Secretarias municipais de saúde no município a cumprir o calendário de vacinação.  
1229 Um exemplo que eu estou pensando aqui. A nossa gestão, o nosso controle com relação  
1230 ao âmbito estadual é diferente porque no município já tem esse controle que é feito lá e a  
1231 gente não pode fazer o trabalho de outra instância até porque a gente não tem essa  
1232 autonomia para fazê-lo. Era isso. Obrigada. **MARIANA, SEDESE:** A Patrícia pediu  
1233 licencinha para ir ao *toalete*. Ela pediu para seguir a sequência. Ludson e Sávio. **LUDSON,**  
1234 **CRESS:** Eu só queria comentar a fala da subsecretária em relação à marcação da questão.  
1235 Eu penso que deve permanecer como 'Não'. Porque, vejam, aquilo que a Patrícia apontou,  
1236 discutir de maneira pouco detida, denúncias, falar aqui e acolá do Programa Bolsa Família,  
1237 no conselho a gente trata de um monte de coisa. Esse nível de superficialidade não  
1238 estabelece, não caracteriza o acompanhamento do Programa Bolsa Família porque quando  
1239 houve essa transição, antes, no passado existia um conselho específico para tratar do  
1240 Programa Bolsa Família. E esse conselho foi extinto. E os conselhos de assistência social  
1241 assumiram essa função. A resolução da Senar, secretaria que cuida dessa área no  
1242 ministério, colocava para os conselhos estadual, nacional e municipais a necessidade de  
1243 estabelecer uma agenda de fiscalização estruturada. E não é isso que aconteceu no CEAS.  
1244 Se não aconteceu, a marcação só pode ser 'Não'. **MARIANA, SEDESE:** Sávio. **SÁVIO,**  
1245 **CMAS/BH:** Eu acho o seguinte, é lógico, eu concordo com a Juanita. Para cada situação,  
1246 para cada problema você tem que criar uma comissão. Não adianta o conselho mandar  
1247 representação para aquele espaço. A pessoa vai ser engolida ou não vai ser convidada,  
1248 como foi o caso aí. Ou então ficou sabendo, ela mesma disse que não participou de  
1249 nenhuma comissão. Isso pode até ser, mas complementarmente. Oficialmente o conselho  
1250 tem que cuidar das questões que aparecem. Originalmente os conselhos tinham o quê?  
1251 Comissão de Financiamento, Comissão de Inscrição de Entidade e comissão de Política.  
1252 Foram criadas as comissões de participação popular, comissão da gestão do trabalho. Isso  
1253 é importantíssimo. Sem isso não vai. Nós vamos ter que pensar nisso também. Comissão  
1254 dos Benefícios. E por último foi criado o quê? Comissão de Acompanhamento das

1255 Deliberações da Conferência. É assim, a política evolui. Daqui a pouco vai ser muito mais  
1256 do que isso e nós vamos ter que nos desdobrar para discutir isso. Não tem conversa. Não  
1257 pode ir encaixando isso na (trecho incompreensível) [02:21:09]. A Comissão de Política fica  
1258 cheia de coisa para discutir. Será que ela discute essas coisas que ela passa a se  
1259 responsabilizar pela discussão? Não. É assim, a política cresce, preocupações vêm e  
1260 várias questões entram em destaque. Benefício importantíssimo. Não existe vida digna se  
1261 você não associar benefício com serviço, para começo de conversa. Tem um status dentro  
1262 da Política de Assistência Social com relação à segurança dos benefícios, coisa  
1263 impressionante. É muito importante mesmo. Merece ser criada essa comissão e ter status  
1264 dentro do conselho, que é o principal. **MARIANA, SEDESE:** Éleron. Bem-vindo. Também  
1265 está pedindo a fala. Primeiro você se apresenta porque perdeu a fase de apresentações.  
1266 **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Bom dia a todos e todas. Sou conselheiro  
1267 representante da Cáritas Brasileira, da sociedade civil, segmento entidades. Desculpem-me  
1268 pelo atraso. É que tem férias escolares e a gente fica perdido com as crianças. Mas é só  
1269 para fazer eco a essa fala do Sávio. Eu estou no momento como Presidente Coordenador  
1270 da Comissão de Política, eu acho que para o próximo mandato que aí vai chegar, é muito  
1271 importante que se organize os trabalhos de forma tal que os conselheiros também, dentro  
1272 das Suas atribuições que muitas vezes eles já têm dentro da sua entidade ou como usuário,  
1273 ou como usuária, possam dar conta. O volume de denúncias que nós tínhamos na  
1274 Comissão de Política quando nós assumimos, era humanamente impossível de serem  
1275 tratadas com a profundidade, muitas vezes, que elas mereciam. E tínhamos denúncias de  
1276 três anos atrás. De três anos atrás que sequer haviam sido tratadas. A gente teve que fazer  
1277 e todo o mérito à Adelmira, pessoal da Secretaria Executiva. Fizemos um grande  
1278 compilado juntamente com a Mesa Diretora para que a gente pudesse dar tratativa porque  
1279 uma denúncia chega ao CEAS, não tem como simplesmente arquivar. A gente precisa  
1280 trabalhar dentro da comissão para trazer também, depois, para a plenária aprovar. Eu até  
1281 vi, não sei se já foi discutido aqui. Não sei se está na pauta. Foi publicado um decreto que  
1282 regulamenta o Conselho Estadual, no dia 18, saiu no Jornal Minas Gerais. E esse decreto  
1283 novo, não conheço, pede que o CEAS, em 120 dias, aprove um regimento interno. Não sei  
1284 se está na pauta. Não sei se vai ser discutido isso aqui. Eu acho que é uma oportunidade.  
1285 Para vocês que estão chegando deveriam até ler esse decreto. Se ninguém conhece, ler o  
1286 decreto agora, que é o decreto que regulamenta o CEAS. A gente começou a discutir isso  
1287 no CEAS. Eu lembro que isso ia ser conversado e tal. Não, é que é para falar o número  
1288 dele. Decreto. Isso, nº 48.322, de 17 de dezembro. Saiu no DOM do dia 18, de sábado.  
1289 Número 48.322, de 17 de dezembro de 2021, mas saiu no Jornal Minas Gerais de sábado,  
1290 dia 18. Regulamenta o Conselho Estadual de Assistência Social. Um dos artigos dele, ele  
1291 coloca que as reuniões do CEAS serão preferencialmente virtuais. Já é a primeira coisa  
1292 que se coloca aqui. E coloca que a gente tem uma obrigação de fazer um regimento interno.

1293 Mas porque eu estou falando isso? Porque justamente a pauta da Comissão de Política, se  
1294 for para acompanhar os benefícios nessa profundidade que está sendo discutido aqui, não  
1295 adianta a gente discutir em um modelo ideal o que tem que ser, e na hora de  
1296 operacionalizar não darmos as condições para que isso aconteça. A Comissão de Política  
1297 tem que acompanhar? Tem que acompanhar. Quantos membros tem a Comissão de  
1298 Política? E as outras pautas que já estão na Comissão de Política? Acho que é preciso não  
1299 só definir, pensar no ideal, mas a operacionalização disso também precisa ser definida pelo  
1300 pleno. **LUDSON, CRESS:** Eu queria comentar a fala do conselheiro acerca desse decreto.  
1301 A gente estava até dando uma olhada nele agora na sociedade civil. E é estranho o  
1302 seguinte, como é que o governo não traz nenhum posicionamento sobre esse decreto  
1303 nesse momento. A subsecretária não sabia que o decreto existia. Não participou dos  
1304 processos. Não conversou com o governador sobre isso. Como que lança um decreto  
1305 sobre o CEAS, instituindo esse tipo de coisa, inclusive com instituição de composição. O  
1306 instrumento mais ideal seria um projeto de lei. Por que não tem um projeto de lei sendo  
1307 enviado para Assembleia para tratar desse assunto? Por que plenários preferencialmente  
1308 virtuais? O que o governo sabe acerca disso e qual que é o posicionamento dele.  
1309 **MARIANA, SEDESE:** Na verdade, eu não vi esse decreto a fundo. O que eu posso dizer  
1310 que eu sei é que a CTL, que é o órgão de Consultoria Técnico Legislativo do estado está  
1311 fazendo regulamentação de vários conselhos do estado por decreto. Isso eu tenho  
1312 conhecimento. Não foi trazido isso para discussão. Decreto é uma prerrogativa do  
1313 governador. O que eu tenho conhecimento, não li exatamente, mas era um decreto que  
1314 falava de operacionalização. Eu acredito que não interfere na composição. O CEAS está  
1315 todo já previsto em uma lei estadual. A gente tem poucas questões para serem  
1316 regulamentadas por decreto. Sobre falar que as reuniões vão ser preferencialmente  
1317 remotas, acredito também, hoje, o estado já tem uma lei estadual e um decreto que  
1318 regulamenta o teletrabalho. Esse ano agora a gente está encerrando o ano na vigência do  
1319 decreto da pandemia, mas, para o ano que vem, as atividades dos servidores do estado  
1320 poderão ser remotas ou presenciais, então isso é a regulamentação do trabalho do servidor  
1321 estadual. E isso é uma tendência em vários órgãos públicos. E não é novidade para  
1322 ninguém que com a pandemia muitos órgãos, principalmente que não fazem atendimento  
1323 ao cidadão, estão trabalhando de forma remota. E o estado agora, a nossa tendência é  
1324 trabalhar de forma híbrida. Hoje, na Sedese, a gente já está estabelecendo uma rotina de  
1325 um ou dois dias na semana vem no presencial ou conforme demanda, vai depender de  
1326 quantidade de reunião, de atendimento que vai ter aqui. Mas, hoje, o trabalho  
1327 administrativo do estado, que não envolve o atendimento direto ao cidadão, a gente tem  
1328 permissão para fazer esse trabalho de forma remota dependendo das condições do estado.  
1329 Nesse sentido, eu acredito que para o CEAS a gente vai ter que construir o que é melhor  
1330 para a gente ter reunião presencial. A gente já conversou sobre isso em vários momentos,

1331 inclusive para montar essa plenária a gente ficou nessa discussão. O que vocês preferem,  
1332 fazer virtual ou presencial? Todos os meses presencial? Para nós da Sedese, eu falo que  
1333 não é problema a gente fazer presencial. Acho ótimo estarmos aqui, presencial. Acho que  
1334 os novos conselheiros, vai depender o que a maioria quiser fazer reunião presencial ou  
1335 virtual, não vejo problema, gente. Agora, quanto às outras questões do decreto, a gente vai  
1336 ter que estudar. Vou te falar a verdade que eu, como saiu no sábado, eu não li exatamente  
1337 o que saiu. Não estou sabendo de qual é o impacto que isso vai provocar ainda. **ARLETE,**  
1338 **GRAAL:** É o seguinte, ainda bem que nesse documento está falando preferencialmente e  
1339 não obrigatoriamente. A gente tem que começar a prestar atenção nesses pontos porque  
1340 quando se fala do trabalho remoto, todo mundo está em casa trabalhando, nós ficamos  
1341 assim por uma questão de sobrevivência. As nossas casas, pelo menos a minha, e acredito  
1342 de muitas pessoas que eu conheço, ou seja, 99,9% da minha comunidade não tem  
1343 condição de manter *Internet*, de manter uma cadeira de qualidade, de manter condições  
1344 para fazer esse trabalho em casa. E eu estou dizendo por que também venho da educação.  
1345 A outra questão é que estamos falando de saúde. A gente não tem condição de sair  
1346 atendendo tanta gente com adoecimento nesse pós-pandemia que vai explodir por aí. E, à  
1347 medida que o governo toma decisões que a própria representação dele ainda não tem nem  
1348 como explicar, isso é lesar a comunidade. Isso é uma forma de dizer: “Olha, essas pessoas  
1349 não leem. Elas estão aqui ocupando uma cadeira, mas elas nem sabem o que elas estão  
1350 fazendo.” A outra questão é ali. Existe uma lei, mas não acontece, gente. Não está  
1351 acontecendo. E, na medida que a gente colocar um ‘Sim’, a gente está negando essa  
1352 representação na qual estamos aqui fazendo. Nós não podemos dizer que isso é verdade  
1353 porque não é, a não ser que isso seja só no meu município. Porque se for só no meu  
1354 município é fácil de resolver. Agora, se isso for uma situação que está generalizada, aí fica  
1355 mais difícil de resolver. A gente não está aqui em um espaço de luta pessoal. A nossa luta  
1356 aqui é coletiva. E cada um que está aqui traz uma representação e é nessa condição que  
1357 devemos agir aqui. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Bom, eu queria dar um  
1358 encaminhamento. Primeiro, lamentável ser publicado um decreto do CEAS e o CEAS não  
1359 ter conhecimento prévio do que ia vir nesse prévio, e nem mesmo a gestão do Suas. Eu  
1360 gostaria de registrar aqui essa questão lamentável. O meu encaminhamento, Presidente, é  
1361 encaminhar esse decreto para a Comissão de Normas para apresentar para esse  
1362 colegiado dentro de 30 dias, uma proposta de adequação do decreto, considerando as  
1363 necessidades do controle social do Suas. E com relação a preferencialmente encontro  
1364 virtual, isso já passou. Todo mundo já retornou há muito tempo. A vida continua. O tempo  
1365 de trabalho *on-line* foi para que as organizações se organizassem para adequar os  
1366 ambientes de trabalho para que as coisas acontecessem previamente, quer dizer, todo  
1367 mundo, imagino, que já voltou aos seus postos de trabalho. Já está trabalhando  
1368 normalmente até porque *on-line* tem toda essa dificuldade que a Conselheira Arlete falou.

1369 Esse é o encaminhamento: de encaminhar o decreto para a Comissão de Normas até para  
1370 ela apresentar uma proposta para esse colegiado de uma alteração desse decreto e, ainda,  
1371 a gente requerer do governo a alteração desse decreto. Obrigada. **LUANDA, CRP:** Eu  
1372 acho que é importante demais isso que as colegas que me antecederam falaram porque  
1373 nós, desse mandato, tivemos muita dificuldade de participação. Não foi pouca. Foram muito  
1374 momentos que a gente passou discutindo, como ia garantir a participação. Muitas pessoas  
1375 com dificuldade de participar. A gente teve a sociedade civil prejudicada na qualidade da  
1376 participação. Foi uma coisa que foi muito discutida. Nós fizemos *on-line* porque não tinha  
1377 outro jeito, precisávamos dessa proteção. É, mas agora está todo mundo vacinado. Todo  
1378 mundo retomando a vida com todas as medidas de segurança. Mas a gente entende que a  
1379 participação virtual foi excepcional, temporária e ela prejudicou, sim, a participação. Foi  
1380 pauta que a gente trouxe do início ao fim do mandato. E a gente receber esse decreto  
1381 dessa forma, sem nem passar pela própria gestão, eu entendo como um golpe. Simples  
1382 assim. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** É angustiante. Eu estou me sentindo como os  
1383 delegados da Conferência Nacional discutindo recurso e, de repente, vem lá um decreto.  
1384 Honestamente, autoritarismo. É o que a gente observa. Estou me sentindo muito mal  
1385 porque foi um ponto de discussão desde março do ano passado que a gente está  
1386 discutindo a participação da população dentro desse conselho. O Sávio vai lembrar como  
1387 era o Irajá para participar. Qual foi a qualidade que nós oferecemos para aquele cidadão vir  
1388 aqui colocar a voz dele? Esse espaço é de todos nós e de repente sai um decreto. E nós  
1389 vamos engolir ele a seco? Por favor, não dá. Para mim foi muito difícil estar aqui hoje.  
1390 Foram 12 horas de viagem e ainda estou brigando por esse espaço, deixando a minha  
1391 família, a minha filha que estou amamentando, para estar aqui. Nós estamos querendo  
1392 fazer a Política de Assistência Social acontecer dentro desse estado, mas dessa forma não  
1393 dá. Está difícil. Está angustiante. E a briga aqui é pela parte mais fraca que são os usuários,  
1394 que somos nós, trabalhadores. Ficar em casa fazendo coro não dá mais. Nós precisamos  
1395 lutar por esse espaço e que ele aconteça aqui. E esse termo preferencialmente, realmente,  
1396 a gente precisa ficar atento, mas é preciso ficar atento ao golpe que estão tentando nos dar.  
1397 Está difícil. Muito difícil. Está exaustivo. **PRESIDENTE:** Acho que não tem outra palavra  
1398 para representar melhor isso que a gente está sentindo. Na verdade, esse mandato, a  
1399 sensação que a gente teve é que foi golpe atrás de golpe. Assim como na Conferência  
1400 Nacional que no último dia a gente ficou sabendo de uma aprovação, a gente, hoje, na  
1401 plenária do CEAS, fica sabendo de uma publicação de um decreto em um sábado,  
1402 alterando o CEAS sem que o conselho tivesse conhecimento. E é muito sério, gente. Eu  
1403 tomei conhecimento agora. E eu li assim, pequenininho demais, que não estou nem  
1404 enxergando, mas já me assusta. Olha só o artigo 10: “Na hipótese de decisão não unânime  
1405 em sessão do Plenária, os conselheiros vencidos poderão, no processo de deliberação, e  
1406 observado o disposto nos artigos 20 a 24 do Decreto-lei Federal nº 4.657, de 4 de

1407 setembro de 1942, suscitar dúvida motivada nas seguintes hipóteses: I - antijuridicidade da  
1408 decisão; II - inexecutabilidade administrativa da decisão; III - inexecutabilidade financeira ou  
1409 orçamentária da decisão. §1º A suscitação de dúvida deverá ser motivada, acompanhada  
1410 nominalmente por, no mínimo, um terço dos presentes na sessão e registrada em ata. §2º  
1411 Suscitada a dúvida, ficará suspensa a implementação da decisão que a ela tiver dado  
1412 causa, observado o disposto no § 4º.” Têm outros artigos aqui que não vou ler tudo, não.  
1413 Mas dá para saber o que significa, então, enfim. Eu queria fazer uma proposta de  
1414 encaminhamento também de uma moção de repúdio contra o governador do estado de  
1415 Minas Gerais pela publicação de um decreto que regulamenta o Conselho Estadual de  
1416 Assistência Social, sem, no mínimo, dialogar com o Conselho Estadual. Menos do que isso  
1417 a gente não poderia fazer. Acho que a gente tinha que sair daqui e ir lá brigar, igual esse  
1418 conselho já fez em outros momentos. Mas, por ora, eu vou sugerir como proposta de  
1419 encaminhamento uma moção de repúdio contra o governador do estado. Acho que o  
1420 próximo inscrito é o Ludson. **LUDSON, CRESS:** Patrícia, eu fico muito contemplado com a  
1421 sua fala. Esse artigo 10º e todos os parágrafos dele entram diretamente nas competências  
1422 do conselho e criam dispositivos que permitem ao governo inviabilizar basicamente  
1423 qualquer decisão que o CEAS tomar, exatamente o que não for unânime. E detalhe, com  
1424 prerrogativa de *quórum* de 1/3 para encaminhar dúvidas, ou seja, o CEAS vai demorar  
1425 duas ou três plenárias para conseguir tomar uma decisão, se você for levar ao limite as  
1426 possibilidades desse decreto. Sem contar que qualquer coisa que puder ser invalidada vai  
1427 poder ser levada, por exemplo, ao próprio governador. É uma intromissão completa nas  
1428 possibilidades de deliberação do conselho. Inclusive eu acho que a gente pode pegar o  
1429 encaminhamento da Juanita e reduzir esse prazo de 30 para 15, talvez até menos, dada a  
1430 urgência da situação. **PRESIDENTE:** Élerson. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** É uma  
1431 dúvida do ponto de vista jurídico mesmo. Até então, o CEAS, todo o regimento do CEAS, a  
1432 composição é regulamentada no projeto de lei? Porque o projeto de lei é acima de um  
1433 decreto. Um decreto não pode ... A lei estadual. O decreto regulamenta a lei. Porque, por  
1434 exemplo, a minha dúvida é a seguinte, eu não consegui achar ali rapidinho. Se toda a  
1435 nossa organização está na lei estadual... Isso, quer dizer, eu sou só estudante, mas os  
1436 advogados de plantão... Se o CEAS está organizado na Lei Estadual, decreto nenhum  
1437 pode mudar. Por exemplo, têm alguns artigos que alteram sim. Têm alguns artigos que  
1438 alteram. Por exemplo, por isso que esse encaminhamento que a gente está fazendo desde  
1439 março do ano passado para mandar, para que isso possa ir à Assembleia Legislativa e etc...  
1440 Por quê? Lei só é alterada mediante outra lei. Esse decreto é inválido, então, por exemplo,  
1441 um outro encaminhamento que eu já faço aqui, tendo em vista que o decreto não pode  
1442 mudar a lei, é de que a gente encaminhe isso para um órgão que possa questioná-lo. Quer  
1443 dizer, nem vou falar porque toda vez que eu falo aqui de Ministério Público, vocês ficam  
1444 falando: “Você que está chamando o Ministério Público (trecho incompreensível)

1445 [02:42:37].” Mas, assim, não sei, o Lucas, o pessoal que é do direito, por exemplo, o  
1446 decreto não pode mudar a lei estadual. É uma questão de hierarquia das normas, então  
1447 esse decreto é inválido. Quem determina que ele é inválido? É o Ministério Público? É a  
1448 Assembleia? A batalha pode ir nesse campo também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
1449 **CURVELO/SSV:** Obrigado, Presidente. Fazendo coro a todos os conselheiros que já se  
1450 manifestaram da indignação do decreto às escuras e sem consulta do nosso colegiado,  
1451 que são os conselheiros que aqui estamos. O que eu acho temerário na situação e  
1452 tentando trazer alguma resposta, ainda que superficial para o Élerson, é que nós temos a  
1453 falta de regulamentação da composição do conselho na própria lei porque tivemos uma lei  
1454 delegada revogada. De certo modo, a lacuna está lá e esse decreto veio para  
1455 complementar aquilo da lei. A princípio, ele veio tampar aquela lacuna por via de decreto e,  
1456 até porque, é garantido essa regulamentação do Poder Executivo para os conselhos de  
1457 direito por força até de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Mas é muito temerário  
1458 e é importante que a gente faça uma análise e faço coro também com a Juanita para levar  
1459 isso com extrema urgência para análise. Também faço coro com o Ludson para em um  
1460 prazo menor possível, mas acredito que 15 dias não dariam porque já é Natal e Ano Novo,  
1461 então não daria tempo para a gente pelo menos apreciar isso com mais agilidade. Mas faço  
1462 coro mesmo e é importante que a gente avance nesse sentido. **IVONE, COGEMAS:** É  
1463 lamentável. Muito lamentável, mesmo não tendo acesso ao conteúdo do decreto, mas de  
1464 ver o autoritarismo. Nós estamos aqui neste conselho. Apresentamos um projeto de lei  
1465 para regularizar essa lacuna, como disse o Conselheiro Lucas. Esse projeto de lei tramitou  
1466 na casa, tramitou no governo, agora, o governador desfazer um projeto de lei que este  
1467 conselho vem construindo e agora apresentar um decreto, significa que ele não... Uma lei  
1468 com participação dos deputados todos para aprovar, agora, secretamente de cima para  
1469 baixo apresentar um decreto é um autoritarismo. Eu acho que esse conselho não pode  
1470 aceitar porque já fizemos todo um procedimento dos conselheiros que estão saindo. Nós  
1471 fizemos toda uma discussão. O projeto foi todo debatido com as instâncias, inclusive para a  
1472 Sedese para agora esse conselho ter que engolir um decreto do governador? Eu acho que  
1473 temos que retomar nosso projeto de lei que nós estávamos encaminhando, reunir com os  
1474 deputados, colocar para eles o que queremos é uma lei que regulamenta o CEAS, não um  
1475 decreto. **PRESIDEENTE:** Obrigada, Ivone. A gente tem a Mariana inscrita e o Márcio  
1476 Caldeira. Durante a fala da Mariana eu vou encerrar as inscrições para a gente conseguir  
1477 prosseguir com os trabalhos. **MARIANA, SEDESE:** Eu não vou demorar. Acho que o que  
1478 vocês estão colocando aqui é legítimo. Vocês têm razão. Eu também entendo a surpresa e  
1479 a perplexidade de fazer um decreto sobre o CEAS, sem discutir com o CEAS. Só gostaria  
1480 de colocar aqui, está na questão do direito que o decreto não pode contradizer a lei. Pelo  
1481 pouco que eu vi, ele não faz isso. Acho que a gente precisa de um tempo para aprofundar  
1482 no estudo desse decreto e entender quais as consequências, quais as novidades, onde ele

1483 está inovando e o que ele está inovando. Também, seguindo o encaminhamento, acho que  
1484 a gente precisa que a Comissão de Normas se reúna em janeiro. A gente ainda não tratou  
1485 de calendário de reuniões, mas a gente já antecipou esse assunto porque via de regra o  
1486 CEAS voltaria a se reunir em fevereiro. Eu acho que dada essa situação nova, a gente já  
1487 poderia tratar disso em uma reunião da Comissão de Normas no mês de janeiro. Já é um  
1488 encaminhamento e acredito que os colegas aqui já trouxeram. Nesse sentido que eu acho  
1489 que entendo. Acho que vocês têm razão, mas, pensando em um encaminhamento, vamos  
1490 aprofundar e entender melhor o que isso significa. **PRESIDENTE:** Márcio. **MÁRCIO,**  
1491 **ASSPROM:** Obrigado, Presidente. Eu acho que vou muito nessas linhas de que já foram  
1492 colocadas. Acho que esse histórico aqui do conselho em relação à necessidade de a gente  
1493 fazer a recomposição do conselho para dar garantia jurídica. A gente sempre discutiu isso  
1494 a partir do momento que a Lei Delegada nº 180 foi revogada. Nós temos um decreto que  
1495 faz essa composição, mas o que a gente precisa agora é realmente debater a forma de  
1496 retirada de vários artigos desse decreto que influenciam diretamente aqui no trabalho do  
1497 CEAS. Eu acho que a gente tem que ver qual é o caminho que a gente tem que percorrer.  
1498 Eu acho que acionar a base da comissão parlamentar da assistência social na Assembleia,  
1499 através de um projeto de lei para regulamentar alguma situação nesse sentido, para que a  
1500 gente tenha a permanência dessa regulação do ponto de vista da composição do CEAS.  
1501 Mas que a gente possa avançar também para retirar esses artigos que são extremamente  
1502 nocivos ao controle social, porque eu acho que o CEAS tem um legado de debate. E a  
1503 gente já presenciou dentro desse conselho debates intensos, pesados, mas que a gente  
1504 conseguia sair no final de um consenso ou não de um consenso, mas que era uma decisão  
1505 do conselho. Só que o decreto abre um precedente enorme para a nossa democracia, ou  
1506 seja, isso não é controle social. A gente tem que ver qual é o melhor caminho jurídico,  
1507 nesse momento, para que a gente possa reduzir os impactos desse decreto das nossas  
1508 atividades dentro do conselho. **PRESIDENTE:** Ludson, tinha se inscrito. **LUDSON, CRESS:**  
1509 Já pensando em propostas de encaminhamento, eu acho que a fala da Juanita é o norte.  
1510 Tratamento dessa questão dentro da Comissão de Normas o mais rápido possível. Não  
1511 tenho dúvidas de que o CEAS vai precisar fazer uma extraordinária em janeiro para  
1512 deliberar sobre esse assunto. E aqui a subsecretária já está nos ouvindo, então, por mais  
1513 que ela tenha manifestado surpresa e existem os posicionamentos da sociedade civil, até  
1514 os próximos passos do CEAS, subsecretária, a gente tem o artigo 10º uma coisa absurda.  
1515 Acho que não precisa nem ter dúvida de que isso precisa ser revogado. A questão do  
1516 preferencialmente das reuniões presenciais. Esses dois pontos já dirimem pelo menos  
1517 metade do problema ou quase todo o problema. A senhora mesmo pode dar tratamento  
1518 junto com o governador, independente do CEAS, sugiro que faça. Para além disso, acho  
1519 que a gente poderia ter essa visão, janeiro precisa de uma extraordinária para tratar dessa  
1520 questão. E a sociedade civil precisa se posicionar, articular com o Legislativo, talvez até



1521 com a Assembleia, pensar em um decreto legislativo que cancele esse decreto do  
1522 governador, caso as negociações não avancem. São coisas que a gente precisa discutir.

1523 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu pedi questão de ordem, até pela fala do conselheiro,  
1524 do colega Ludson, me trouxe uma outra ideia. É pior do que a gente imaginava ainda, eu  
1525 não li o documento. Para eu ler preciso de muita calma, concentração. Na verdade, pelo  
1526 artigo que vocês leram é completamente contrário ao trabalho que a gente desenvolve aqui  
1527 nesse colegiado. Considerando a tempestividade, o mês de janeiro que a gente não tem  
1528 encontro, tenho uma outra proposta também que a gente pode pensar. A gente, desde já,  
1529 nesse momento, requerer ao governador a extinção desse decreto. E que a proposta de  
1530 decreto que regula o CEAS seja feita com esse colegiado. Até porque o órgão gestor de  
1531 assistência social não participou dessa regulação que é uma coisa histórica também.  
1532 Apesar de ter uma comissão, isso ser feito no âmbito do governador, sempre que há  
1533 alguma decisão ligada a alguma pasta, o gestor é comunicado e participado do processo  
1534 até para ele fazer as defesas que são necessárias e é do conhecimento dele. Como nem  
1535 isso aconteceu, talvez um outro encaminhamento seria a deliberação nesse colegiado de  
1536 requerer que esse decreto venha abaixo. **PRESIDENTE:** Obrigada, Juanita. Dentro das  
1537 propostas de encaminhamento: moção de repúdio contra o governador do estado sobre o  
1538 decreto publicado no sábado; encaminhamento da questão a um órgão responsável;  
1539 encaminhamento para a Comissão de Normas e Decreto para analisar o decreto;  
1540 encaminhar ofício para Assembleia Legislativa propondo uma articulação com o Legislativo  
1541 para emissão de um decreto revogando esse; criação de uma... Entra ali do outro ponto do;  
1542 e a questão da extraordinária. Na verdade, a pauta do calendário já tem uma ordinária em  
1543 janeiro, mas vai estar na pauta, último ponto de pauta que é o calendário. Eu acho que a  
1544 gente não precisaria de deliberar isso agora. A partir das discussões, os conselheiros estão  
1545 esclarecidos, as propostas de encaminhamento? Gostariam de alguma... Élerson.

1546 **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Desculpa insistir, porque eu acho que a gente viu a  
1547 proposta da Juanita, mas é confiar demais na boa-vontade. Com toda sinceridade, alguém  
1548 que faz um decreto e que não consulta o CEAS, você vai pedir para ele: "Revoga o seu  
1549 decreto que você publicou há dois dias atrás." Eu não acredito que ele vá revogar. Com  
1550 toda sinceridade. O que eu acho, quero dizer, e tem os profissionais da norma e do direito,  
1551 a única coisa que pode fazer com que esse decreto não tenha mais força é impetrar com  
1552 mandado de segurança. Tem que entrar com mandado de segurança, questionar a  
1553 validade do decreto em conflito com a lei estadual vigente. O mandado de segurança  
1554 sendo aceito, o decreto já fica suspenso. Vigora a lei vigente. Aí vai se discutir. Aí tem um  
1555 tempo para se discutir. O CEAS funciona normalmente, segundo a lei vigente porque se  
1556 pedir ao governador, ele simplesmente não responde. Daqui os próximos seis meses, um  
1557 ano, o CEAS será regido por esse decreto. Agora, se entra com o mandado de segurança  
1558 via Ministério Público e tal, acho que é outro ponto a ser discutido aqui. Eu acho que tem

1559 que mandar para o Ministério Público porque o Ministério Público tem força para entrar. Eu  
1560 acho que tem que ser um mandado de segurança para o decreto vamos discutir e vai. Acho  
1561 que é a única coisa, se não o decreto já está valendo. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**  
1562 Eu retiro a minha proposta. Eu concordo com o Éleron. Considerando a gravidade da  
1563 situação, a tempestividade; considerando que talvez a gente não consiga fazer esse  
1564 diálogo em tempo hábil; considerando que a gente vai ter que trabalhar considerando essa  
1565 nova norma, eu retiro a minha proposta. Se caso alguém tiver e apresentado e corroboro  
1566 com a proposta do Conselheiro Éleron. Você quer fazer a proposta, Éleron? **LUDSON,**  
1567 **CRESS:** A questão é bem simples, faz as duas coisas ao mesmo tempo porque uma não  
1568 invalida a outra. Faz a petição ao governador e encaminha uma representação ao  
1569 Ministério Público questionando a legalidade desse decreto. **PRESIDENTE:** Ok. Então nós  
1570 temos: a moção de repúdio; a proposta de encaminhamento para a Comissão de Normas  
1571 para estudar esse decreto; encaminhar um ofício para a Assembleia também solicitando  
1572 uma articulação, fazendo uma articulação com o Legislativo para emissão de um decreto  
1573 legislativo revogando este; requerer a revogação do decreto e com o novo seja realizado  
1574 por meio do CEAS, isso seria um ofício para o governador; impetrar um mandado de  
1575 segurança com liminar. Esclarecidos, conselheiros? Podemos colocar em votação, em  
1576 bloco, as propostas de encaminhamento? O Ludson está colocando aqui, Éleron, que o  
1577 mandado de segurança o CEAS não faz, que seria uma representação ao Ministério  
1578 Público. Só corrigindo o formato do encaminhamento. Representação do Ministério Público.  
1579 A parte se vai ser *on-line* ou presencial, a gente vai ter o calendário que é o último ponto de  
1580 pauta e a gente volta nisso. Já são 12h35, para a gente ir fechando alguns  
1581 encaminhamentos. Conselheiros, estou entendendo que todos estão esclarecidos com as  
1582 propostas de encaminhamento. Em regime de votação. Os conselheiros que aprovam os  
1583 encaminhamentos, por favor, se manifestem. Podem baixar, por favor. Alguma abstenção?  
1584 **MARIANA, SEDESE:** Justifico a abstenção do ponto de vista do estado, até porque a  
1585 gente não pode aprovar uma coisa que vai contra o governo e, pelos motivos que eu já  
1586 disse, a gente vai ter que aprofundar nesse assunto. **PRESIDENTE:** Mais algum registro de  
1587 abstenção? Elder também registra abstenção, representante da Sedese. Aprovadas todas  
1588 as propostas de encaminhamento com abstenção da Mariana e do Elder. **[ÁUDIO**  
1589 **INTERROMPIDO – parte 01 – 02:59:59] – PRESIDENTE:** Ok. Mantém essa marcação. 42  
1590 - O conselho acompanha o Programa Primeira Infância do Suas? Não. Inclusive tem uma  
1591 resolução do CEAS, vou resumir, que é contra o Primeira Infância. 43.1 – Recebe  
1592 denúncias? Mensalmente. Realiza reuniões ampliadas com participação também dos  
1593 membros da sociedade civil que não sejam conselheiros? Anualmente. Realiza reuniões  
1594 descentralizadas fora da sede do conselho? Anualmente. Realiza ações de mobilização?  
1595 Anualmente. 2020 foram todas virtuais, então fica até complicado essa questão. Qual que é  
1596 o número mesmo? A pergunta é: O CEAS realiza reuniões descentralizadas realizadas em

1597 bairros, distritos, municípios, fora da sede do conselho? Tinha essa prática de ter algumas  
1598 reuniões descentralizadas, mas como foi virtual, então nem teve como. Os conselheiros  
1599 entendem que deveríamos marcar ali que 'Nunca'? **DANIEL - CEAS:** Só fazendo um  
1600 complemento. Eu entendo que essa pergunta, primeiro que esse formulário é bem  
1601 complexo para não falar outra coisa. Essa pergunta me parece que é assim, se a gente  
1602 marcar 'Nunca', a gente vai estar marcando que o CEAS, não apenas em 2020, 2021, mas  
1603 nunca, nunca na sua história da sua existência realizou. É porque a pergunta fica ambígua.  
1604 Agora, se a gente coloca 'Nunca', a gente pode mudar, é claro. É por isso que a gente  
1605 marcou porque estava anualmente, a gente manteve, mas se colocar 'Nunca', então a  
1606 gente pode mudar, sim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu vou  
1607 discordar porque o censo é periódico, então a pergunta é para dentro daquele período de  
1608 espaço de tempo. Nesse período a gente não fez, então seria leviano da nossa parte,  
1609 órgão máximo de controle social do estado, falar que fez uma coisa que não fez. É  
1610 importante que a gente marque aquilo que é real. Por mais que as nossas reuniões tenham  
1611 sido feitas em espaço virtual que possibilitaria pessoas externas participarem, de certo  
1612 modo não tivemos a participação e nem a divulgação dessas reuniões para que pessoas,  
1613 que elas pudessem se tornar descentralizadas. Nesse sentido, e ao bom juízo de uma luta  
1614 do Sávio, que Sávio é um grande defensor dessa pauta de reuniões descentralizadas, não  
1615 só ele como o ex-conselheiro Hugo Bento que estava conosco no início do mandato. É  
1616 muito importante que a gente traga a realidade daquilo que a gente faz. **PRESIDENTE:**  
1617 Obrigada. A Baião se inscreveu. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Aquela frase que você  
1618 fala das crianças que o governo... Criança Feliz. O governo tirou, não trata a criança como  
1619 existente. Vamos dizer assim, é como se ela não existisse. Não é? **PRESIDENTE:** Tem um  
1620 programa específico que foi criado pelo Ministério da Cidadania que chama Programa  
1621 Criança Feliz. Isso. Se o conselho acompanha o Programa Primeira Infância no Suas, que  
1622 é chamado de Criança Feliz. O conselho estadual não acompanha esse Primeira Infância.  
1623 Eu não estava aqui na época que teve uma deliberação. Acho que o secretário Nacional  
1624 até veio aqui. Alguém estava nessa época e poderia falar um pouco? **MARIANA, SEDESE:**  
1625 Eu explico rapidamente. Esse é um programa do governo federal que os municípios e os  
1626 estados têm que aderir. No estado de Minas têm 300 municípios que aderiram e participam  
1627 do programa. O governo estadual não aderiu, portanto, a gente não participa. É porque o  
1628 estado de Minas, governo estadual, não aderiu. Como cada ente tem autonomia de aderir e  
1629 executar o programa da forma que quiser, os municípios que aderiram, executam e os  
1630 conselhos municipais acompanham cada município. No caso do estado é porque o estado  
1631 de Minas não participa desse programa. Entendeu? **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Pois é.  
1632 Agora, tudo bem. Não acompanha, então vocês aceitaram. Mas o conselho não pode  
1633 aceitar uma coisa dessa. Sabe por quê? A Constituição rege, o governo tem que cuidar da  
1634 educação, da habitação e da saúde. Então você já nasce adulta? **MARIANA, SEDESE:** A

1635 gente está falando de um programa. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Têm municípios que  
1636 trabalham, mas o governo que é o pai, é de onde passa o dinheiro para o trabalho, ele é  
1637 obrigado a cumprir com isso também. Ele é obrigado. Ele não pode deixar. Ele é quem tem  
1638 que dar o exemplo. Não pode ser assim. Aquilo ali tem que levar uma discussão séria. “Ah,  
1639 porque o governo não quer...” Dá a impressão de que o governo quis fazer, então todo  
1640 mundo está aceitando? Não pode. Se está ferindo a Constituição. Está ferindo a  
1641 Constituição. Já é quebrado o pacto, agora vai ferir outra vez a Constituição? A obrigação  
1642 da educação não é cuidar dessa criança? Tem que repensar. **MARIANA, SEDESE:** Só  
1643 para explicar para a senhora. É porque é um programa. O estado pode aderir. Aí a gente  
1644 pode discutir no ano que vem, se o estado de Minas adere ao programa. É um programa  
1645 por adesão. É isso que eu estava tentando explicar para a senhora. **PRESIDENTE:** Eu vou  
1646 pedir para o Márcio Caldeira que estava no CEAS na época dessa discussão, para ele  
1647 contextualizar um pouco para a gente. **MÁRCIO, ASSPROM:** Eu acho que a gente tem o  
1648 hábito de estar no conselho há mais tempo, a gente tem esse histórico de toda essa  
1649 discussão. O Programa Criança Feliz foi um programa verticalizado introduzido pelo  
1650 governo federal, divulgado para todos os municípios do Brasil para fazer adesão. Só que o  
1651 Programa Criança Feliz é uma ação que sobrepõe ações já dentro da estrutura do Suas. E  
1652 é um programa, que à época, teve um recurso financeiro aportado e onde o próprio sistema,  
1653 o Suas, teve retirada de recursos. A discussão foi muito densa e intensa dentro do  
1654 conselho. Por quê? Haveria uma sobreposição de atividades de programa em cima das  
1655 ações já desenvolvidas pelos serviços que estão dentro do Suas dos âmbitos municipal e  
1656 estadual. Nós fizemos uma discussão dentro deste conselho, uma discussão muito bem  
1657 fundamentada. Uma discussão que teve a participação, não só dos conselheiros, mas  
1658 também de outras representações fora do conselho. Foi uma plenária extremamente rica  
1659 onde foi feita uma pactuação, sim, pela não adesão ao Programa Criança Feliz em Minas  
1660 Gerais. Este conselho, na plenária, junto com a representação também do governo que  
1661 estava presente nessa plenária, deliberou-se pela não adesão do estado. Por quê? Houve  
1662 um entendimento claro para todos os conselheiros que haveria uma sobreposição das  
1663 ações definidas pelo Programa Criança Feliz em relação aos serviços já instituídos pelo  
1664 próprio Suas. Nós estávamos naquele momento onde o Suas estava sendo vilipendiado,  
1665 destruído, então veio o Criança Feliz juntamente para atravessar ainda mais esse  
1666 programa. Nós não estamos entrando no mérito se a criança é prioridade ou não em  
1667 relação à política pública, mas, sim, em relação ao programa que ele atravessaria as ações  
1668 já dentro da própria estrutura do Suas. Foi um trabalho muito bem construído, argumentado,  
1669 onde ficou claro para todos os conselhos e, tanto é que nós temos aqui em Minas, não  
1670 temos uma adesão maciça dos municípios porque cada município fez a sua avaliação  
1671 crítica em relação a essa sobreposição do Criança Feliz, em relação à estrutura do Suas.  
1672 Qual é o princípio que o CEAS defendeu? Foi justamente o fortalecimento de uma política

1673 pública, o Suas, e toda construção histórica que ele estava sendo feito que naquele  
1674 momento estava sendo destruída. Essa ação política do conselho, essa discussão sóbria,  
1675 madura que todos os conselheiros aqui participaram, manifestaram, fizeram com que o  
1676 CEAS se manifestasse também na plenária pela não adesão do estado ao Programa  
1677 Criança Feliz. Existe toda uma memória. A ata dessa reunião está registrada, então era  
1678 muito densa essa discussão. Foi algo muito tranquilo para este conselheiro aqui tomar essa  
1679 decisão também junto com os demais colegas deste conselho. Obrigado. **PRESIDENTE:**  
1680 Obrigada pela recordação, contextualização, Márcio. Vamos seguindo aqui. O Lucas  
1681 propôs na 43, retirar o 'Anualmente', fazer essa retificação. Vou consultar a plenária. A  
1682 questão 43.3 – O CEAS realiza reuniões descentralizadas realizadas em bairros, distritos,  
1683 municípios fora da sede do conselho? Havia sido marcado 'Anualmente'. A proposta do  
1684 Conselheiro Lucas é marcar para 'Nunca'. Os conselheiros que concordam em marcar  
1685 'Nunca', por favor se manifeste. Podem abaixar, por favor. Os conselheiros a favor de  
1686 manter 'Anualmente'. Nenhuma manifestação. Todos de acordo com a alteração. Desculpa,  
1687 eu esqueci de perguntar abstenções. A Ivone. Questão 44 – Em 2021, houve atualização  
1688 do Plano de Assistência Social no município? É porque é o mesmo Censo Suas para os  
1689 conselhos municipais é o do conselho estadual. É um censo muito ruinzinho, digamos  
1690 assim, e a gente marcou 'Não', mas pensando como se fosse uma pergunta para o estado.  
1691 E aqui já entro na parte da prestação de contas, eu acho que em outubro, não é, Suzanne?  
1692 Eu não estava nessa plenária, acho que foi na plenária depois da conferência. O CEAS  
1693 entendeu que seria interessante que essa revisão do Plano Estadual de Assistência Social  
1694 fosse feita no início do ano que vem para poder contemplar as deliberações da última  
1695 conferência. **SUZANNE, SEDESE:** O que foi discutido é que seria interessante a gente  
1696 fazer a revisão não só com as novas deliberações, mas junto com o relatório de gestão  
1697 para comparar o que foi feito e o que não foi feito, para, aí sim, propor novas ações ou  
1698 revisar as que estavam lá. É interessante, antes de revisar, saber o que foi feito e o que  
1699 não foi feito. É isso. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Suzanne. Questão 45 – O conselho  
1700 delibera sobre os critérios de repasse de recursos para os municípios? 'Sim' Questão 46 –  
1701 Como se dá a participação deste conselho na CIB? (A representante é eleita pelo CEAS e  
1702 frequenta a CIB de forma contínua.) Questão 47 - Em 2019, quantas reuniões da CIB, o  
1703 conselho estadual de assistência acompanhou? (10) Dez. Questão 48 - Como é a relação  
1704 deste conselho com os conselhos municipais do seu estado? (O CEAS divulga para o  
1705 CMAS as deliberações e outras normativas, além de prestar atendimento aos conselheiros  
1706 municipais quanto ao cumprimento das Suas competências.) Questão 48.1 - E Outras.  
1707 (Tem atendimento virtual, devido à restrição pela Covid-19, além de capacitações.)  
1708 Questão 49 – Em 2021, quais temas foram foco de assessoramento técnico sistemático do  
1709 conselho estadual para os conselhos municípios? (Fiscalização de entidades, processo de  
1710 inscrição de entidades, plano de ação e demonstrativo de execução físico e financeira,

1711 plano municipal de assistência, conferências de assistência social, acompanhamento do  
1712 Programa Bolsa Família, acompanhamento do benefício de prestação continuada,  
1713 benefícios eventuais, financiamento, implantação e organização de serviços  
1714 socioassistenciais e cumprimento do artigo 30 da LOAS, que é o CPF da assistência social,  
1715 que tem o conselho paritário, o Fundo de Assistência Social em funcionamento e o Plano  
1716 de Assistência Social vigente.) Questão 50 – Segundo as normativas, existe previsão de  
1717 assento do CEAS para representante do Cogemas? ‘Sim’ Questão 51 – (Tem um  
1718 conselheiro titular e um suplente.) Questão 52 – O CEAS deliberou sobre o  
1719 cofinanciamento de benefícios eventuais e específicos para situação de calamidade pública  
1720 e relacionada à Covid-19 para os municípios. Sobre o Bloco de Rede Socioassistencial.  
1721 Questão 53 - O conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios? (SIM, por  
1722 toda rede socioassistencial, unidades públicas e entidades.) Questão 54 - Se SIM, informe  
1723 como a fiscalização é realizada. (Por meio da análise de relatórios.) Questão 55 – O  
1724 conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente? (NÃO, as  
1725 fiscalizações são realizadas somente mediante denúncia.) Não foram realizadas visitas às  
1726 unidades públicas e às entidades de organização da sociedade civil. Nesse ponto eu queria  
1727 problematizar que é uma dificuldade que o CEAS tem em relação a esse acompanhamento  
1728 e fiscalização, até porque o CEAS não acompanha o Censo Suas, por exemplo. A gente  
1729 não recebe o Censo Suas. Ao contrário de alguns municípios que apreciam os Censo Suas  
1730 das unidades governamentais, das entidades socioassistenciais e referendam ou então  
1731 sugerem retificação, o CEAS não faz. Se não me engano, no ano passado foi apresentado  
1732 o Censo Suas da gestão e do fundo para o CEAS e esse ano não foi apresentado. Acho  
1733 que a gente deu até um certo retrocesso. É importante que esse mandato tenha em mente  
1734 a importância de analisar o Censo Suas para dar um norte, mesmo que esse já tenha sido  
1735 lançado e que o conselho não tenha deliberado, mas que a Comissão de Política coloque  
1736 no seu planejamento porque aí você vai ver o que está acontecendo no Creas regional, o  
1737 que está acontecendo nas entidades que executam em âmbito estadual, enfim. Fica esse  
1738 alerta para que, de fato, o CEAS consiga fiscalizar as entidades socioassistenciais e a  
1739 prestação, a execução dos serviços pelo estado. A Juanita está inscrita. **MARIA JUANITA,**  
1740 **FEAPAES/MG:** Eu queria concordar com a fala da Presidente e falar que é um desafio dos  
1741 conselheiros que estão entrando agora. A Sedese, a assistência social do estado, ela tem  
1742 uma execução direta de Creas regionais e de acolhimento institucional, que esse CEAS  
1743 não consegue fazer nenhuma ação de acompanhamento da execução desses serviços.  
1744 Nunca conseguiu. Esse é um desafio que nós temos de pensar de que forma esse  
1745 conselho vai conseguir acompanhar, fiscalizar e colaborar com a gestão, no sentido de  
1746 fiscalizar os Creas regionais e o acolhimento institucional executado em parceria com  
1747 instituições, inclusive as APAEs. **PRESIDENTE:** Obrigada, Juanita. Questão 57 – Esse ano,  
1748 o CEAS deliberou sobre os critérios de repasse de recurso para as entidades. Questão 58

1749 – O CEAS não regulamentou por meio de resolução própria a inscrição das entidades e  
1750 organizações de assistência social. Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
1751 **CURVELO/SSV:** A pergunta vai além da inscrição das entidades. Ela fala também das  
1752 inscrições nos serviços, programas e projetos. E, de certo modo, a gente regulamentou até  
1753 mesmo nos critérios de repasse como que se daria a inscrição dessas entidades nos  
1754 programas e nos projetos. Seria nesse ponto que eu acho que poderia ser ‘Sim’ na  
1755 resposta. **IVONE, COGEMAS:** Acho que esse é um gargalo. Hoje, quando a gente vai  
1756 trabalhar a Rede Cuidar que são inscritas no Censo Suas, via gestão lá, o CEAS encontra  
1757 a dificuldade enorme de identificar as entidades que de fato são entidades  
1758 socioassistenciais. Por esse motivo, eu acho que o CEAS, hoje, de não fazer a inscrição  
1759 dessas entidades, nós também temos essa dificuldade. Têm entidades inscritas. O CEAS  
1760 delibera por essas entidades para receber a Rede Cuidar, mas pelo Censo elas não estão  
1761 de acordo com a normativa da Política de Assistência Social como entidade. Eu acho que  
1762 se houvesse as inscrições, o CEAS teria condições também de saber quais entidades  
1763 realmente são entidades socioassistenciais ou não. Eu acho que essa é uma dificuldade  
1764 também. **PRESIDENTE:** A gente tem a Resolução nº 14, de 2014, do Conselho Nacional,  
1765 que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações da  
1766 assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios  
1767 socioassistenciais dos conselhos de assistência social. E essa inscrição, Lucas, geralmente  
1768 é feita nos conselhos municipais. Tem até uma discussão se a entidade for de âmbito  
1769 estadual e executar o seu serviço em mais de um município, se não deveria ser inscrita no  
1770 conselho estadual também. Mas, atualmente, o estado não faz a inscrição das entidades  
1771 de acordo com a Resolução nº 14/2014. A Suzanne está inscrita. **SUZANNE, SEDESE:** Só  
1772 tentando esclarecer para o Lucas. É porque a pergunta é sobre inscrição no conselho.  
1773 Quando ele fala de serviços e programas é porque, além de inscrever uma entidade, o  
1774 conselho inscreve as ofertas daquela entidade. Eu acho que mesmo que está falando  
1775 serviços e programas, por exemplo, a entidade está inscrita no conselho, ela tem um  
1776 programa novo. Ela tem que inscrever aquele programa novamente. Acho que não entraria  
1777 o Rede Cuidar porque seria se o CEAS inscrevesse entidades para participar do Rede  
1778 Cuidar. Acho que seria alguma coisa assim. A Patrícia já falou. As perguntas são bem  
1779 confusas do Censo, mas eu acho que em relação a isso, pensando até na lógica do Cneas,  
1780 por exemplo, que tem o cadastro de entidades e o cadastro de ofertas. **PRESIDENTE:**  
1781 Obrigada, Suzanne. Esclarecido, conselheiro? Ok? Questão 61 – Atualmente, quantas  
1782 entidades, organizações da sociedade civil possuem inscrição no conselho? (Zero) Não  
1783 tivemos pedido de inscrição. Logo, nenhum foi deferido ou indeferido. Nem 63.2 –  
1784 Nenhuma entidade iniciada esse ano. Questão 64 – Quais os principais motivos de  
1785 indeferimento? (Não houve) Cancelamentos, também não houve. Não tem um tempo  
1786 médio de inscrição porque não é realizado no CEAS. Questão 67 – Quantas audiências

1787 públicas para apresentação das entidades inscritas foram realizadas no último ano? (Zero).  
1788 Questão 68 – O conselho acompanha a execução dos relatórios de atividade dos planos de  
1789 ação apresentados pelas entidades inscritas no conselho? 'Não'. Questão 69 – O conselho  
1790 acompanha e fiscaliza a execução de parcerias entre a gestão local e as entidades de  
1791 assistência social, de acordo com o Artigo 60 do Marco Regulatório das Organizações da  
1792 Sociedade Civil? 'Não'. Questão 70 – O conselho já teve a iniciativa de apresentar proposta  
1793 à administração pública para celebração de termo de colaboração, nos termos do artigo 16,  
1794 do MROSC? 'Não'. Composição do CEAS. Questão 71 – Qual o tempo de mandato dos  
1795 conselheiros? (2 anos). Questão 72 – Quantas vezes cada conselheiro pode ser  
1796 reconduzido igual período do mandato? (Uma vez) Questão 73 – O presidente é eleito em  
1797 reunião plenária. Tem alternância da presidência entre governo e sociedade civil. Os  
1798 representantes da sociedade civil são eleitos em assembleias instaladas especificamente  
1799 para esse fim. Está presente nas normativas do conselho a representação, tanto de usuário,  
1800 de trabalhadores, quanto de entidades. O segmento de usuários, ele tem direito a voto e  
1801 ele mesmo se representa. E também têm as entidades representantes e organizações dos  
1802 usuários. Questão 78 – As representações dos usuários são: usuários de serviços  
1803 socioassistenciais da proteção básica e da especial. Tem representação de associação  
1804 comunitária ou de moradores e representação de fórum, coletivo de usuários e outros,  
1805 como tradicionais, quilombolas e indígenas. Questão 79 – Os representantes de  
1806 trabalhadores. Nós temos representante do Cress – Conselho Regional do Serviço Social;  
1807 Conselho Regional de CRP – Psicologia; representante do Fórum Regional de  
1808 Trabalhadores de Salinas e do Fórum Estadual de Trabalhadores. O conselho tem  
1809 comissões permanentes. São as comissões de normas, política, financiamento,  
1810 acompanhamento de conselho e comissão de ética. Além dela, a comissão de  
1811 monitoramento e deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social. Temos 20  
1812 titulares e 20 suplentes. Está nos encaminhamentos, no final a gente retoma, Lucas.  
1813 Obrigada. Entre os titulares, 10 governamentais e 10 da sociedade civil. Totalizando 20,  
1814 sociedade civil e, dentro da sociedade civil a gente tem, 02 titulares de trabalhadores, 03  
1815 titulares de usuários e 5 titulares de entidades. Ali a gente está considerando a composição  
1816 de CMAS porque a gente tem duas vagas de CMAS sociedade civil, uma é de usuários,  
1817 que a Ana Maria, do CMAS de Juiz de Fora; e uma é de entidades que é a Rosiane, de  
1818 Campo Belo. Ficou dessa forma. Mas na lei são 04 entidades, 02 trabalhadores e 02  
1819 usuários. E o total de entidades está 09, é porque a gente está com vacância também na  
1820 suplência da sociedade civil. Questão 85 – São dados do Censo Suas com base no  
1821 CadSuas, então tem todos os dados dos conselheiros. Aí está do mandato passado porque  
1822 já foi lançado pelo prazo que tinha que lançar. E o responsável foi o Secretário Executivo  
1823 Daniel. O Censo Suas, ele é esse. Dentre as discussões, a gente teve as propostas de  
1824 encaminhamento em relação à Comissão de acompanhamento dos programas de



1825 transferência de renda. Tivemos também a sugestão de que não fosse criada uma  
1826 comissão específica, mas ficasse a cargo da Comissão de Política e da Comissão de  
1827 Financiamento. Eu queria propor que essa temática voltasse como pauta da próxima  
1828 plenária para que pudessem ser analisada melhor as normativas, para poder identificar  
1829 quais são as competências dessa comissão e até para poder fazer a resolução instituindo a  
1830 comissão com as competências, com as pessoas que vão compor, enfim, para poder  
1831 analisar também com base no regimento. Porque no regimento a gente já tem quais são as  
1832 comissões temáticas que são permanentes, que fala lá política, normas, apoio,  
1833 financiamento e deliberações das conferências. Não sei, regimentalmente, como que ficaria  
1834 essa criação dessa comissão e também fazer a resolução sem ter as atribuições, queria  
1835 propor que isso ficasse como ponto de pauta para a próxima plenária. A Juanita que  
1836 sugeriu, ela está concordando com a proposta de encaminhamento. A Juanita está  
1837 colocando que só não pode ser esquecida. Vou pedir para o Daniel anotar na súmula. A  
1838 Mariana está colocando que tem uma lista das comissões que tem que compor, mas, na  
1839 verdade, a gente tem que compor hoje ainda essas comissões para já começar a funcionar.  
1840 Isso teria que entrar no planejamento do CEAS. Colocar na pauta da próxima reunião da  
1841 Mesa Diretora, mas a gente já solicitou ao Daniel para colocar na súmula, para constar na  
1842 pauta da Mesa Diretora e isso não ser perdido no ano que vem. Ok, Lucas, com essa  
1843 proposta de encaminhamento? Você também propôs que ficasse com a Comissão de  
1844 Política. Ah, agora eu entendi, pegando membros das duas. Entendi agora. Ok, estaria de  
1845 acordo com essa proposta de encaminhamento para discutir na primeira reunião? Ok.  
1846 Obrigada, conselheiros. Agora em votação. Acho que o conselho tem que aprovar também.  
1847 Não sei se resolução. Os conselheiros que aprovam o Censo Suas com aquelas  
1848 retificações que já foram sinalizadas, se manifestem. Ok. Podem abaixar. Alguma  
1849 abstenção? Reprovação? Aprovado por unanimidade. Vencemos a nossa pauta do Censo  
1850 Suas agora às 13h. Acredito que seja necessário a gente fazer o intervalo para o almoço.  
1851 Intervalo de uma hora. E a gente retoma com a prestação de contas do mandato, posse,  
1852 eleição da Mesa Diretora e demais pontos de pauta previstos para hoje. Talvez a gente  
1853 tenha que rever a questão da capacitação, pelo horário, tem até o horário da van de levar o  
1854 pessoal lá também. **MARIANA, SEDESE:** Eu só queria falar uma coisa, porque a Regina  
1855 fez a reserva de duas vans para vir, mas não foi necessário porque várias pessoas vieram  
1856 em transporte próprio. Para a gente não ter problema agora, na parte da tarde, eu  
1857 precisava que quem for precisar de van, conversa com a Paula, com a Rosa ou com o  
1858 Daniel, para confirmar. Porque a gente precisa confirmar essa van agora, se não a gente  
1859 pode correr o risco de não ter carro para todo mundo ou, então vou ter um carro parado  
1860 aqui, depois eles vêm e puxam a nossa orelha porque a gente reservou o carro e não usou.  
1861 Por favor, confirma com a Secretaria Executiva quem precisa de carro para voltar para o  
1862 centro. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. A gente retorna às 14h. Ok? **[ÁUDIO**

1863 **INTERROMPIDO – Parte 02 – 00:30:34] – PRESIDENTE:** Dando sequência à pauta.  
1864 Prestação de Contas do Mandato Biênio 2019-2021. Vou fazer uma prestação de contas  
1865 bem breve e a gente pode abrir para o diálogo, e os coordenadores das comissões também  
1866 complementarem. Um dos principais desafios que a gente teve nesse mandato foi fazer o  
1867 controle social de forma virtual com essa pandemia. A gente trabalhou muito para  
1868 conseguir ter essa continuidade, não só no CEAS como nos municípios, orientando os  
1869 conselhos municipais também. Outra pauta que a gente tratou muito esse ano foi a questão  
1870 da vacinação dos trabalhadores. Fizemos emissão de notas. A gente espera que tenha  
1871 contribuído com alguns municípios para incluir os trabalhadores do Suas no Plano  
1872 Municipal de Vacinação, mas a gente não tem um Plano Estadual de Vacinação. Em  
1873 âmbito estadual a gente não conseguiu isso. Uma outra pauta que exigiu muito da gente foi  
1874 a conferência, obviamente. Nos anos anteriores, pelo menos em 2019, eu me recordo que  
1875 no lugar da reunião da Mesa Diretora que era de 8 às 10, era a reunião da Comissão  
1876 Organizadora da Conferência, eram duas horas de reunião por mês. Que sonho. Esse  
1877 mandato a gente tinha reuniões quinzenais, semanais, com três, quatro horas de duração.  
1878 Nos exigiu muito e, com isso, infelizmente, a gente acabou deixando outras coisas em  
1879 segundo plano. Infelizmente não demos conta de tudo e, como vocês viram aí, a instância  
1880 de controle social do Bolsa Família e outras questões, que ao longo da prestação de  
1881 contas a gente vai ver que fica como desafio para o próximo mandato e, que infelizmente  
1882 esse mandato não conseguiu dar conta de tudo, digamos assim. A avaliação da  
1883 conferência foi muito positiva, tanto dos delegados quanto dos conselheiros também. Só  
1884 que esse mandato avaliou que o formato virtual não é indicado para as próximas  
1885 conferências, então fica essa sinalização para vocês, que apesar da avaliação positiva,  
1886 muitos entraves que nem dá para a gente avaliar aqui agora, mas que a indicação seria  
1887 essa de que as próximas sejam presenciais assim como as plenárias também porque,  
1888 principalmente para a sociedade civil teve uma dificuldade muito grande de participação.  
1889 Um dos principais desafios foi garantir a participação dos conselheiros. Infelizmente não  
1890 conseguimos, às vezes, tentou chip, mas o estado só tinha convênio para chip da Claro e  
1891 não conseguiu. A gente tem o João aqui hoje. Fico feliz com a sua presença, mas ele não  
1892 pode estar presente na maior parte das reuniões por conta disso. Pautamos, discutimos,  
1893 tiramos diversos encaminhamentos, mas infelizmente não conseguimos. Irajá, também. E o  
1894 Damião, infelizmente não pode participar da maioria das reuniões. Tentou utilizar um chip  
1895 pessoal. Tentou de várias formas, mas nenhuma conseguiu garantir. Fica essa forte  
1896 recomendação de que todas as plenárias sejam presenciais. E agora, com esse retorno  
1897 presencial, um desafio que a gente tem é para os conselheiros que residem em BH porque  
1898 eles não são abarcados pelo decreto, não têm a diária, não têm transporte, não têm  
1899 alimentação. E são justamente conselheiras representantes do segmento de usuários. Não  
1900 temos como, por exemplo, um fórum de usuários de Belo Horizonte pagar alimentação que

1901 aqui é cara para uma conselheira que reside em Belo Horizonte. Então fica esse desafio  
1902 também de alteração desse decreto, a Mesa Diretora dialogar com o governo estadual para  
1903 ver o que é possível alterar. Um outro ponto, até o Rodrigo chamou a atenção na hora dos  
1904 informes, para a questão do cargo de Secretário Executivo. Boa parte do mandato também  
1905 discutiu sobre a necessidade de recomposição porque não tinha o cargo. Por um tempo  
1906 ficaram duas técnicas da Secretaria Executiva trabalhando sem receber o salário pelo  
1907 cargo e depois conseguiu um cargo de Secretário Executivo, mas temporário só enquanto  
1908 durasse a pandemia. E a gente não sabe se o ano que vem vai renovar esse decreto da  
1909 pandemia, se o cargo do Daniel permanece. A gente não sabe se o Daniel vai continuar  
1910 Secretário Executivo do CEAS, se não vai. Isso é bem complicado. E também esse decreto  
1911 que foi aprovado hoje, ele revoga o decreto da Secretaria Executiva, que falava quantos  
1912 funcionários tinham, por exemplo, tinham cinco de nível superior, cinco administrativo,  
1913 alguma coisa assim. Esse decreto foi revogado também. A gente tem uma incerteza em  
1914 relação à composição da Secretaria Executiva que é coração do CEAS. Não tem nenhum  
1915 encaminhamento aqui que não saia sem que a Secretaria Executiva faça a minuta, redija,  
1916 envie para a gente, enfim. A gente teve um certo avanço depois de muita discussão sobre  
1917 essa temática do cargo de secretária executiva. A gente teve um certo avanço porque a  
1918 Sedese fez um processo seletivo. Tiveram mais de 30 currículos, se não me falha a  
1919 memória. E o Daniel é concursado da Fundação João Pinheiro. Foi um avanço a gente ter  
1920 esse processo seletivo para o cargo de secretário executivo. Ele tem formação em direito,  
1921 que é uma das profissões do Suas, da Resolução nº 17/2011, se não me engano, do  
1922 conselho nacional. É importante também que seja um profissional que esteja dentro das  
1923 profissões do Suas. Isso foi um avanço. Sim, podem perguntar, por favor. Mas, para ser  
1924 mais rápido, como estamos um pouco em cima do horário, vão fazendo as anotações, por  
1925 favor, e depois a gente abre. Vou pedir para o Daniel me ajudar nas inscrições enquanto eu  
1926 vou falando. A primeira inscrita é a Juanita. Dentro das principais pautas, a gente discutiu:  
1927 relatório anual de gestão de 2019-2020; prestação de contas trimestral; critérios de partilha  
1928 inclusive do Rede Cuidar; Plano de Aplicação de recursos; peças orçamentárias. A gente  
1929 deliberou o PPAG, que é o Plano Plurianual de Ação Governamental de 2020 a 2023. Ele é  
1930 revisado anualmente, mas em 2021 o CEAS não participou das reuniões da Assembleia  
1931 Legislativa. E é importante até constar no planejamento do CEAS para o próximo ano, que  
1932 o período de realização costuma se manter por volta de outubro, novembro. Eu não  
1933 participei. Estava de férias nesse período e acabou que a gente não conseguiu uma  
1934 representação do CEAS. Mas é importante e está no planejamento. Na próxima plenária  
1935 aqui vai ter o planejamento do CEAS. Essa revisão anual do PPAG é muito importante que  
1936 os conselheiros participem. Um avanço que a gente teve nesse mandato foi que, pela  
1937 primeira vez na história do CEAS, o conselho estadual deliberou a Lei de Diretrizes  
1938 Orçamentárias. A gente sabe que as peças orçamentárias, o Plano Plurianual que é para

1939 cada quatro anos, a Lei Orçamentaria Anual – LOA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias –  
1940 LDO, as duas são anuais e o CEAS nunca tinha deliberado sobre a LDO. Até a Sedese  
1941 teve alguma dificuldade porque a Sedese também nunca tinha participado dessa  
1942 deliberação, então foi um avanço que a gente conseguiu esse ano. Deliberamos também  
1943 sobre os recursos oriundos da Lei Complementar nº 173, que era da Covid-19, recurso do  
1944 governo federal; Bolsa Merenda; repasse via Piso Mineiro, sete parcelas extraordinárias do  
1945 Piso Mineiro. Fizemos emissão de várias notas, resoluções e resoluções de recomendação,  
1946 enfim. Um ponto de pauta muito discutido também foi em relação ao Fundo de Erradicação  
1947 da Miséria, que é o FEM. De acordo com a deliberação da Conferência de 2019, a gente  
1948 conseguiu também um decreto em que o FEM deveria efetuar o pagamento integral do  
1949 Piso Mineiro Fixo e Variável. Teve a retomada do pagamento do Piso Mineiro, mas o Piso  
1950 Variável ficou imbróglia e todo ano a gente tentando. Mas agora esse ano voltou a pagar o  
1951 Piso Mineiro Variável. O passivo ainda não está sendo pago. E um dos pontos em relação  
1952 ao Fundo de Erradicação da Miséria é que o CEAS tem um decreto regulamentador que  
1953 fala que o CEAS deve compor grupo coordenador. E a gente oficiou a Seplag, só que a  
1954 gente não teve uma resposta satisfatória. Me parece que esse grupo, o coordenador na  
1955 época, muitos anos atrás, ele foi criado só que ele não está composto. Ele não funciona e,  
1956 inclusive esse grupo tem que deliberar sobre o Plano de Aplicação. É importante retomar  
1957 essa luta para que o CEAS faça parte desse grupo, que ele funcione primeiramente, que o  
1958 CEAS faça parte desse grupo até mesmo para deliberação sobre o Plano de Aplicação,  
1959 quantos recursos vão para assistência social, quantos não vão, e isso foi uma pauta que a  
1960 gente não conseguiu avançar muito nesse mandato. Fica aqui como desafio também para  
1961 vocês. Discutimos bastante também sobre a alteração da Lei nº 12.262, que dispõe sobre a  
1962 composição do Conselho Estadual e, como eu disse nos informes hoje pela manhã, a  
1963 gente aprovou a Resolução nº 718, referente proposta de composição que tramitou por  
1964 vários setores do Poder Executivo. E hoje a gente foi surpreendido com esse decreto que  
1965 foi aprovado. Na verdade, a AGE, a Advocacia Geral do Estado emitiu um parecer  
1966 recomendando que fosse dada continuidade à tramitação do projeto de lei. A gente tem um  
1967 parecer da AGE e, nesse projeto de lei que estava tramitando, ele falava da composição  
1968 justamente aquela que o CEAS aprovou em fevereiro de 2021 por meio da Resolução nº  
1969 718. Até pensando na questão de que, e coloquei isso na prestação de contas que era para  
1970 a Mesa Diretora retomar essa discussão justamente para atender o acórdão do Tribunal de  
1971 Contas da União em relação à proporcionalidade dentro dos segmentos da sociedade civil.  
1972 Uma outra pauta bastante discutida foi a revisão do Regimento Interno do CEAS. Foi criado  
1973 um GT, um Grupo de Trabalho para proporcionar uma discussão mais ampla a partir de um  
1974 entendimento de que, de acordo com o Regimento Interno atual, não é, uma atribuição  
1975 específica da Comissão de Normas. Agora, também com esse decreto, se ele não for  
1976 revogado, ele dá o prazo de 120 dias para alterar o nosso regulamento. É importante se

1977 atentar para isso também. Discutimos um pouco também sobre os planos de assistência  
1978 social para a população atingida por barragens hidrelétricas. Inclusive tem uma lei recente  
1979 referente as atribuições do CEAS para outros tipos de barragens. Amplia o escopo de  
1980 atuação do conselho estadual. A coordenação da Comissão de Normas pode falar um  
1981 pouco sobre isso depois, o Márcio Caldeira, a Rosa também. É um pouco complicado  
1982 porque barragens hidrelétricas são poucas, mas barragens de mineração, só Nova Lima  
1983 tem 32. É uma demanda muito grande para o CEAS que é importante se debruçar sobre  
1984 isso. Suzanne. Não, é porque vi que a Suzanne não estava aqui. Você sempre colabora  
1985 também até pelo conhecimento histórico da comissão. Você é coordenadora adjunta, não  
1986 é? Beleza. A Lei de Acesso à Informação também. A Lei Geral de Proteção de Dados. A  
1987 questão da classificação de sigilo. A gente discutiu muito isso a partir da demanda de um  
1988 jornalista para ter acesso às informações. Tem um parecer jurídico aqui que fala que essa  
1989 questão da classificação do sigilo é uma atribuição da presidência assessorada pela Mesa  
1990 Diretora. A gente discutiu um pouco isso se isso, de fato, era uma atribuição do CEAS. É  
1991 importante amadurecer. Embora tenha esse parecer jurídico é importante amadurecer essa  
1992 questão também, esse entendimento. Até com outros conselhos estaduais para poder  
1993 entender como o CEAS, Brasil afora, estão fazendo com essa questão da classificação.  
1994 Porque isso pode aparecer novamente e foi uma dor de cabeça gigantesca para a  
1995 Secretaria Executiva conseguir digitalizar todo o processo. Mais de 10 mil páginas,  
1996 processos de mais de 20 anos, e o que é e o que não é sigiloso? Eu, presidente, consigo  
1997 pegar, sentar, olhar todas essas 10 mil folhas e entender o que é sigiloso e o que não é  
1998 sigiloso? Até que ponto isso é atribuição ou do CEAS? Então, é até uma prioridade para  
1999 capacitação, tanto dos conselheiros quanto da própria Secretaria Executiva. Fica esse  
2000 alerta também. Em relação ao Plano Estadual de Educação Permanente, a revisão é anual.  
2001 Eu até ia pedir um apoio da Suzanne, talvez outra pessoa iria saber. A Lara está levantando  
2002 a mão. Lara, vou pedir para o Daniel anotar sua inscrição porque vou finalizar aqui, coisa  
2003 bem rápida mesmo e a gente já parte para o bate-papo. Porque o Plano Estadual de  
2004 Assistência Social, a gente até comentou aqui, a Suzanne falou que o CEAS entendeu que  
2005 seria melhor fazer essa revisão no início do ano que vem para contemplar as deliberações  
2006 da conferência de agosto. O Plano de Educação Permanente não sei se ficou nessa  
2007 situação porque peguei umas folgas, peguei férias, na verdade. A Lívia da diretoria, a  
2008 revisão do Plano de Educação Permanente, que é uma revisão anual, ficou para o início do  
2009 ano que vem também? Deixa eu passar o microfone para você. Vou abrir para ela só para  
2010 esclarecer minha dúvida. **LÍVIA, SEDESE:** Para esclarecer, ele foi publicado em novembro  
2011 de 2020, então a gente teria que publicar em novembro desse ano. Só que nós  
2012 conversamos, eu e a Gabi, que é a minha superintendente. Como o plano sai com o  
2013 calendário das ações previstas para o ano, a gente achou por bem atrasar um pouco a  
2014 publicação para que já saia com o calendário atualizado das ações de 2022.

2015 **PRESIDENTE:** Entendi. Obrigada, Lívia. Em relação ao Censo Suas eu já falei.  
2016 Basicamente, em relação às comissões, Comissão de Política, várias denúncias que ela  
2017 tratou. Um avanço também porque o CEAS conseguiu aprovar a Resolução-Conjunta com  
2018 o Cedca sobre acolhimento institucional. É uma resolução que se arrastava por mais de  
2019 oito anos e conseguimos aprovar no mês de dezembro, dia 3 de dezembro. Finalmente  
2020 conseguimos uma importante resolução. A Comissão de Apoio, ela fez diversas  
2021 capacitações para vários municípios até mesmo sobre o acórdão do TCU. É importante  
2022 também intensificar o apoio a União e Regionais de Conselhos Municipais de Assistência  
2023 Social, as Urcmas, e aos fóruns. Algumas Urcmas ficaram um pouco paralisadas com a  
2024 pandemia. É importante o CEAS intensificar também esse apoio às Urcmas. Comissão de  
2025 Normas, principalmente a questão das barragens e outros pontos também. Comissão de  
2026 Orçamento, esse mandato acabou discutindo as pautas de forma conjunta com as outras  
2027 comissões. Teve um entendimento, a partir da leitura do artigo 2º, do Regimento Interno, se  
2028 não me engano, que fala das competências de cada comissão. Por exemplo, prestação de  
2029 contas, relatório de gestão, que essas pautas seriam comuns a todas as comissões, então  
2030 acabava que fazia quase que uma plenária antes da plenária para discutir essas pautas  
2031 específicas. A gente até discutiu a possibilidade de alterar só essa parte do Regimento  
2032 Interno para que ficasse só com a Comissão de Orçamento para ser uma metodologia  
2033 melhor, digamos assim. Só que acabou não sendo aprovado porque o próprio Regimento  
2034 Interno estava sendo revisto. Só que, em função da conferência também, a gente não  
2035 conseguiu finalizar a revisão desse regimento interno esse ano. É basicamente isso. Vou  
2036 pedir apoio dos coordenadores das comissões para complementar um pouco a prestação  
2037 de contas caso eu tenha esquecido algo. Vou abrir para a Juanita e para Lara, que já  
2038 pediram inscrição. Depois, peço aos coordenadores também complementarem um pouco a  
2039 prestação de contas do mandato. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Primeiro, Patrícia,  
2040 Presidente, falar que foi uma prestação de contas bastante corrida e nos impede de ter  
2041 uma dimensão do trabalho e dos nossos desafios. Eu queria apresentar uma proposta aqui  
2042 para esse colegiado, do conselho apresentar um relatório de atividades para a gente que é  
2043 o de praxe. Todo final de mandato o conselho registrar as Suas atividades e como é que  
2044 está a situação daquela atividade. Eu estou apresentando a proposta que o conselho faça  
2045 um relatório de atividades dessa gestão formal, assinado pela Mesa Diretora ou pelo  
2046 presidente, para deixar para os novos conselheiros que estão assumindo. Isso é uma  
2047 necessidade de trabalho que apresento como encaminhamento. E o segundo é com  
2048 relação à questão do secretário executivo. Não tem CEAS sem secretaria executiva, isso é  
2049 fato. A lei criou o cargo de secretário executivo, mas eu posso estar enganada, pode ter  
2050 havido mudanças depois que por aqui eu passei, não existe na estrutura administrativa do  
2051 estado esse cargo de secretário executivo. Nunca houve. Houve decisão política de manter  
2052 o cargo, de manter a pessoa nesse cargo com um comprometimento, um plus no salário

2053 que são os DADs. Não sei se ainda é DAD. Na verdade, o secretário executivo é só cargo  
2054 que é assim, mas ele não é contratado com essa nomenclatura. Ele é um funcionário que  
2055 recebe um plus para assumir essa função. Eu não vejo justificativa para não continuar com  
2056 o secretário executivo porque o cargo de DAD 6 sempre houve na subsecretaria e é uma  
2057 decisão política de manter esse cargo. Eu acho que esse decreto que você falou que eu  
2058 não conheço, ele não pode fazer menção com relação a isso porque não existe esse cargo  
2059 na estrutura administrativa de cargos do estado. Isso é uma decisão que a gente precisa  
2060 manter aqui essa discussão e a garantia da presença do secretário executivo. Até porque  
2061 não existe isso, na administração, na estrutura administrativa do estado, cargo de  
2062 secretário executivo. É um funcionário que é contratado temporariamente, mas  
2063 temporariamente até que abra concurso, mas não pode haver concurso para secretário  
2064 executivo porque não tem na estrutura do estado esse cargo. O governo não pode fazer  
2065 concurso. É um funcionário que é designado pelo órgão gestor mesmo e que vai ganhar  
2066 um cargo em comissão. Não justifica a extinção desse cargo até porque ele nunca existiu.

2067 **PRESIDENTE:** Exatamente, Juanita. A lara está inscrita também. Enquanto o Daniel passa  
2068 o microfone para ela, vou falar em relação a essa parte do relatório. A gente tinha solicitado  
2069 à Secretaria Executiva a elaboração do relatório anual. E o de 2020 também não foi  
2070 elaborado ainda. A gente já solicitou, mas a Mesa Diretora já solicitou à Secretaria  
2071 Executiva, que elabora esse relatório, tanto o de 2020 quanto o de 2021, para apresentar  
2072 no ano que vem para o novo mandato do CEAS. Isso, na primeira reunião da Mesa  
2073 Diretora do ano que vem, que a gente colocou. Eu queria até destacar que, na verdade, o  
2074 Daniel está de férias. Ele voltou hoje de férias só para a reunião, então a gente está nessa  
2075 situação também. Fora do relatório, deixa eu passar para a lara. **IARA, CSJB:** Minha fala  
2076 vem de encontro com a colocação da Juanita. Fui muito contemplada, mas eu gostaria de  
2077 reiterar a importância de não só ter o relatório das atividades, inclusive quero deixar um  
2078 registro de admiração da forma e a apropriação que você apresentou. Isso traduz o  
2079 empenho e a dedicação do seu trabalho, do seu mandato nesse conselho, parabéns. Mas  
2080 a gente precisa de algo físico enquanto conselheiros que vamos compor esse conselho,  
2081 tanto para entender o que foi tratado no mandato anterior, inclusive a Juanita colocou no  
2082 grupo alguns pontos de pauta que estão em andamento. É importante que a gente tenha  
2083 acesso a eles. Obviamente que a gente vai dar continuidade. Novos desafios virão. Já  
2084 estamos iniciando com um muito grande, que é essa questão do decreto, mas é importante  
2085 a gente dar continuidade e ter algo físico. Eu proponho que a Secretaria Executiva já faça  
2086 essa construção. Isso reitera também a importância da Secretaria Executiva. Um conselho,  
2087 de fato, para sua execução ser potente, precisa de uma Secretaria Executiva apoiando,  
2088 executando e caminhando junto conosco. É nesse sentido que reitero o que a minha colega  
2089 Juanita já colocou. **PRESIDENTE:** Isso mesmo, lara. Obrigada. A Juanita até colocou no  
2090 grupo da sociedade civil, como a lara disse, algumas perguntas em relação à prestação de

2091 contas. Eu até cheguei a dizer que no momento que, possivelmente, a gente não ia  
2092 conseguir responder todas as perguntas. A do PEAS a gente já respondeu que vai ser no  
2093 início do ano que vem. Eu passei esses questionamentos para a Secretaria Executiva e  
2094 para os coordenadores para que, na medida do possível, pudessem trazer algumas  
2095 informações aqui também. Mas, de qualquer forma, está registrado lá para poder constar  
2096 nesse relatório que a Secretaria Executiva, relatório anual do CEAS, que a Secretaria  
2097 Executiva vai elaborar e apresentar à Mesa Diretora. Os coordenadores das comissões,  
2098 não estou vendo muitos aqui, a Comissão de Política, o Élerson, coordenador e o Cristiano  
2099 é o adjunto. O Élerson está escondido lá no final, e olha que ele é grande. Você gostaria de  
2100 trazer algumas contribuições, Élerson? Tem a Comissão de Orçamento, é o Elder, da  
2101 Sedese e a Natália, a adjunta. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Só alguns elementos  
2102 que a Adelmira, que é a técnica da Secretaria Executiva que nos acompanha também,  
2103 elencou e que eu queria trazer para vocês aqui. A Comissão de Política desde o ano  
2104 passado, por conta dessa pandemia, produziu junto com a plenária do CEAS algumas  
2105 orientações e algumas recomendações de proteção dos próprios trabalhadores e das  
2106 trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social nesse contexto de pandemia. A  
2107 pandemia surgiu. A pandemia chegou. As secretarias de saúde emitiam algumas  
2108 recomendações acerca de como se proceder. E ao longo do tempo que fomos crescendo  
2109 na consciência em relação aos cuidados, então faltava algumas recomendações estaduais  
2110 também do CEAS e alguns municípios nos pediram, então foi feito esse documento  
2111 chamado recomendações de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras do sistema único  
2112 no contexto de pandemia. Ele até serviu de base para o caderno de orientação que foi  
2113 produzido depois conjuntamente entre a Sedese e a Secretaria Estadual de Saúde. Em  
2114 junho de 2020, foi lançado também um documento com orientação aos conselhos  
2115 municipais de assistência social, sobre a segurança de acolhida ofertada nos próprios  
2116 equipamentos do Suas. Foi feito um ofício circular para os CMAS orientando sobre a  
2117 segurança da acolhida nos equipamentos que, às vezes implica na questão do sigilo, a não  
2118 exposição do usuário, o fluxo de informação no atendimento e considerando também as  
2119 várias violações que muitas vezes têm acontecido à população nesse contexto próprio de  
2120 pandemia. Foi feito em julho do ano passado análise de um relatório de monitoramento e  
2121 avaliação do pacto de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social. Não vou  
2122 elencar tudo aqui, gente, são várias coisas. Algo que já comentamos aqui, o fluxo de  
2123 denúncias. Todos os municípios, qualquer denúncia que chega para o CEAS passa pela  
2124 Mesa Diretora e muitas vezes encaminhada para as comissões. A Comissão de Política  
2125 também recebe um volume muito grande de denúncias. Denúncias, muitas vezes, de  
2126 trabalhadoras que têm seus direitos violados. O CEAS fez uma força-tarefa e a gente  
2127 conseguiu sanar as denúncias que estavam pendentes. É lógico, a gente sempre tem  
2128 denúncias pendentes para serem tratadas, mas em um fluxo normal. Foi feito também um



2129 ofício circular aos CMAS informando sobre as normativas e orientações relativas aos  
2130 cuidados na execução dos serviços no contexto de pandemia, isso em novembro agora,  
2131 especialmente para trabalhadores e usuários e usuárias, o acesso aos equipamentos de  
2132 proteção individual, os EPIs. Nós realizamos em dezembro do ano passado uma roda de  
2133 conversa porque um dos temas que chegou a esse conselho foi em relação a inserção das  
2134 comunidades terapêuticas dentro da Política de Assistência Social. Gerou um debate muito  
2135 grande, muito grande dentro desse conselho porque há o entendimento de que esse tema  
2136 é um tema da saúde. Como não havia muita clareza, então foi feita uma roda de conversa  
2137 cujo tema foi 'O papel da assistência social frente ao acolhimento de adolescentes com  
2138 situações decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias e outras drogas,  
2139 álcool e outras drogas, em comunidades terapêuticas'. Isso aconteceu no ano passado. É  
2140 um tema que, talvez a próxima gestão vá ter que se debruçar porque, muitas vezes essa  
2141 pauta dentro do estado, no âmbito federal é uma pauta que ainda está na saúde. Às vezes  
2142 o Ministério da Cidadania tenta abarcá-la cujos interesses a gente sabe, mas aqui dentro  
2143 do estado parece que essa pauta das drogas está dentro da própria Sedese, às vezes  
2144 aparece aqui também na política de assistência para nós. Por fim, eu acho que a Patrícia  
2145 mencionou aqui, foi feita uma série de reuniões, mais de oito anos que havia uma  
2146 articulação, uma conversa desse conselho de assistência com o conselho de criança e  
2147 adolescente para que saísse uma resolução para que regulamentasse o acolhimento  
2148 institucional de crianças e adolescentes. Fomos muito provocados pelo Ministério Público.  
2149 Acho que a gente tem que reconhecer o papel e o protagonismo do Ministério Público  
2150 nesse sentido, mas com muito esforço de todas as partes a coisa saiu. Basicamente é isso.

2151 **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Como você não mencionou na sua fala sobre o Plano  
2152 Estadual de Assistência Social, que seria a função maior da Comissão de Política, a gente  
2153 sabe que a vigência dele é até 2023. A comissão se debruçou no PEAS com avaliação da  
2154 execução dos anos o Plano 2020-2021? A gente vai receber isso ou ainda não foi feito?

2155 **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** A gente ainda não fez, dentro da comissão, não. A  
2156 gente até chegou a conversar sobre isso no pleno. Até esqueci de mencionar algo que nós  
2157 fizemos dentro da comissão foi a implementação do Plano Estadual de Educação  
2158 Permanente que, inclusive, deu origem a criação da Comissão Estadual de Comissão  
2159 Permanente, mas o plano a gente começou a pensar e não discutiu nessa profundidade  
2160 que você está falando. Não sei se os demais conselheiros que estão aqui também, Luanda,  
2161 Adelmira mesmo, Luciana, se quiserem complementar, mas fica assim, fica como sugestão.

2162 **PRESIDENTE:** O Lucas se inscreveu também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
2163 **CURVELO/SSV:** Eu só quero deixar registrado o trabalho e o empenho dos conselheiros  
2164 da comissão na luta para poder conseguir avançar com a pauta junto com o Conselho  
2165 Estadual da Criança e do Adolescente. Sem o empenho, o esforço e o trabalho, tanto da  
2166 articulação dos conselheiros junto com a equipe técnica, a Adelmira tem cota-parte disso,

2167 sem essa articulação, esse trabalho e esse empenho dos conselheiros nada disso a gente  
2168 conseguiria avançar nessa pauta tão longa como você já trouxe, Presidente. Obrigado.

2169 **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. Da Comissão de Normas, a coordenadora é a Suzanne,  
2170 mas acho que ela está em outra agenda agora. E o coordenador adjunto é o Márcio. Se o  
2171 Márcio ou a Rosa que a técnica de apoio da comissão, quiser falar um pouco sobre a  
2172 Comissão de Normas nesse mandato. **MÁRCIO, ASSPROM:** Eu não preparei, como o  
2173 Élerson, uma linha de raciocínio, mas eu acho que a gente vai tentar resgatar aqui todo  
2174 esse trabalho da comissão. A Comissão de Normas tem uma atribuição extremamente  
2175 importante dentro do conselho que é fazer uma avaliação de todas as normas, propostas,  
2176 minutas, projetos de leis que chegam dentro do conselho. A gente teve ao longo desses  
2177 dois últimos anos um intenso trabalho, principalmente voltado para todos os projetos de lei,  
2178 legislações, resoluções, relacionadas principalmente com o combate da pandemia. Nós  
2179 tivemos um intenso trabalho de traduzir para o conselho todas as questões que chegavam  
2180 para a comissão, tentando elucidar determinadas questões que chegavam para o conselho  
2181 do ponto de vista até mesmo de clarear as nossas ações. Como parte de projeto de lei  
2182 onde tem a competência do conselho, onde estava a competência do conselheiro no  
2183 processo de deliberação. A gente buscou muito esse trabalho. E, como sempre, a nossa  
2184 Rosa dá a colinha para a gente e isso é fundamental dentro desse conselho. A Secretaria  
2185 Executiva sempre nos dá o apoio necessário na hora fundamental. A gente teve várias  
2186 ações aqui. Elaboração de capacitação dos conselheiros sobre o Regimento Interno do  
2187 CEAS, o código de ética. Esse é um trabalho que está em constante movimento dentro da  
2188 Comissão de Normas. Ele não cessa porque, a cada movimento que a gente tem de  
2189 legislações, a gente precisa visitar o nosso Regimento Interno para fazer as Suas  
2190 devidas adequações. Avaliação de denúncia sobre suspensão do Plano de Assistência  
2191 Social do PAS/Barragem, Projeto Hidroagrícola de Jequitaiá. Esse Plano de Assistência  
2192 Social do PAS/Barragem Hidroagrícola de Jequitaiá foi logo no início da pandemia, houve a  
2193 suspensão do Plano de Assistência Social de Jequitaiá. E isso pegou a Comissão de  
2194 Normas de surpresa porque simplesmente foi a suspensão do atendimento desse plano  
2195 justamente para a população atendida nesse processo de barragem de Jequitaiá. A  
2196 Comissão de Normas teve que se debruçar em cima dessa situação e buscar todo o  
2197 entendimento, inclusive com o próprio governo em relação à revitalização desse Plano de  
2198 Assistência Social. Essa foi uma atribuição que ainda está em constante processo porque  
2199 isso também é uma atribuição que não parou. Esse processo de Jequitaiá é um processo de  
2200 barragem do estado relacionado ao antigo Rural Minas. A gente precisa, a comissão vai se  
2201 debruçar. Os novos conselheiros que vão compor essa Comissão de Normas já têm um  
2202 grande trabalho à frente nesse sentido. Emissão de Nota Técnica para aprovação das atas  
2203 das reuniões plenárias do CEAS que não foram submetidas para apreciação na plenária,  
2204 subsequente conforme dispõe o próprio Regimento Interno. Nós tivemos aqui uma situação,

2205 vocês conselheiros que estão entrando agora deliberarem sobre atas da gestão passada.  
2206 Como que isso vai ocorrer? A Comissão de Normas se debruçou em cima disso justamente  
2207 para fazer uma regulamentação nesse sentido. Emissão de nota técnica sobre análise e  
2208 necessidade da não aprovação de resolução de *ad referendum* do CEAS, que também são  
2209 publicizadas por resoluções. Leitura do Regimento Interno, a gente precisou visitar o  
2210 regimento em função de uma situação de aprovação para o *ad referendum*, é quando a  
2211 Mesa Diretora, de acordo com as Suas atribuições, precisa tomar uma decisão enquanto  
2212 conselho, em relação a uma determinada matéria que ainda não passou pelo pleno do  
2213 conselho. A Comissão de Normas se debruçou também apresentando essa nota técnica  
2214 em relação a essa necessidade de aprovação. A avaliação de relatório de monitoramento  
2215 do pacto de aprimoramento, solicitação de nota técnica referente ao substitutivo 2 e  
2216 emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 1.200/2015, que institui a Política Estadual de  
2217 Comunidades Atingidas pela Construção de Barragens e dá outras providências. Existe um  
2218 projeto de lei que foi transformado em legislação agora, onde a Comissão de Normas se  
2219 debruçou para fazer um apontamento das questões relacionadas ao CEAS que implicariam  
2220 diretamente sobre esse projeto de lei relacionado com os planos de barragens. A análise  
2221 da Lei nº 23.632, de abril de 2020, que cria o Programa de Enfrentamento do Efeitos da  
2222 Pandemia da Covid-19, e autorizava a abertura de crédito especial no orçamento fiscal do  
2223 estado. A Comissão de Normas se debruçou em cima dessa legislação justamente para  
2224 traduzir essa legislação aqui para o conselho para que a gente pudesse tomar as  
2225 deliberações cabíveis. Análise da Lei nº 23.795, que institui a Política dos atingidos por  
2226 barragens, que é a PAB, que é uma nova política de barragem que a nossa Presidente  
2227 Patrícia já mencionou aqui anteriormente, que era uma política de barragem onde o Censo  
2228 terá uma atuação ímpar e a Comissão de Normas tem atuação em cima dessa política  
2229 também. Orientação ao Conselho Municipal de Barão de Cocais sobre o termo de acordo  
2230 firmado entre a Vale e a população impactada por causa do risco de rompimento das  
2231 barragens na Mina do Congo Soco, em Barão de Cocais. Orientações aos  
2232 empreendedores das usinas Pequenas Central Hidrelétrica Osvaldo Vicentini, Central  
2233 Hidrelétrica de Cambuí. Essa é uma atribuição da Comissão de Normas, conversar com os  
2234 empreendedores que estão desenvolvendo algum empreendimento de barragens no  
2235 estado de Minas Gerais. A Comissão de Normas sempre faz esse acolhimento e informa as  
2236 delimitações da política. As atribuições que cada uma dessas partes tem em relação a  
2237 execução do Plano de Assistência Social. Avaliação de denúncias sobre suspensão do  
2238 Plano de Assistência Social e fechamento do Projeto Hidroagrícola de Jequitaí. Minuta de  
2239 resolução de Regimento Interno atual do CEAS, elaborada a partir de uma revisão atual.  
2240 Nós temos um GT que está em trabalho de revisão do Regimento Interno do conselho.  
2241 Uma minuta de criação da Ouvidoria Social que dispõe sobre os procedimentos de  
2242 apuração aplicáveis às manifestações específicas recebidas no âmbito do Conselho

2243 Estadual de Assistência Social, do CEAS, que vai ser apresentada à plenária do conselho  
2244 sobre essa minuta de criação dessa Ouvidoria Social. Discussões sobre procedimentos de  
2245 classificação de sigilo de documentos referentes aos processos de barragens. Em função  
2246 da Lei Geral de Proteção de Dados, a gente precisa ter claro o que é um dado sigiloso. O  
2247 que é um dado que vai ser colocado de forma pública e como isso vai ter que ser  
2248 administrado pelo conselho. Discussão também pela legalidade da Lei nº 12.262,  
2249 considerando a revogação da Lei Delegada nº 180, que se referia à composição do  
2250 conselho. A Comissão de Normas se debruçou em cima dessa lei justamente querendo  
2251 buscar os fundamentos, as saídas, as alternativas, elaboração de uma proposição de  
2252 projeto de lei para que o conselho tivesse a segurança jurídica necessária para que os  
2253 seus atos praticados aqui em deliberação não viessem ou não venham a ser questionados  
2254 de alguma inconsistência. Essas foram poucas das atribuições da Comissão de Normas.  
2255 Tem muito trabalho e, por favor, conselheiros que estão entrando, componham a Comissão  
2256 de Normas. Ela é muito importante para o conselho. Já vou fazer uma propaganda aqui.  
2257 **MARIA JUNITA, FEAPAES/MG:** O Regimento Interno do CEAS existe uma proposta já  
2258 que foi feita pela Comissão de Normas e vai ser discutida com o CEAS nesse mandato  
2259 agora. É isso ou não tem uma proposta ainda? **PRESIDENTE:** A gente discutiu muito na  
2260 Mesa Diretora e na plenária sobre isso. E lendo as atribuições de cada comissão,  
2261 entendeu-se que não era uma atribuição específica da Comissão de Normas. Então foi  
2262 criado um GT com a participação da presidente, da vice-presidente e de dois conselheiros  
2263 de cada comissão para ter uma discussão mais ampla. Foi feita toda a leitura do regimento  
2264 e alguns destaques, alguns artigos. O Conselheiro Lucas apresentou vários destaques,  
2265 então o regimento hoje, eu acho que ele tem uns 50 artigos mais ou menos. E nos  
2266 destaques o Conselheiro Lucas, acho que foi uns 150 mais ou menos, a minuta que ele  
2267 propôs. Ia ser uma ampliação muito grande do Regimento Interno e isso se deu em meio a  
2268 organização desse processo conferencial que já sugou praticamente todas as energias do  
2269 CEAS. Ainda está no início dessa discussão da proposta e minuta apresentada pelo  
2270 Conselheiro Lucas. O regimento tem que ser rediscutido por esse mandato. **MÁRCIO,**  
2271 **ASSPROM:** Os membros da Comissão de Normas gostariam de fazer alguma  
2272 complementação? **PRESIDENTE:** Não teve nenhuma manifestação. Obrigada, Márcio. A  
2273 Comissão de Apoio, o coordenador era o Irajá, o Damião. Ele não pode estar presente hoje  
2274 e o coordenador adjunto é o Sávio. Eu não estou vendo ele aqui agora. Acho que ele não  
2275 retornou. A Paula, Técnica de Apoio. Acho que a Paula também não está aqui agora.  
2276 Qualquer coisa a gente deixa esse retorno para depois. E a Comissão de Orçamento, o  
2277 coordenador é o Elder. Ele está em outra agenda agora. A adjunta é a Natália. Acho que  
2278 ela também está em outra agenda. E a técnica de referência é a Jeane que está de *home*  
2279 *office*. É gestante e não pode estar presente aqui hoje. A gente teria que deixar um pouco  
2280 para frente. Você poderia apresentar, Daniel? **DANIEL - CEAS:** A Jeane, estou

2281 conversando com ela aqui que ela está de teletrabalho. Ela me passou aqui. Ela falou que  
2282 basicamente é ler. Pode ser? “Ações da Comissão Orçamento e Financiamento 2020-2021.  
2283 As resoluções de aprovação, ação, resultado, comissão orçamento. Teve: Resolução nº  
2284 690 de 2020, aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos alocados no Fundo Estadual  
2285 de Assistência Social – FEAS em consonância com a Lei Orçamentária de Minas Gerais de  
2286 2020. Resolução nº 691/2020, aprovação da reprogramação de saldo do exercício de 2019  
2287 para execução financeira e orçamentária no ano de 2020.” Estou lendo rápido, mas,  
2288 qualquer coisa, vocês podem me falar para eu diminuir a velocidade. “Os recursos  
2289 recebidos no Fundo Nacional de Assistência Social consignados no Fundo Estadual de  
2290 Assistência Social de Minas Gerais. Resolução nº 694/2020, aprovação *ad referendum* da  
2291 adesão ao termo de aceite de recursos federais para execução de ações socioassistenciais  
2292 e estruturação de rede. Resolução nº 697, cumprimento do objeto do convênio de  
2293 estruturação da rede de serviços de proteção social básica de Minas Gerais voltada à  
2294 aquisição de veículos. Resolução nº 698/2020, aprovação do relatório trimestral de  
2295 atividades de execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social,  
2296 referente ao quarto trimestre de 2019. Resolução nº 700/2020, aprovação do plano de ação  
2297 referente ao cofinanciamento de ações socioassistenciais do aceite de recursos federais e  
2298 do requerimento para a segunda parcela para aquisição dos equipamentos de proteção  
2299 individual, os EPIs. Resolução nº 701/2020, aprovação da partilha de recursos do Fundo  
2300 Estadual de Assistência Social destinados às ações de enfrentamento aos impactos  
2301 provocados pela pandemia Covid-19 nos municípios mineiros nos termos da Lei  
2302 Complementar nº 173/2020 e da Medida Provisória nº 978/2020. Resolução nº 702/2020,  
2303 alteração da resolução nº 701, de 3 de agosto de 2020, que aprova os critérios de partilha  
2304 de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social destinados às ações de  
2305 enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia Covid-19 nos municípios mineiros  
2306 no termo da Lei Complementar nº 173/2020 e da Medida Provisória nº 978/2020.  
2307 Resolução nº 703/2020, aprovação da proposta orçamentária e das ações do Plano  
2308 Plurianual de ação governamental PPAG 2021, na unidade orçamentária do Fundo  
2309 Estadual de Assistência Social da Sedese. Resolução nº 704/2020, recomendação quanto  
2310 aos recursos oriundos da Lei Complementar nº 173/2020 e da Medida Provisória nº  
2311 978/2020 destinados à assistência social do estado de Minas Gerais. Resolução nº  
2312 706/2020, aprovação do programa de transferência de renda emergencial temporária do  
2313 governo do estado de Minas Gerais no âmbito do Suas, seus critérios de elegibilidade e  
2314 responsabilidades para o ano de 2020. Resolução nº 707/2020, aprovação da partilha de  
2315 recursos do Fundo de Assistência Social destinados às ações de enfrentamento aos  
2316 impactos provocados da pandemia Covid-19 nos municípios mineiros. Resolução nº 710,  
2317 recomendação ao governo do estado de Minas Gerais que o superávit dos recursos do  
2318 Fundo de Erradicação da Miséria, FEM, previsto na Lei Estadual nº 23.632/2020, seja

2319 utilizado para complementar o orçamento previsto para o Programa de Renda Emergencial  
2320 Temporária instituído por meio do Decreto Estadual nº 48.038/2020. Resolução nº  
2321 711/2020, análise da aprovação do demonstrativo sintético de execução físico e financeira  
2322 de 2019, apresentado no sistema Suasweb, relativo a recurso de cofinanciamento federal  
2323 alocado no Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Resolução nº 714/2020,  
2324 análise da aprovação do relatório trimestral da execução físico e financeira do Fundo  
2325 Estadual de Assistência Social referente ao primeiro, segundo e terceiro trimestre de  
2326 janeiro a setembro de 2020. Resolução nº 716/2021, análise e aprovação do relatório  
2327 trimestral da execução físico financeira do fundo Estadual de Assistência Social, referente  
2328 ao quarto trimestre de 2020. Resolução nº 717/2021, aprovação da reprogramação de  
2329 saldo de exercício de 2020, para execução financeira e orçamentária no ano de 2021 dos  
2330 recursos recebidos no Fundo Nacional de Assistência Social, alocados no Fundo Estadual  
2331 de Assistência Social de Minas Gerais. Resolução nº 720/2021, aprovação do plano de  
2332 aplicação dos recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social em consonância  
2333 com a Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais de 2021. Resolução nº 722/2021,  
2334 aprovação do programa Aproximação Suas, componente do programa Percursos Gerais,  
2335 seus critérios e partilha dos recursos captados junto à Loteria do estado de Minas Gerais e  
2336 as responsabilidades do estado e dos municípios atendidos para o ano de 2021. Resolução  
2337 nº 724/2021, aprovação das diretrizes para a proposta de projeto de lei de diretrizes  
2338 orçamentárias, LDO, referente à Política de Assistência Social ao exercício de 2022 e  
2339 recomenda a participação da Sedese na elaboração da LDO. Resolução nº 726/2021,  
2340 aprovação da partilha de recursos extraordinários do Fundo Estadual de Assistência Social  
2341 destinados às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia Covid-19  
2342 nos municípios mineiros. Resolução nº 729/2021, aprovação dos critérios de elegibilidade e  
2343 partilha dos recursos financeiros do Programa de Aprimoramento da Rede  
2344 Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – Rede Cuidar, para o ano de  
2345 2021. Resolução nº 731/2021, aprovação do Relatório Trimestral de execução físico e  
2346 financeira do FEAS, referente ao primeiro trimestre de 2021. Resolução nº 734/2021,  
2347 recomendação à Sedese quanto ao calendário do pagamento do benefício financeiro  
2348 denominado Força Família às famílias que se encontram em situação de extrema pobreza  
2349 como medida excepcional de enfrentamento às consequências econômicas e sociais da  
2350 pandemia de Covid-19. Resolução nº 735/2021, deliberação sobre o cumprimento do  
2351 objeto do convênio da estruturação da rede de serviço de proteção social básica de Minas  
2352 Gerais, voltada à aquisição de veículos e dá outras providências. Resolução nº 741/2021,  
2353 aprovação da proposta das ações do plano plurianual de ação governamental, PPAG/2022,  
2354 da unidade orçamentária do FEAS, da Sedese. Resolução nº 745/2021, aprovação dos  
2355 critérios de elegibilidade e partilha dos recursos de incentivo financeiro do programa de  
2356 aprimoramento da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, Suas do

2357 Rede Cuidar, para os exercícios de 2021 e 2022. Resolução nº 746/2021, aprovação do  
2358 relatório trimestral de execução físico e financeira do FEAS, referente ao segundo trimestre  
2359 (abril, maio, junho de 2021) elaborado e apresentado pela Subsecretaria de Assistência  
2360 Social, Subas, Sedese. Resolução nº 747/2021, aprovação do pedido apresentado pela  
2361 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais para alterar a planilha de  
2362 itens a serem adquiridos com recursos da programação do SIGTV, para além das análises,  
2363 discussões e aprovações das resoluções em conjunto com as outras comissões, a  
2364 Comissão de Financiamento e Orçamento atendeu as demandas de municípios através de  
2365 respostas às dúvidas e ofícios, *e-mails*, encaminhamento dessas para setores  
2366 responsáveis na Subas que sanaram os questionamentos dos municípios, via telefone, *e-*  
2367 *mail*, videoconferências e capacitações.” É isso, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada,  
2368 Daniel. O Elder, que é coordenador da Comissão de Orçamento chegou aqui agora, de  
2369 repente, ele possa querer complementar um pouco a fala do Daniel. **DANIEL - CEAS:**  
2370 Elder, não vi você. **PRESIDENTE:** Ele chegou agora há pouco. O Daniel leu as principais  
2371 resoluções da matéria de orçamento que foram deliberadas e se você quiser complementar  
2372 um pouco. **ELDER, SEDESE:** Boa tarde para quem ainda não vi hoje. O trabalho da  
2373 Comissão de Orçamento passa muito pela aprovação das prestações de contas que são  
2374 trimestrais e de todas as matérias que envolvam orçamento, tanto é que vocês falaram um  
2375 pouco de convênio e tal. Eu entrei na comissão como coordenador do meio do ano em  
2376 diante. A nossa avaliação é que as pautas, a gente conseguiu discutir. As discussões foram  
2377 muito boas. Na comissão, quem compôs a comissão, além de mim, a Ivone, o Silvestre que  
2378 está aqui e mais algumas pessoas. A gente conseguiu discutir bastante. Acho que foi um  
2379 trabalho tranquilo. Tivemos boas discussões. Na época do programa de transferência de  
2380 renda a gente também discuti um pouco dentro do âmbito da comissão. Conseguimos  
2381 algumas das nossas pautas foram passadas para reuniões conjuntas e foram discutidas  
2382 em conjunto com todas as outras comissões por serem temas que atravessam todas as  
2383 comissões do CEAS. As principais partes do trabalho o Daniel já conseguiu apresentar. Foi  
2384 isso. Não sei se a Ivone quer complementar alguma coisa. O Silvestre que está aqui  
2385 também. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Primeiro que é impossível a gente gravar o  
2386 que o secretário executivo falou aqui. É desumano isso. No relatório é que a gente vai  
2387 conseguir debruçar sobre isso. Inclusive, já peço à Mesa Diretora, a próxima que assumir,  
2388 que seja um relatório, assim: quais as funções que cada comissão tinha, o que foi feito, e o  
2389 que não foi feito, e quais os desafios que o CEAS tem com relação porque, se não, é muita  
2390 coisa. Você vai ter que ir lá na resolução ver do que se trata. Se for como foi falado assim,  
2391 dificulta muito a nossa análise. A minha pergunta é: essa comissão tem um plano de  
2392 aplicação do FEAS, a comissão analisou se esse plano, qual que foi a execução desse  
2393 plano? Se ele foi executado quantos por cento, no plano de aplicação? E a outra pergunta  
2394 é: se tem alguma pendência de execução de emenda parlamentar de incorporação no

2395 orçamento? Porque eu lembro que, um ano ou dois atrás, o CEAS tinha conseguido  
2396 emenda de uma janela para o Piso Mineiro, com Piso Mineiro especial, com aporte  
2397 substancial de R\$ 22 milhões, na época, recurso do Fundo de Erradicação da Miséria e  
2398 tinha também mais uma emenda, que não me recordo agora. Eu quero saber se tem  
2399 alguma pendência de execução de emenda. Se esse Piso Mineiro de proteção especial,  
2400 me parece que ele não foi instituído com essa janela que foi colocada, ele não foi instituído.  
2401 E qual a análise da comissão que tem com relação a isso? **ELDER, SEDESE:** Começando  
2402 sobre as perguntas de emendas. As emendas que temos em execução nesse momento é  
2403 uma emenda para compra de cinco veículos que serão entregues aos Cras de cinco  
2404 municípios, que é uma emenda até antiga, que foi firmada, se não me engano, em 2015.  
2405 Agora que a gente vai conseguir comprar e entregar para os municípios. Foi estendendo,  
2406 estendendo, mas a gente conseguiu resolver. Além disso, e até foi comentado pelo Daniel,  
2407 uma emenda de 15 veículos para os Cras de 14 municípios. Os 14 municípios já estão com  
2408 os veículos desde 2019. Temos uma emenda do Deputado Patrus para compra também de  
2409 carros para entidades, que está em execução pela equipe do Cristiano. Essa emenda do  
2410 piso não passou, imagino que não chegou a ser executada mesmo. Sobre o piso, a gente  
2411 teve um reajuste do piso. A gente está em vias de ter esse reajuste do piso para o próximo  
2412 ano e foi até apresentado em algumas plenárias. Para além disso que você perguntou do  
2413 plano de aplicação dos recursos do FEAS, toda vez que a gente levava a prestação de  
2414 contas, ela também era dividida por ações, a gente apresentava os percentuais de quanto  
2415 estava sendo executado em cada das ações. Tanto é que teve alguns trimestres que a  
2416 gente teve a aprovação com ressalvas porque tinha algumas execuções que estavam  
2417 baixas, mas que, com o passar do ano e com a execução de outros contratos de  
2418 capacitação, a gente conseguiu aumentar o percentual delas. Essa questão de aplicação  
2419 de recurso foi bastante discutida na comissão, principalmente na prestação de contas do  
2420 segundo trimestre, se não me engano. A gente acabou discutindo esses pontos de  
2421 execução da política, para além de só executar o recurso. Sim, exatamente. **PRESIDENTE:**  
2422 Obrigada, Elder. Não tem nenhuma inscrição. O Sávio não retornou. Eu queria ver se a  
2423 Comissão de Apoio, Paula ou Gabriele, ou alguém da Comissão de Apoio poderia trazer  
2424 algum informe da comissão porque o coordenador e o adjunto não estão. **PAULA - CEAS:**  
2425 Nosso coordenador, nós funcionamos praticamente o ano inteiro sem o coordenador, meio  
2426 que forçosamente o adjunto teve que assumir. Então foi o Domingos Sávio que esteve  
2427 conosco durante todo o ano à frente da coordenação. Mesmo sendo o suplente, era o  
2428 adjunto. O Irajá ficou impossibilitado de comparecer. E o Sávio estava aqui pela manhã. Eu  
2429 passei tudo para ele, mas ele não está presente agora. Eu vou pedir à Gabriela, que eu  
2430 acho que é remanescente. Acho que é a única da comissão. Marinete e Isaura também  
2431 estão ali. Mas que acompanhou mais de perto um pouquinho conosco para trazer alguns  
2432 pontos da comissão, pela ausência da nossa coordenação. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:**



2433 Dentro dos trabalhos da comissão um ponto muito importante, sempre levado em questão,  
2434 foi a questão apoiar as Urcmas e aos Fóruns de Trabalhadores. É um trabalho muito  
2435 relevante dentro da Comissão de Apoio, porém a gente avançou pouco por causa dessa  
2436 situação da pandemia. E outro ponto que tem sido discutido é a necessidade de orçamento  
2437 para desenvolver esse trabalho. A comissão também desenvolveu um trabalho junto com o  
2438 Conselho Municipal de Caranaíba, que dizia respeito a composição do conselho. Eles  
2439 estavam com algumas questões lá que dizem respeito inclusive a situação de paridade, de  
2440 entendimento do que é trabalhadores do Suas, então a gente desenvolveu um trabalho  
2441 nesse sentido. Foram realizados também informes e orientação aos conselhos municipais  
2442 de assistência social com relação ao cumprimento do artigo 30, da LOAS, que a gente  
2443 sabe da importância da regularização dos conselhos municipais até para poder garantir a  
2444 situação de receber mesmo os recursos. Foram realizados apoio e orientação aos 102  
2445 municípios identificados pelo Censo Suas por não atenderem aos critérios de paridade do  
2446 conselho municipal de assistência social. Alguns municípios conseguiram adequação,  
2447 outros, insistentemente eu sei que a Secretaria Executiva tentou fazer contato, etc, mas  
2448 infelizmente não teve êxito, mas ainda há municípios, na conversa com a Paula, que têm  
2449 procurado a Secretaria Executiva justamente para tentar orientação nesse sentido. Houve  
2450 um texto de elaboração com relação à orientação de benefícios eventuais no início da  
2451 pandemia, regularizando, tentando orientar os conselhos municipais nesse sentido. A  
2452 realização de uma *live* virtual sobre o controle social com os representantes de  
2453 trabalhadores, usuários, entidades e gestão, justamente também baseado nessa questão  
2454 do artigo 30. Avaliação e discussão sobre os recursos provenientes da Lei nº 173.  
2455 Orientação aos municípios que não preencheram os planos de serviços. Elaboração de  
2456 textos e orientações sobre eleições e funcionamento dos conselhos durante a pandemia.  
2457 Teve também uma reunião com a Urcmas de Timóteo no dia 22 de abril com a presença de  
2458 58 participantes, sendo tratados os temas de inscrição de entidades e orientações a  
2459 respeito da realização das conferências municipais. Atendimento ao Conselho Municipal do  
2460 Município de Brumadinho em junho de 2021, com relação a orientação para instalação de  
2461 Fórum de Trabalhadores e Usuários, inclusive nesse trabalho participamos eu e a  
2462 Conselheira Luanda, da Comissão de Política. Mobilização e participação dos nove  
2463 encontros realizados para incentivo à realização das conferências municipais. Foi um  
2464 trabalho que impactou depois nas conferências regionais. Esse momento de mobilização  
2465 juntar os conselhos para a realização das conferências municipais. Realização de *Live* com  
2466 orientação ao Conselho Municipal de São Gotardo, por solicitação da diretoria regional de  
2467 Patos de Minas. Funcionamento do conselho da Secretaria Executiva, inscrição de  
2468 entidades e normativas e o planejamento da reativação das Urcmas, que volta mais uma  
2469 vez como uma situação de pauta e realmente faz-se muito urgente. Na regional que eu  
2470 resido, que é a Regional de Salinas, a gente vê lá que a Urcmas estava bastante

2471 fortalecida depois o cenário de pandemia, ela não voltou às atividades. É uma Urcmas que  
2472 tem uma relevância muito grande para a regional e imagino que todas as Urcmas que  
2473 estão desativadas têm essa mesma importância. A Comissão de Apoio tem um desafio  
2474 muito grande, assim como os fóruns de trabalhadores. Hoje, estou como representante do  
2475 Fórum de Trabalhadores do Suas e vejo o quanto que a gente precisa mesmo do apoio dos  
2476 conselhos municipais nesse sentido porque o fórum também deu uma enfraquecida muito  
2477 grande diante desse cenário de pandemia. Estou tentando ser objetiva e desculpa se não  
2478 consegui contemplar. **PRESIDENTE:** Obrigada, Gabi. Acho que não tem nenhuma  
2479 inscrição para poder falar sobre as questões dessa comissão até em função do horário  
2480 também, gente. Acho que essa prestação de contas por parte dos coordenadores também  
2481 é importante até para que os conselheiros que estão chegando agora possam conhecer um  
2482 pouco o trabalho de cada comissão, até para facilitar a escolha de qual comissão que  
2483 vocês vão agora. Encerrado esse momento da prestação de contas, a gente passa para a  
2484 posse do novo mandato. Vou passar para o Daniel, que ele tem alguns informes sobre a  
2485 publicação da posse. **DANIEL - CEAS:** Obrigado, Presidente. Como os que estão aqui há  
2486 mais tempo já sabem, a Secretaria Executiva pega as publicações. Por exemplo, na eleição  
2487 da sociedade civil, a gente publica o ato e também faz os trâmites da publicação das  
2488 conselheiras e dos conselheiros. Entretanto, tivemos alguns casos que infelizmente foram  
2489 algumas pessoas que apesar da Secretaria Executiva ter feito tudo corretamente,  
2490 formulários todos corretamente. A gente conferiu e reconferiu, foi publicado no sábado um  
2491 equívoco no nome de algumas conselheiras. Conversei com a Mesa Diretora hoje para  
2492 fazer uma posse simbólica já que todo o processo foi feito corretamente, mas por questão  
2493 de outra secretaria, foi uma não publicação de algumas pessoas que teve esse infeliz fato  
2494 apesar da gente ter feito todo o processo corretamente. A gente fez essa proposta à Mesa  
2495 Diretora para fazer essa posse simbolicamente. A gente vai correr para que essas  
2496 correções sejam feitas ainda essa semana. Mas é fazer esse informe, a gente já conversou  
2497 com a Mesa Diretora e nos parece que não haverá nenhum problema já que a gente vai  
2498 correr atrás desses erros de outras pessoas apesar disso, durante essa semana mesmo. É  
2499 isso, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. Sendo mais clara, a Conselheira Sandra  
2500 Regina, do Sintibref, não foi nomeada. Se não me engano, duas conselheiras  
2501 governamentais, Camila e Soraia, também não foram nomeadas. E o Conselheiro Philipe,  
2502 do Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas, ele foi nomeado como se fosse do Sintibref,  
2503 que é da entidade da Sandra Regina. Tem que haver uma nova nomeação alterando a  
2504 representação do Philipe e nomeando as demais conselheiras que não foram nomeadas  
2505 ainda. **PAULA - CEAS:** O do Philipe realmente houve um erro. A gente tem que corrigir. Só  
2506 o da Camila e da Soraia, até fomos verificar no SEI. Não se trata de um erro. Ele foi para lá.  
2507 Ele passa por um processo de análise. Ele nem foi liberado nesse processo de análise para  
2508 publicação. Na verdade, ele está no aguardo. Não é nem que saiu, saiu nada errado. Ele

2509 ainda está em um processo de análise. Ele não foi liberado para publicação, realmente vai  
2510 sair para a próxima plenária. Não se trata de um erro. **PRESIDENTE:** Ok, Paula. Obrigada.  
2511 Agora a gente segue para a posse, para fazer a leitura dos nomes dos conselheiros que  
2512 serão empossados. Quem não receber posse hoje, vai receber na próxima plenária,  
2513 conforme o Regimento Interno. O Termo de Posse, vou ler só a primeira parte, depois vou  
2514 ler os nomes. “Aos 20 de dezembro de 2021, compareceu perante o Conselho Estadual de  
2515 Assistência Social do estado de Minas Gerais, a fim de tomar posse no referido conselho  
2516 na qualidade de membro efetivo representante do Conselho Municipal de Assistência  
2517 Social de Conselheiro Lafaiete, Crislaine Cristina Nascimento Flausino, suplente.  
2518 Representando o governo, a Secretaria de Estado de Fazenda, Silvestre Dias, titular.  
2519 Representando a Secretaria de Estado de Educação, Sandra Januário da Silva, suplente.  
2520 Representando a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais  
2521 Sudeste Brasileira – ADRA, Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio, suplente.  
2522 Representando o Conselho Central de Curvelo São Vicente de Paulo, Lucas Estevão  
2523 Ribeiro da Silva, titular. Representando o Instituto de Desenvolvimento Sociopolítico, ID,  
2524 Leandro Luis da Cruz Sena, suplente. Representando o CMAS/Caeté, governamental, João  
2525 Victor da Silva Jorge, titular. Representando a Associação Profissionalizante do Menor de  
2526 Belo Horizonte, Assprom, Rodrigo dos Santos França, suplente. Representando o  
2527 Conselho Regional de Psicologia – CRP, Grazielle Vieira Cachapuz Machado, titular.  
2528 Representando a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Suzanne  
2529 Cristina Horta Silva, suplente. Representando a Secretaria de Estado de Trabalho e  
2530 Desenvolvimento Social, Elder Carlos Gabrich Júnior, titular. Representando o  
2531 CMAS/Salinas, Sociedade Civil, Gabriela de Almeida Loiola, titular. Representando o  
2532 Conselho Regional de Serviço Social, Ludson Rocha Martins, titular. Representando o  
2533 Conselho Municipal de Belo Horizonte, Simone Maria da Penha de Oliveira, titular.  
2534 Representando a Congregação São João Batista – CSJB, Iara da Costa Nogueira Reis,  
2535 suplente. Representando o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de  
2536 Minas Gerais, Cogemas, Marinete da Silva Moraes, titular. Representando o Bem-Estar do  
2537 Menor, Kariny de Amorim Silva, titular. Representando a Federação dos Trabalhadores na  
2538 Agricultura do estado de Minas Gerais – Fetaemg, Marilene Faustino Pereira, titular.  
2539 Representando as APAEs do estado de Minas Gerais, Maria Juanita Godinho Pimenta,  
2540 titular. Representando a Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais  
2541 – Fasemig, Carla Valéria Soares Vita, suplente. Representando a Associação Quilombola  
2542 do Suassuí e Pitangueiras – Asquis, Isac dos Santos Lopes, titular. Representando o  
2543 Movimento do Graal no Brasil, Arlete Alves de Almeida, titular. Representando o Conselho  
2544 Municipal de Assistência Social de Cordisburgo, Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi,  
2545 suplente. Representando o Fórum Municipal dos Usuários do Sistema Único de Assistência  
2546 Social de Belo Horizonte, Maria Aparecida Baião, suplente. Representando o Conselho

2547 Municipal de Assistência Social de Uberaba, Claudia Cristina da Silva, suplente.  
2548 Representando a Secretaria de Estado de Saúde, Lígia Camargos da Silva, suplente.  
2549 Representando a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, João Victor de Almeida  
2550 Chaves, titular. Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Mariana  
2551 de Resende Franco, titular.” Mais algum conselheiro do mandato 2021-2023, que esteja  
2552 presente e que não tenha assinado, que eu não tenha feito a leitura do nome? A Érica.  
2553 Está faltando o nome da Érica. Daniel, também está faltando o dele. Philippe também não  
2554 assinou. Assinou, mas não está aqui. Não foi lido. Ok. Vamos registrar o nome completo.  
2555 “Representando o Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Fabriciano, Érica  
2556 Pereira Alves Beltrame, titular. Representando o Fórum Estadual dos Trabalhadores do  
2557 Suas – FetSuas, Philippe Nunes Vieira e Silva, suplente.” Seria a posse simbólica, uma vez  
2558 que a nomeação veio com o nome equivocado da entidade. Representando o Conselho  
2559 Municipal de Assistência Social de Barbacena, Daniel Martins de Mello Neto, suplente.” Os  
2560 conselheiros, cujos nomes foram registrados em ata, são empossados agora, nesse  
2561 momento pela plenária. Parabéns a todos vocês. Sejam bem-vindos ao CEAS. Desejamos  
2562 um excelente mandato. Mariana foi o último nome que foi lido. O último papel que chegou.  
2563 Conselheiros, passando para o próximo ponto de pauta, as orientações acerca do processo  
2564 de eleição da Mesa Diretora. Foi encaminhado no grupo de *WhatsApp* algumas orientações.  
2565 De acordo com o Regimento Interno, integram a Mesa Diretora: Presidente, Vice-  
2566 Presidente, 1º e 2º Secretário. Cumprindo o princípio da alternância, o último ano foi  
2567 presidido pela sociedade civil. O próximo ano será presidido pelo governo. Em dezembro  
2568 de 2022, altera e a presidência passa para a sociedade civil. O cargo de presidente fica  
2569 com o governo, vice-presidente (sociedade civil); 1º secretário (governo); 2º secretário  
2570 (sociedade civil). E esses cargos, de acordo com o parágrafo 1º, do artigo 17, eles devem  
2571 ser eleitos por 2/3 dos membros que compõem seu segmento governo e sociedade civil,  
2572 sendo referendado pela plenária. Daqui a pouco vamos nos separar em duas salas para  
2573 que os conselheiros titulares dos segmentos façam a votação dos seus representantes.  
2574 Lembrando que para esses cargos que eu mencionei somente conselheiros titulares que  
2575 podem se candidatar, mas na Mesa Diretora fica assegurada a participação dos  
2576 coordenadores das comissões temáticas que podem ser eleitos entre seus membros  
2577 titulares ou suplentes. Aqui no CEAS tem um acordo já há algum tempo de dividir as  
2578 comissões. Então, a Comissão de Política atualmente está com a coordenação da  
2579 sociedade civil, esse mandato, a coordenação, a sugestão da Mesa Diretora é que se  
2580 mantenha esse combinado. E a Comissão de Política agora ficaria com a coordenação do  
2581 governo e a sociedade civil indicaria o coordenador adjunto. A Comissão de Normas hoje  
2582 está com a coordenação do governo, a sugestão é que ela passe agora para a sociedade  
2583 civil e que no próximo mandato altere. No momento o governo ficaria com a coordenação  
2584 adjunta de normas. A Comissão de Apoio atualmente está com a sociedade civil, a

2585 sugestão é que agora a coordenação fique com o governo. E a Comissão de Orçamento  
2586 está com o governo, a sugestão é que hoje passe para a sociedade civil. Ficaria, governo  
2587 com Política e Apoio, e a sociedade civil com Normas e Orçamento, no primeiro ano de  
2588 mandato as coordenações. No segundo ano de mandato trocariam. Nós temos também a  
2589 Comissão de Monitoramento das deliberações das Conferências de Assistência Social.  
2590 Pelo Regimento Interno ela é uma comissão temática. E como os coordenadores das  
2591 comissões integram a Mesa Diretora ampliada, no ano passado, para não quebrar a  
2592 paridade, o combinado foi que tanto o coordenador quanto o adjunto da comissão,  
2593 participariam da Mesa Diretora ampliada. Hoje a coordenação está com o governo, com o  
2594 Sávio. A sugestão é que agora a coordenação passe para a sociedade civil e o adjunto  
2595 fique com o governo, mas ambos participarão das reuniões da Mesa Diretora ampliada. A  
2596 Comissão de Ética é composta por quatro conselheiros, dois governamentais e dois da  
2597 sociedade civil. Atualmente a coordenação é da sociedade civil, passaria agora para a  
2598 coordenação do governo. Ética está com a sociedade civil e passaria para o governo. O  
2599 artigo 18 fala da questão da alternância, o artigo 19 fala sobre o processo de escolha da  
2600 Mesa Diretora. “Inciso I: não ocorrendo a recondução, serão escolhidos de forma atrelada a  
2601 presidente com o 1º secretário, vice e 2º e, dentro de cada segmento, os ocupantes dos  
2602 cargos que serão submetidos à aprovação da plenária. Inciso II, havendo manifestação de  
2603 recondução coletiva da mesa, apresentar-se-á proposta à plenária para deliberação.” Vai  
2604 falando sobre alternância, enfim. O Conselheiro Lucas pediu a palavra. O Conselheiro  
2605 Lucas está colocando que a eleição da Comissão de Ética é feita entre os seus membros e  
2606 referendada pela plenária. É, quando a gente coloca a questão de alternância é sempre  
2607 para poder ter essa alternância em todas as comissões. A Iara está querendo falar.  
2608 Pessoal, para pedir falar, tenta vir aqui pegar o microfone para registrar em ata. **IARA,**  
2609 **CSJB:** Só por uma questão de ordem, Presidente, acho que é importante os titulares terem  
2610 ciência de quem são os suplentes para que a gente assuma o exercício da titularidade,  
2611 caso o nosso titular não esteja. Por exemplo, já sei que eu sou sua suplente, Juanita, com  
2612 muita honra. Com isso eu sei que a minha titular está aqui, então estou como suplente e  
2613 não vou exercer o exercício de titular. Acho que é importante e já vi que a Secretaria  
2614 Executiva, na sua competência, já tem a lista para nos auxiliar. **MARIANA, SEDESE:**  
2615 Obrigada, Iara. Sim, eu vou lendo aqui da sociedade civil e vou pedir para a Secretaria  
2616 Executiva trazer os governamentais porque anotei só os da sociedade civil. “Arlete, titular –  
2617 Carla Valéria, suplente; Gabriela, titular – Crislaine, suplente; Grazielle, titular – Philipe,  
2618 suplente; Isac, titular – Leandro, suplente; Kariny, titular – Rodrigo, suplente; Lucas, Titular  
2619 – Cinara, suplente; Ludson, titular – Sandra, suplente; Maria Juanita, titular – Iara, suplente;  
2620 Marilene, titular – Maria Aparecida Baião, suplente; Simone, titular – Jacqueline, Suplente”  
2621 Enquanto isso, só lembrando: quem for precisar de transporte para retorno para a Casa de  
2622 Direitos Humanos, que informe a Secretaria Executiva para que eles possam organizar

2623 direitinho o transporte, por favor. **DANIEL - CEAS:** Pois bem, primeiro, vou fazer os  
2624 titulares aqui. A Rosa está me ajudando e a gente já fez essa planilha. Agradecer a Rosa e  
2625 a equipe que brilham sempre, não é, Rosa? Mariana de Resende Franco, titular – Suzanne  
2626 Cristina Horta Silva, suplente. Elder Carlos Gabrich Júnior, titular – Soraia Vanessa Silva  
2627 Cruz, suplente. Luciana Mara de Freitas Souza, titular – Lígia Camargos da Silva, suplente.  
2628 Marinete da Silva Moraes, titular – Maria de Fátima, suplente. João Victor de Almeida  
2629 Chaves, titular – Luana Castro Lopes, suplente. Silvestre Dias, titular – Vinícius de Queiróz  
2630 Castanheira, suplente. Thaís Correa Damasceno, titular – Sandra Januária da Silva,  
2631 suplente. Érica Pereira Alves Beltrame, titular – Daniel Martins de Mello Neto, suplente.  
2632 João Vitor da Silva Jorge, titular – Claudia Cristina da Silva, suplente. **PRESIDENTE:**  
2633 Obrigada, Daniel. Alguma dúvida em relação ao processo eleitoral? A gente pode ir para as  
2634 salas e esclarecer as dúvidas nas salas? Ok. Vou pedir para a Secretaria Executiva ajudar  
2635 e nos conduzir para as duas salas. A gente interrompe temporariamente a plenária e  
2636 retornamos após o processo de eleição nos segmentos. **DANIEL - CEAS:** Isso. Sugiro que  
2637 a sociedade civil fique aqui na plenária e o governamental, a Secretaria Executiva vai com  
2638 vocês à sala 7 do 11º andar. Eu vou guiando vocês lá, do governo. E a sociedade civil pode  
2639 ficar aqui, por favor. É a sala 7 no 11º andar. Eu vou lá com vocês. Vai depender do  
2640 processo. **PRESIDENTE:** Estão perguntando para a gente quantos minutos. A gente tinha  
2641 previsto uma hora, mas com os atrasos, a gente vai tentar fazer em 15 minutos. Se não for  
2642 possível, a gente avisa, o Daniel me manda um *WhatsApp*. Vamos conversando, se tiver  
2643 algum atraso, mas a gente espera fazer esse processo de forma mais objetiva. Podemos  
2644 reiniciar a plenária? Retomando aqui a nossa plenária das reuniões simultâneas entre  
2645 governo e sociedade civil. Vou informar aqui o resultado da Mesa Diretora. Foram eleitos  
2646 por aclamação: a Arlete, representante de entidades, como vice-presidente. E o Isac,  
2647 representante de usuários, como 2º secretário. E consulto o governo qual será o nome da  
2648 presidente e da 1ª secretária? **MARIANA, SEDESE:** Como presidente, eu, Mariana de  
2649 Resende Franco, representando a Sedese, Subsecretaria de Assistência Social. Como 1º  
2650 Secretário Marinete Moraes, representando o Colegiado de Gestores Municipais de  
2651 Assistência Social. **PRESIDENTE:** Parabéns, Mariana, Arlete, Marinete e Isac. Antes de  
2652 me despedir aqui da Mesa. Eu que fui anotando os nomes, então eu vou registrando em  
2653 ata e já convido os membros eleitos aqui para frente, junto da Mariana, continuar na  
2654 coordenação dos trabalhos. Para a Mesa Diretora ampliada, nós temos: a Juanita, como  
2655 Coordenadora da Comissão de Orçamento; Ludson, como Coordenador da Comissão de  
2656 Normas; como Coordenadora Adjunta da Comissão de Apoio, nós temos a Simone; e  
2657 Coordenadora Adjunta da Comissão de Política, nós temos a Kariny. Como Coordenadora  
2658 da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências, nós temos a Gabriela.  
2659 **MARIANA, SEDESE:** Como Coordenador da Comissão de Apoio aos Conselhos  
2660 Municipais, o João Vitor Jorge, representando o Conselho Municipal de Assistência Social

2661 de Caeté. Como Coordenadora da Comissão de Política de Assistência Social, a Soraia  
2662 Vanessa, representando a Sedese. **PRESIDENTE:** Da Mesa Diretora ampliada, agora a  
2663 gente segue para o referendo dos nomes da Mesa Diretora. Os conselheiros que  
2664 referendam a composição da Mesa Diretora ampliada, por favor, se manifestem. Parabéns  
2665 a todos que compõem a Mesa Diretora ampliada. Alguma abstenção? Voto contrário? A  
2666 plenária referenda a composição da Mesa Diretora. Vou passando aqui para a Mariana, os  
2667 nomes para registro em ata. As representações, Mariana, nós temos para a Comissão de  
2668 Ética: Jacqueline e o Philipe. No Fonaceas: Grazielle e o Lucas. Na Comissão Intergestores  
2669 Bipartite: Rodrigo e Carla. E na Rede Cuidar: nós temos a Carla. No Núcleo Estadual de  
2670 Educação Permanente Entidades, Iara, titular - Arlete, suplente; Lucas, titular - Cinara,  
2671 suplente. E do NEEP de Usuários, nós temos: Isac, titular – Leandro, suplente. Baião,  
2672 titular – Marilene, suplente. E também para registro em ata a composição das comissões:  
2673 Comissão de Apoio ao CMAS: Gabriela, Carla, Simone, Arlete, Isac e Jacqueline.  
2674 Comissão de Normas: Ludson, Lucas, Leandro, Rodrigo e Marilene. Comissão de  
2675 Orçamento: Juanita, Grazielle e Baião. Comissão de Política: Kariny, Crislaine, Philipe,  
2676 Cinara e Iara. Comissão Grupo Intergestor do Bolsa Família: Iara. Seria só isso. Obrigada.  
2677 **MARIANA, SEDESE:** Nós tiramos para a Comissão de Ética: Silvestre e Camila.  
2678 Fonaceas: Claudia, representante CMAS/Uberaba. NEEP: a Érica. CIB: o Daniel. Comissão  
2679 de Orçamento: Suzanne; João Victor, da Seplag; Silvestre e o Daniel, CMAS/Barbacena.  
2680 Comissão de Normas: Camila, Elder, Mariana e Vinícius. Comissão de Política: Claudia,  
2681 Lígia, Érica junto com a Soraia, que eu já tinha falado. A gente não tirou para  
2682 Monitoramento da Rede Cuidar e para Monitoramento das Deliberações porque ainda está  
2683 faltando uma conselheira tomar posse. No nosso caso estão faltando três conselheiros  
2684 para serem indicados e tomarem posse. Quando esses três chegarem, na próxima plenária,  
2685 acho que a gente consegue fazer o restante da composição. Podemos dar como concluído,  
2686 encerrado. E agradecer a todos e todas presentes, a composição, o diálogo, a  
2687 disponibilidade, a disposição de vocês de estarem compondo todas as comissões, de  
2688 participarem ativamente para o sucesso do nosso conselho a partir do ano que vem. Muito  
2689 obrigada. Quem vai compor? A Juanita está falando, assento aqui à Mesa. Quem vai  
2690 compor: Arlete, muito bem-vinda. Marinete, o Isac. Bem-vindos. Empossados. Nova Mesa  
2691 Diretora. A Mesa Ampliada, vocês querem vir também? Vem também, todo mundo. Todos.  
2692 Pode vir, gente. O Ludson, a Soraia, Juanita, o João Victor teve que sair agora. Muito  
2693 obrigada, pessoal. Agora eu que vou conduzir o resto da pauta, Patrícia? Agora que queria  
2694 chamar a Secretaria Executiva para entregar um material para vocês. A gente tinha  
2695 colocado na pauta que a gente faria uma breve capacitação hoje que era importante,  
2696 principalmente para quem está chegando, quem nunca compôs o CEAS. A gente tinha  
2697 preparado um material de capacitação, só que a gente vai ter que remarcar devido ao  
2698 horário, mas vou pedir à Secretaria Executiva. Queria entregar o material. Vocês podem

2699 entregar para as pessoas levarem para casa. É um caderno de orientações que foi feito no  
2700 Capacita Suas. Ele é um conteúdo muito bacana sobre o controle social. E a gente vai ter  
2701 que remarcar a data da nossa capacitação. Eu acho que você vai colocar na pauta que eu  
2702 acho que uma das coisas, a última que a gente precisa deliberar é o nosso calendário de  
2703 reuniões. O CEAS, ele se reúne, já tem o hábito de se reunir todos os meses na terceira  
2704 semana de cada mês. Considerando as discussões que a gente já teve aqui hoje, gostaria  
2705 de propor uma reunião para o final de janeiro. Considerando essa questão do decreto que  
2706 foi editado hoje e, primeiro, vou fazer consulta à plenária. Se a gente faz uma plenária em  
2707 janeiro ou se a gente pode, pelo menos, que a Comissão de Normas se reúna em janeiro  
2708 para tratar desse assunto e mantém a plenária em fevereiro. Estou fazendo a consulta.  
2709 Vamos pedir atenção de todos. O calendário usual que é aprovado é sempre na terceira  
2710 semana do mês, começando no mês de fevereiro. Considerando a edição do decreto que a  
2711 gente teve o aprofundamento do assunto que precisa ser feito e a discussão dentro da  
2712 Comissão de Normas, eu trago aqui a pergunta e como proposta que em janeiro aconteça  
2713 pelo menos a reunião da Comissão de Normas ou, se todos concordarem, que a gente já  
2714 faça uma plenária no mês de janeiro. A questão é, a Comissão de Normas precisa se reunir  
2715 antes de realizar essa plenária. Eu peço que pelo menos a Comissão de Normas se reúna  
2716 em janeiro. Que está na presidência da Comissão de Normas? Foi você? Ludson.  
2717 **LUDSON, CRESS:** Eu acho fundamental os dois movimentos, tanto a plenária quanto a  
2718 reunião da comissão. **MARIANA, SEDESE:** Você acha que dá tempo de a comissão  
2719 trabalhar para levar para a plenária? É porque eu não sei o tempo que a comissão vai levar,  
2720 gente. Só tem uma questão para gente olhar o calendário. Para a terceira semana de  
2721 janeiro, a gente não consegue ainda fazer reunião presencial porque a gente não tem  
2722 orçamento liberado para fazer pagamento de diária. Isso não é novidade agora, porque  
2723 nunca teve mesmo. Mas, eu pergunto: em janeiro, faz na terceira semana virtual ou a gente  
2724 pode convocar para o dia 28 de janeiro. Até o dia 28 de janeiro eu acho que é um tempo  
2725 viável para o estado executar a questão das diárias. Só para os conselheiros entenderem,  
2726 no mês de janeiro, a gente precisa da abertura da autorização do orçamento estadual para  
2727 empenhar e pagar despesa. Geralmente o mês de janeiro é um mês que o estado não  
2728 consegue executar despesas por causa desse prazo de liberação de orçamento, de  
2729 sistema, de empenho. Para a gente fazer a diária de vocês, a gente tem que começar essa  
2730 programação pelo menos com 15 dias de antecedência para que o dinheiro seja creditado  
2731 na conta e vocês recebam antes de viajar porque eu não posso pagar depois. Eu já estou  
2732 avisando de antemão que eu não consigo operacionalizar a diária no meio de janeiro.  
2733 Estou colocando aqui, ou que seja virtual ou que a gente jogue para o final de janeiro. E a  
2734 Juanita vai fazer uma sugestão. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Se for no dia 28 de  
2735 janeiro, eu acho que é completamente possível, se der para a Sedese. Eu acho que é  
2736 completamente possível ou, se não, se a Sedese paga as diárias antecipadas para que os



2737 conselheiros venham no tempo que for necessário. Mas eu entendo que o dia 28 de janeiro  
2738 dá. O que vocês acham? Pode ser? **MARIANA, SEDESE:** Quem quiser opinar, por favor,  
2739 gente. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu acho complicado porque em cima dessa sua  
2740 colocação nós sabemos que o governo não vai liberar a diária. Por que a gente não faz  
2741 virtual? Porque é o certo pelo incerto. Janeiro? Não vai mesmo. Eu acho complicado. Eu  
2742 acho muito complicado. Eu acho que seria preferível, mesmo que não sejam todos, mas é...  
2743 De normas, não é, o que você convocou? Comissão de Normas. Pelo menos a Comissão  
2744 de Normas reunir *on-line* então. **MARIANA, SEDESE:** Eu concordo com a proposta dela.  
2745 Já estou me manifestando porque eu acho que a Comissão de Normas pode se reunir com  
2746 antecedência e a gente ter até essa questão do tempo para viabilizar a plenária.  
2747 **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu, como representante da Secretaria da Fazenda e pela  
2748 experiência que tenho de Estado, não me lembro nunca desse orçamento ter saído em  
2749 janeiro. O João Victor está ali. Ele é do planejamento. Ele pode concordar comigo, então eu  
2750 sugiro que isso seja virtual como ela está falando. **INTERLOCUTORA NÃO**  
2751 **IDENTIFICADA [01:44:48]:** A minha questão é até de entendimento porque vocês já estão  
2752 sinalizando que é dia 28, em uma sexta-feira. Existe um percurso histórico que as reuniões  
2753 aconteçam sempre na sexta-feira ou o plenário pode definir por um outro dia que não seja  
2754 sexta-feira? **MARIANA, SEDESE:** Historicamente acontece na sexta-feira e, caso vocês  
2755 queiram propor, podem ficar à vontade. Como estou aqui há mais tempo, eu estou só  
2756 seguindo a tradição. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu só queria  
2757 contribuir e fazendo o advogado do diabo porque a Comissão de Normas vai estar sem  
2758 técnico porque a Rosa estará de férias. Eu acredito que seja inviável nessa perspectiva  
2759 porque a nossa técnica... **MARIANA, SEDESE:** Você pode opinar? Você é da Comissão?  
2760 Lucas? Você é da Comissão de Normas, só para você opinar, virtual, presencial, datas?  
2761 **LUDSON, CRESS:** Eu acho que em relação à comissão é até interessante ter, sim, uma  
2762 reunião virtual anterior. Dia 28, inclusive facilita esse processo porque a gente vai ter um  
2763 tempo para marcar e tudo mais. Agora, a plenária, penso que poderia ter a perspectiva  
2764 presencial, sim, para o dia 28. Existindo algum problema orçamentário, a Mesa Diretora  
2765 comunica os conselheiros, a gente muda para virtual. **MARIANA, SEDESE:** Ótimo. Vamos  
2766 fechar pelo seguinte, plenária no dia 28, virtual ou presencial, a depender do orçamento  
2767 para a diária. E a Comissão de Normas se organiza a data e se reuni antes. Combinado? A  
2768 gente precisa deixar a data da plenária agendada e a Comissão de Normas pode organizar  
2769 a data pelos membros. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Esse conselho não pode tomar  
2770 as decisões dele pensando se vai ter ou se não vai ter orçamento. A decisão tem que ser  
2771 tomada agora. Ou a gente vai fazer virtual ou a gente vai fazer presencial. A sugestão da  
2772 presencial foi da própria presidente, então eu acho que a gente tem que votar nesse  
2773 sentido. A Comissão de Orçamento vai se reunir virtual do jeito que eles acharem melhor  
2774 se organizar, mas a plenária, a nossa decisão não pode ficar a depender de orçamento ou

2775 não. Aí é uma outra situação que deverá ser seguida, mas nós aqui temos que votar, eu  
2776 entendo, pela plenária presencial. É a minha opinião e eu acho que deve conduzir a  
2777 votação assim. Quem vai votar presencial, aprova ou não. E quem vai votar a distância,  
2778 aprova ou não. **MARIANA, SEDESE:** Juanita, mas a minha proposta é de, pelo menos,  
2779 fechar a data porque com a data fechada, a gente vai tomar os passos para operacionalizar.  
2780 A data fechar no dia 28. Se não der para ser presencial, que aconteça de forma virtual  
2781 porque, se não a gente só vai reunir em fevereiro. Eu acho que fechar a data é importante.  
2782 A minha proposta é fechar a data e o formato a gente vai resolver depois. Eu não consigo  
2783 falar agora se eu vou conseguir operacionalizar a diária. Esse que é o problema. **ARLETE,**  
2784 **GRAAL:** Eu estou pensando o seguinte, na hora que foi falado sobre o decreto aqui quase  
2785 que a gente perde a pauta de hoje, não foi? A gente dá conta de discutir isso virtual? A  
2786 pergunta é essa. A outra questão é: nós não podemos tratar ou isso ou aquilo, ou se usa a  
2787 luva ou se põe os anéis. Não dá para ser assim. Nós precisamos ser mais propositivos e  
2788 mais realistas e o nosso papel aqui é de eficiência e eficácia, não dá para ficar nesse jogo.  
2789 Nós precisamos ser mais diretos, ter foco. Vamos trabalhar em cima daquilo que a gente  
2790 está se propondo a estar na representação desse conselho, até porque temos outras  
2791 agendas em nossas vidas. Acho que a gente precisa focar bem nessa direção. **MARINETE,**  
2792 **COGEMAS:** Pessoal, são duas situações delicadas, mas, ao mesmo tempo, a própria  
2793 orientação da Fazenda já deixou evidente que há dificuldade de fazer com que haja esse  
2794 orçamento em janeiro. Eu acredito que nós já deveríamos sair daqui... Tudo bem que essa  
2795 pauta é uma pauta que nos pegou de surpresa hoje, delicada. Merece um debate  
2796 presencial e o corpo a corpo, a gente sabe que o rendimento é muito mais viável como  
2797 vivenciamos hoje, mas eu acho que dia 28 tudo indica que, pelo que estou observando, a  
2798 tendência é ser virtual. Eu acho que tem que encaminhar para votação. **LUCAS,**  
2799 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu só quero ponderar e aproveitando a  
2800 contribuição da nossa vice-presidente, Dona Arlete, que fique registrado, se a gente decidir  
2801 pela realização virtual, que, em regra, as nossas reuniões são presenciais. Até mesmo para  
2802 que a gente não efetive aquele artigo do decreto que a gente está indo analisar. Porque  
2803 não é preferencialmente virtual, é preferencialmente presencial. E, por uma exceção,  
2804 esporadicamente, por questões de logística, financeira e orçamentária, se for esse o  
2805 entendimento deste colegiado, a gente vai optar pela realização de maneira virtual. Acho  
2806 que é importante a gente ponderar na nossa decisão de que de certo modo efetiva, mas  
2807 colocando um pé no freio demonstrando que em regra deve ser presencial e não virtual.  
2808 **MARIANA, SEDESE:** Podemos colocar em votação porque o pessoal que tem que pegar a  
2809 van precisa ir embora. Eu vou perguntar. A plenária concorda em fazer a reunião dia 28 de  
2810 forma presencial? É esse o entendimento da maioria. Ok. Eu entendo que a maioria está  
2811 aprovada. Se não for possível é porque não vai ter. Estou entendendo dessa forma. Está

2812 aprovada a reunião plenária dia 28 de janeiro de forma presencial. Ok? Está claro? Muito  
 2813 obrigada a todos. Boa viagem. Bom retorno. Bom Natal.

<b>Nome</b>	<b>Representatividade</b>	<b>Assinatura</b>
Arlete Alves de Almeida	O Movimento Graal do Brasil	
Carla Valéria Soares Vita	Fasemig	
Cinara Lucena dos Santos Pio	ADRA	
Claudia Cristina Silva	Cmas Uberaba	
Crislaine Cristina Nascimento Flausino	CMAS Conselheiro Lafaiete	
Cristiano de Andrade	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Daniel Martins de Mello Neto	Cmas Barbacena	
Domingos Sávio de Araújo	Cmas BH	
Elder Carlos Gabrich Júnior	Sedese	
Elerson da Silva	Cáritas	
Erica Pereira Beltrame	Cmas Coronel Fabriciano	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas – Salinas	
Grazielle Vieira Cachapuz Machado	CRP	
Gabriele Sabrina Silva	Sedese	
Iara da Costa Nogueira Reis – CSJB,	CSJB,	
Isac dos Santos Lopes	Asquis	
Isaura dos Santos Lopes	Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras,	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	Cordisburgo	
João Alves Crisóstomo	Unapir	
João Víctor de Almeida Chaves	Seplag	
João Vitor da S. Jorge	Cmas Caeté	
Kariny de Amorim Silva	Bem Estar do Menor	
Leandro Luis de Sena	ID Brasileiro	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Luanda do Carmo Queiroga	CRP	
Ludson Rocha	Cress	
Lucas Estevão Ribeiro	Conselho Central de Curvelo SSVV	
Marcio Caldeira	ASPRM	
Maria Aparecida Baião	FMTSUAS-BH	
Maria Juanita Pimenta	Federação das Apae's	

Mariana de Resende Franco	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Marilene Faustino Pereira	Fetaemg	
Marinete Morais	Cogemas	
Natália Lisce F. Diniz	Federação das Apae's	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social – CRESS	
Philippe Nunes Silva	FETSUAS	
Rodrigo dos Santos França	Assprom	
Sandra Januária Silva	SEE	
Sandra Regina Barbosa	Sintbref MG	
Silvestre Dias	SEF	
Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS BH	
Soraia Vanessa Cruz	Sedese	
Suzanne Cristina Horta	Sedese	
Warles Rodrigues Almeida	Fetsuas	

2814

2815

2816